



# 2021 CADERNO DE TEXTOS

**Os desafios dos (as)  
trabalhadores (as)  
da Seguridade Social  
frente aos ataques ao  
Estado de Bem-Estar Social**



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES EM  
SEGURIDADE SOCIAL**

**CUT**

## **4. APRESENTAÇÃO**

## **7. REGIMENTO INTERNO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL DA CUT**

## **16. CONJUNTURA INTERNACIONAL**

- 16.** Ainda sobre os efeitos da crise de 2008
- 17.** “Indústria 4.0” ou “4ª Revolução Industrial”
- 18.** Fenômeno político: ascensão da ultradireita
- 20.** Pandemia: recrudescimento da crise x concentração de riquezas
- 21.** Por um mundo mais igualitário e sustentável
- 22.** Sai Trump e entra Biden: o imperialismo permanece
- 23.** Aumenta o isolamento de Bolsonaro

## **25. CONJUNTURA NACIONAL**

- 26.** Eleições 2018: vitória do golpe
- 27.** Política de “passar a boiada”
- 28.** Falácia das Contrarreformas no pós-golpe
- 29.** Aumento do desemprego e da concentração de renda
- 30.** Recrudescimento da violência
- 31.** O drama da fome
- 32.** Orçamento insuficiente e queda no ranking de investimentos
- 33.** Organizar, resistir e avançar

## **35. BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DO MANDATO 2016 - 2021**

- 35.** Um olhar sobre a organização sindical
- 36.** Preparando a participação na 16ª Plenária da CUT
- 38.** Ataques à Seguridade Social
- 39.** Integração entre as áreas da Seguridade Social
- 42.** A Seguridade social pós-pandemia
- 43.** Na defesa da Reforma Tributária
- 45.** Tributar super-ricos e justiça fiscal
- 45.** Pelo fim da EC nº 95: “A EC da Morte”
- 46.** Derrubar a PEC nº 32: “Da destruição do Estado”
- 49.** Pandemia do Covid-19: defesa do SUS, dos profissionais e da população

- 53.** Matricialidade das ações de Saúde do Trabalhador ganha destaque com a pandemia
- 55.** Atuação da Confederação na CUT expande luta da Seguridade Social
- 57.** CNTSS/CUT representa Seguridade Social em parcerias com entidades internacionais
- 58.** Intercâmbio internacional fortalece solidariedade e resistência na luta
- 60.** O desafio do sindicalismo contra o racismo estrutural e o genocídio da população negra
- 62.** A luta das mulheres da Seguridade Social em defesa de direitos e políticas de gênero
- 64.** Pandemia reforça importância da Comunicação nas lutas sindicais e sociais
- 67. SEGURIDADE SOCIAL**
  - 67.** Federais: Governos pós-golpe dificultam diálogo e ampliam medidas contra direitos e o Estado
  - 71.** Saúde Estadual: Fortalecimento do SUS e a valorização dos servidores contribuem com serviços de qualidade à população
  - 74.** Saúde Privada: Unidade nas agendas de luta busca avançar contra a resistência do empresário de saúde em discutir direitos e salários
  - 76.** ACSs e ACEs: Agentes Comunitários e de Endemias demonstram unidade nas lutas por reajuste e segurança sanitária na pandemia
  - 78.** Assistência Social: CNTSS/CUT denuncia desmonte e quer mais recursos para Assistência Social
  - 81.** Psicólogos: Resistência dos psicólogos marca luta por valorização e contra retrocesso na política de saúde mental
  - 83.** Médicos: Terceirização da saúde compromete o SUS e desvaloriza profissional de Medicina
  - 84.** Enfermagem: Valorizada na pandemia, Enfermagem quer aprovados Piso Salarial Nacional e jornada de 30 horas
- 88. PROPOSTAS DOS SETORES AO PLANO DE LUTAS PARA A GESTÃO 2021/2025 DA DIREÇÃO DA CNTSS/CUT A SEREM APROVADAS EM SEU 8º CONGRESSO NACIONAL**
  - 88.** Propostas Encontros ACSs e ACEs
  - 89.** Propostas Encontro da Assistência Social
  - 93.** Propostas Encontro de Saúde Privada e Categorias sobre Política de Assistência Social
  - 94.** Propostas Encontro de Saúde Privada e Categorias
  - 96.** Propostas Encontro de Saúde Pública Estadual
  - 98.** Propostas SINDSAÚDE Pará
  - 98.** Proposta SINDSAÚDE Goiás
  - 101.** Propostas Encontro Setor Público Federal
  - 103.** Propostas Encontro de Mulheres da CNTSS/CUT
  - 108.** Reformas Administrativas dos governos federal e estaduais
  - 109.** SUS - Sistema Único de Saúde
  - 109.** SUAS - Sistema Único da Assistência Social



## Companheiras e companheiros,

A CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social realiza, de 25 a 27 de agosto de 2021, seu 8º Congresso Nacional em um momento histórico e emblemático da luta da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade brasileira. O Brasil e o mundo têm como principal desafio transpor esta gravíssima pandemia do novo coronavírus (Covid-19) preservando vidas, trabalho e renda e resguardando direitos sociais e trabalhistas. Cabendo, ainda, a resistência contra toda forma de retrocesso proposto por governos e setores do capital industrial e financeiro que pretendem colocar na conta das trabalhadoras e dos trabalhadores a soma dos custos desta crise global do sistema capitalista potencializada pela pandemia.

Desde o início do século passado, com a pandemia da Gripe Espanhola, o mundo não passava por um fenômeno global sanitário desta magnitude. Sua ocorrência desnudou os antagonismos que o sistema capitalista traz em sua gênese e sua incapacidade de apresentar respostas imediatas também às crises desta natureza. Até mesmo com os impactos que a pandemia trouxe às economias de todas as Nações – de forma diferenciada, em conformidade às peculiaridades de suas estruturas e por conta de como reagiram no combate ao vírus –, o capitalismo não pôde esconder outros “agentes patógenos” inerentes à sua constituição e que infeccionam as sociedades modernas: os aumentos das grandes fortunas e a brutal concentração de renda, até mesmo no período da crise sanitária.

A pandemia demonstrou que mesmo os países mais ricos não possuem redes de Saúde capazes de atender seus cidadãos para garantir-lhes o direito à vida. Reiterou, ainda, a falácia das políticas neoliberais e conservadoras cujo alvo sempre foi a destruição do Estado de Bem-Estar Social para garantir a ascensão plena do “deus” mercado sobre a vida e o destino das populações e das Nações. Muitas destas doutrinas neoliberais foram desmascaradas e destronadas de um panteão para o qual nunca deveriam ter sido alçadas. Neste atual estágio do desenvolvimento do sistema capitalista, em que não há ainda sinais objetivos concretos de sua imediata superação, as estruturas de Estado possuem responsabilidades, com maior ênfase nos países em desenvolvimento, na condução de políticas públicas de interesse social, no papel indutor dos desenvolvimentos econômico e social e no estabelecimento e manutenção de regras civilizatórias que controlem a barbárie draconiana comum ao capitalismo.

Ainda não há indicadores do equacionamento definitivo, em curto prazo, da crise sanitária mundial causada pelo Covid-19. É consenso entre os cientistas que novas crises desta natureza surgirão com mais frequência. Ao avançar na destruição ambiental, o capital condena a humanidade a ter contato com micro-organismos cada vez mais letais. Em meio a tantas incertezas, surge o discurso de que será preciso estabelecer um “novo normal” no pós-Covid-19, que repense aspectos sociais e econômicos. A disputa está dada desde já. É um desafio para a classe trabalhadora garantir que venha acompanhado de propostas civilizatórias, emancipatórias e humanitárias, que avance nos direitos sociais, políticos e trabalhistas, que garanta vida, vacina, emprego e renda, que respeite a soberania dos países, que permita a autonomia e liberdade dos trabalhadores e das Nações e que vislumbre um mundo pós-capitalista.

Dentro desta complexa conjuntura, temos o caso simbólico do Brasil, que desponta como uma anomalia política e distópica dentro do cenário mundial. Uma situação impensável tendo como parâmetro o período dos governos democráticos e populares estabelecidos de 2003 a 2015, que levaram o país à sexta economia mundial, tendo sob esta insígnia o lastro do desenvolvimento socioeconômico, com geração de emprego, distribuição de renda e avanço na política externa ativa e soberana como o país nunca havia visto antes. Um surto de crescimento interrompido pelos golpes arquitetados pelos segmentos reacionários dos setores jurídico, parlamentar, militar e midiático representantes do capital nacional e internacional, que levaram ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e à prisão, por 580 dias, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos fartamente inocentados das acusações desferidas.

Todo este esfacelamento da ordenação institucional levou ao poder o ilegítimo Michel Temer e fez surgir a aberração do governo Bolsonaro. Desde então, a esquizofrenia política e maquiavélica deste governo tem levado o país à bancarrota econômica, à destruição do parque industrial, ao retorno do altíssimo índice de desemprego e da desumanidade da fome, ao aumento da violência institucionalizada, à perda de direitos, ao processo de privatização desenfreado, à subordinação ao capital internacional – majoritariamente ao estadunidense -, à mortandade dos povos originais, ao desmatamento dos biomas, à destruição da imagem do Brasil, ao retorno da política do “toma lá dá cá” com os parlamentares dos partidos que formam o Centrão, à destruição do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direitos, aos ataques aos servidores e serviços públicos e à Democracia e à ideologização da pandemia, que tem submetido milhões de brasileiros ao contágio e milhares à morte.

Registramos nossas homenagens a todas as cidadãs e cidadãos que vieram a óbito por Covid-19 e expressamos nossos sentimentos a seus familiares; todos, de uma forma ou de outra, são vítimas da política homicida e irresponsável do governo Bolsonaro no combate à pandemia. Também reiteramos nossa comoção com os milhares de trabalhadoras e trabalhadores, em especial os essenciais, com destaque aos da Saúde, que perderam suas vidas no combate à pandemia. O Brasil vive um momento de imensa dor. Uma ferida aberta que ainda sangrará por muito tempo na lembrança de todos. Hoje, com a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, no Senado, é possível comprovar de forma testemunhal e documental as denúncias que eram feitas contra as medidas contrárias à Ciência e de boicote à compra de vacina, além dos escândalos que envolvem alguns contratos para aquisição destas. Uma série de atitudes criminosas, que deverá levar à punição os culpados pela condução desta política de morte. As vítimas e seus familiares têm o direito de saber a verdade e ver feita a justiça.

É com esta realidade posta que o 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT acontece. Estaremos, todas e todos, reunidos, por meio de uma plataforma digital, debatendo as conjunturas nacional e internacional, como também a pandemia, e traçando estratégias e ações para o próximo período em defesa da Seguridade Social, das trabalhadoras e trabalhadores das esferas pública e privada, dos serviços públicos, da qualidade do atendimento prestado à população, do Estado de Bem-Estar Social, da Democracia e pelo direito à vida com o Fora Bolsonaro. Iniciaremos este processo já pela manhã do primeiro dia, 25 de agosto, com a realização do 4º Encontro Nacional de Mulheres da Seguridade Social. Teremos nestas agendas a colaboração de companheiras e companheiros valorosos que enriquecerão nossos debates com suas experiências nos campos da Ciência e sindical.

A programação também observa três outros pontos de pauta de grande relevância. Debateremos, a partir das discussões realizadas no âmbito da CUT – Central Única dos Trabalhadores, a organização sindical do campo cutista, tema estabelecido para a 16ª Plenária da Central, marcada para este ano. Faremos o debate e aprovaremos o Plano Político e de Lutas para os próximos anos, tendo como referência um importante conjunto de propostas elencadas em Encontros Nacionais Setoriais realizados como eventos preparatórios ao 8º Congresso. Por fim, definiremos as companheiras e companheiros que formarão a nova Direção da CNTSS/CUT para o próximo quadriênio. É uma agenda complexa, rica e desafiadora. Serão momentos fundamentais para a estruturação de estratégias para nossas lutas presentes e futuras. Parabéns a todas e todos que participarão deste importante processo.

**CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social**

**São Paulo, agosto de 2021.**

# REGIMENTO INTERNO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL DA CUT

## CAPÍTULO I

### DOS OBJETIVOS DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

**Art. 1º** – O 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT tem como objetivos propor e deliberar sobre o presente temário:

- Conjuntura Internacional e Nacional;
- Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT;
- Aprovação do Plano de Lutas da CNTSS/CUT para o quadriênio 2021-2025;
- Eleição, apuração e posse da nova Direção e Conselho Fiscal para o quadriênio 2021-2025;
- Outros assuntos.

## CAPÍTULO II

### DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

**Art. 2º** – O 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será realizado nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2021, via Plataforma Zoom, através do link: [cntssc.cntsscut.votabem.com.br](https://cntssc.cntsscut.votabem.com.br)

**Parágrafo primeiro:** O 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será realizado de forma 100% online.

**Parágrafo segundo:** Todos os participantes receberão um e-mail com a documentação do 8º Congresso, instruções de acesso e o link da transmissão com sua senha individual e intransferível.

**Parágrafo terceiro:** Para acessar a transmissão é necessário ter o aplicativo Zoom instalado em um computador ou celular. Ao ingressar no evento, o(a) delegado(a) deve identificar-se e aguardar ser admitido(a) na transmissão. A transmissão do evento será interativa e os(as) delegados(as) poderão comunicar-se via Chat e também participar das discussões utilizando sua câmera e microfone.

**Parágrafo quarto:** Encorajamos a todos(as) os(as) delegados(as) que mantenham suas câmeras abertas o tempo todo, para que possam ver e serem vistos(as) pelos outros participantes; porém, os microfones só serão habilitados em momentos estabelecidos pela organização do evento e respeitando a sequência de inscrição.

**Parágrafo quinto:** Apenas os(as) delegados(as) terão direito a voz e voto, portanto ficarão em ambiente exclusivo, garantindo assim que somente eles(as) participem das votações. Os(as) observadores(as) e convidados(as) serão direcionados(as) para uma plataforma segura, onde poderão assistir ao evento em tempo real e terão um Chat para interagir com os(as) outros(as) participantes.

**Art. 3º** – A Direção da CNTSS/CUT e a Comissão Organizadora são responsáveis pela organização do 8º Congresso. A Comissão Organizadora é composta pelos(as) seguintes diretores(as):

- Presidente: Sandro Alex de Oliveira Cezar;
- Tesoureira: Célia Regina Costa;
- Secretária-Geral: Sandra de Oliveira da Silva;
- Secretária de Organização: Raimundo Rodrigues Cintra;
- Secretária de Formação: Miriam de Oliveira Andrade;
- Secretária de Comunicação: Terezinha de Jesus Aguiar;
- Secretária da Mulher Trabalhadora: Maria de Fátima Veloso Cunha;
- Secretária de Saúde do Trabalhador: Maria Aparecida Faria;
- Conselho Fiscal: Lúcia Esther Duque Moliterno;
- Conselho Fiscal: Juliana Salles de Carvalho.

## CAPÍTULO III

### DOS PARTICIPANTES

**Art. 4º** – Participam do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT: delegados(as) das entidades do Ramo da Seguridade Social filiadas à CUT - Central Única dos Trabalhadores e em dia com suas obrigações estatutárias; as oposições sindicais reconhecidas pela CUT e acompanhadas pela CNTSS/CUT; e os(as) delegados(as) natos(as), de acordo com os critérios definidos pelo Estatuto da CUT (Art. 24 do Estatuto da CUT).

**Parágrafo primeiro:** Devido à crise sanitária pela qual passa o país, a Comissão Organizadora orienta seus sindicatos filiados a realizarem as assembleias para eleição dos(as) delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT de forma virtual, não havendo a necessidade de acompanhamento de integrantes da Direção;

**Parágrafo segundo:** Toda a documentação para inscrições dos(as) delegados(as) deverá ser encaminhada e recebida de forma eletrônica.

**Art. 5º** – São delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT aqueles(as) que forem eleitos(as) conforme critérios estabelecidos na reunião da Direção da CNTSS/CUT realizada em 25 de março de 2021, via Plataforma Zoom.

**I.** Os sindicatos que possuem 500 (quinhentos) ou mais sócios(as) quites elegerão delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT na proporção de 01 (um/a) delegado(a) para cada 500 (quinhentos) sócios(as) quites ou fração de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um). A entidade que tiver menos de 500 (quinhentos) sócios(as) quites terá direito a eleger um(a) delegado(a);

**II.** As Federações Nacionais e Estaduais, orgânicas e filiadas, participam do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT com 03 (três) delegados(as), escolhidos(as) em suas respectivas instâncias em reunião de Direção ou Conselho, não podendo haver dupla representação do Ramo;

**III.** As oposições reconhecidas e acompanhadas pela CNTSS/CUT participam do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT desde que tenham obtido o mínimo de 500 (quinhentos) votos NA ÚLTIMA ELEIÇÃO. Com essa condição, terão o direito de eleger 01 (um/a) delegado(a) para cada 1.000 (mil) votos conquistados ou fração de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um). (Art. 25, III, do Estatuto da CUT);

a) A oposição reconhecida que não concorreu à última eleição do Sindicato tem direito de eleger 01 (um/a) delegado(a). (Art. 25, III, "b" do Estatuto da CUT);



**b)** As oposições que participaram de eleições cujo processo eleitoral tenha sido julgado fraudulento pela CNTSS/CUT escolherão seus(suas) delegados(as) de acordo com critérios específicos estabelecidos pela CNTSS/CUT, buscando garantir o nível de representação junto à categoria. (Art. 25, III, “c” do Estatuto da CUT);

**c)** As oposições vencedoras de eleições sindicais cujas eleições realizaram-se dentro do período de até 03 (três) meses anteriores ao prazo de inscrição ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, e que ainda não estejam filiadas à CUT, elegerão um número de delegados(as) proporcional ao número de votos obtidos. Após esse prazo, a oposição e a entidade perdem o direito de eleger delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT. (Art. 25, III, “d” do Estatuto da CUT).

**IV.** Para a eleição de delegados(as), é obrigatório obedecer ao critério da cota de gênero de no mínimo 30% (trinta por cento), sendo vedada a substituição de um sexo pelo outro;

**V.** As inscrições dos(as) delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT e o pagamento das taxas são de responsabilidade das entidades que os(as) elegeram;

**VI.** São delegados(as) natos(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT:

**d)** Os membros da Direção Nacional da CUT do Ramo da Seguridade Social. (Art. 25, IV, “a”, do Estatuto da CUT);

**e)** Os membros da Direção Executiva e Direção Nacional da CNTSS/CUT. (Art. 25, IV, “b”, do Estatuto da CUT).

**Art. 6º** – A eleição de delegados(as) para o 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT deve ser feita em uma única assembleia geral, obedecendo aos seguintes critérios:

**I.** A convocação da instância que elegerá os(as) delegados(as) deverá ser ampla, pública e ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias que antecedem a sua realização (Art. 25, II, “c” do Estatuto da CUT), avisando também a CNTSS/CUT, bem como as CUTs Estaduais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecedem sua realização;

**II.** O quórum das assembleias virtuais para eleição dos(as) delegados(as) deve ser de 3 (três) vezes o número total de delegados(as) que as entidades e oposições têm direito. (Art. 25, II, “g”, do Estatuto da CUT);

**III.** A ficha de inscrição é única e padronizada pela Comissão Organizadora do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

**IV.** Quando houver mais de uma Chapa de candidatos(as) a delegados(as) na assembleia do Sindicato ou oposição, deve-se proceder à eleição com base na proporcionalidade definida no Estatuto da CUT (Artigo 58);

**V.** Todos os Sindicatos devem eleger até 30% (trinta por cento) do número de delegados(as) que a entidade tem direito, como suplentes;

**VI.** Para substituição de delegados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, serão considerados(as) os(as) suplentes eleitos(as) nos fóruns que elegeram os(as) delegados(as) efetivos(as);

**VII.** As Federações Nacionais e Estaduais poderão eleger seus(suas) delegados(as) em reunião da Direção, obedecendo aos prazos estabelecidos.

## CAPÍTULO IV

### DAS INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO

**Art. 7º** – Os(as) delegados(as) participantes do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT serão inscritos em sistema de credenciamento eletrônico, conforme descrito no Capítulo II, parágrafo segundo do Artigo 2º deste Regimento Interno.

**Parágrafo primeiro:** Do Sistema de Credenciamento constarão todos os nomes dos(as) delegados(as), de acordo com os critérios estatutários e as normas estabelecidas pela Direção da CNTSS/CUT. Cada delegado(a) deverá ser incluído(a) no Sistema de Credenciamento virtual através do número de seu CPF, onde se criará uma senha intransferível para o acesso à plataforma digital;

**Parágrafo segundo:** Os(as) suplentes serão credenciados(as) em substituição aos(as) delegados(as) efetivos(as) impossibilitados(as) de comparecer, mediante apresentação de requerimento do(a) coordenador(a) da delegação do Estado e autorização por escrito de membro da Comissão Organizadora do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

## CAPÍTULO V

### DO TEMÁRIO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

**Art. 8º** – O Temário do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT é o seguinte: “Os desafios dos(as) trabalhadores(as) da Seguridade Social frente aos ataques ao Estado do de Bem-Estar Social”.

- Conjuntura Internacional e Nacional;
- Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT;
- Aprovação do Plano de Lutas da CNTSS/CUT para o quadriênio 2021-2025;
- Eleição, apuração e posse da nova Direção e Conselho Fiscal para o quadriênio 2021–2025.

**Art. 9º** – O Caderno de Textos, de responsabilidade da Direção da CNTSS/CUT, subsidiará os debates do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

**Parágrafo primeiro:** As propostas de Plano de Lutas ao próximo período, aprovadas nos Encontros Setoriais Nacionais que antecederam ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, deverão ser levadas ao Plenário e, após feito um resumo dos debates realizados, serão aprovadas em bloco;

**Parágrafo segundo:** As propostas de emendas aditivas, substitutivas ou supressivas encaminhadas pelas entidades, antes do início do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, deverão ser avaliadas pela Comissão Organizadora e encaminhadas ao Plenário para votação, devendo ter a aprovação de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) delegados(as) presentes;

**Parágrafo terceiro:** A Comissão Organizadora do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT colocará à disposição dos(as) delegados(as) um relatório único com todas as propostas que deverão ser encaminhadas ao Plenário;

**Parágrafo quarto:** O Plenário do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT apreciará as propostas de Moção que chegarem até à coordenação da Mesa que, por sua vez, fará a leitura aos demais e, após, colocará em votação, estando aprovada quando contar com pelo menos 20% (vinte por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

**Parágrafo quinto:** Os formulários de Moções deverão ser entregues à Comissão de Organização do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, via e-mail: [diretoria@cntssc.org.br](mailto:diretoria@cntssc.org.br) ou via Chat até às 18h00 de 26 de agosto de 2021.

**Art. 10º** – Considerando o momento da grave crise de Saúde Pública pelo qual o país passa, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e em respeito aos protocolos estabelecidos pelas entidades sanitárias e científicas, o movimento sindical tem realizado suas atividades de forma virtual. Desta forma, todo o processo do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será realizado de forma virtual, por meio de plataforma, sem a formação de Grupos de Trabalho, onde os debates acontecerão em Plenário. Esperamos que os próximos Congressos possam organizar-se de acordo com sua forma original.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO FUNCIONAMENTO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT**

**Art. 11º** – O 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será composto pelas seguintes instâncias deliberativas:

- I. Plenária de delegados(as);
- II. Direção da CNTSS/CUT;
- III. Comissão Organizadora.

**Art. 12º** – A Direção da CNTSS/CUT se reunirá, de forma virtual, sempre que necessário, durante o 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

**Art. 13º** – A Comissão Organizadora, composta pelos dirigentes designados pela Direção da CNTSS/CUT, é responsável em 1ª instância por todas as medidas necessárias à realização do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

**Art. 14º** – O programa do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT é o seguinte:

### **PROGRAMAÇÃO DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT**

#### **25 DE AGOSTO**

##### **MANHÃ**

08h30 às 11h00 – Encontro Nacional das Mulheres do Ramo

08h30 às 9h10 – Mesa 1: Abertura

- Sandro Alex de Oliveira Cezar – Presidente da CNTSS/CUT, Presidente da CUT RJ e Diretor do SinsaúdeRJ
- Benedita da Silva – Deputada Federal (PT/RJ)
- Junéia Batista – Secretária Nacional de Mulheres da CUT
- Denise Motta Dau – Secretária Sub-regional para o Brasil da ISP - Internacional dos Serviços Públicos

09h10 às 10h00 – Mesa 2: Exposição

- Marilane Teixeira – Professora da Unicamp

10h00 às 11h00 – Abertura para debate em plenário

Coordenação:

- Maria de Fátima Veloso Cunha – Secretária de Mulheres da CNTSS/CUT e Secretária Adjunta da Saúde do Trabalhador da CUT Nacional
- Isabel Cristina Gonçalves – Vice-presidente da CNTSS/CUT e Diretora do Sindesc/PR

## **TARDE**

14h00 às 14h30 - Mesa 3: Apresentação e aprovação do Regimento Interno do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

- Sandra de Oliveira da Silva – Secretária-Geral da CNTSS/CUT e Diretora do Sindsaúde MG

14h30 às 15h50 – Mesa 4: As consequências das Reformas implantadas pelo governo federal para os(as) trabalhadores(as) da Seguridade Social

- Alcides de Miranda – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico do DIEESE
- Eduardo Fagnani – Professor da Unicamp
- Márcia Lopes - Ex-Ministra da Assistência Social no Governo Lula

15h50 às 17h00 – Debate

Coordenação:

- Cláudia Ribeiro da Cunha Franco – Secretária de Políticas Sociais da CNTSS/CUT e Presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Porto Alegre/RS
- Robson Teixeira Góes – Secretário de Combate ao Racismo da CNTSS/CUT e presidente do Sindacs BA

## **FINAL DE TARDE**

17h00 às 17h30 – Espaço livre para atividade cultural

17h30 às 19h00 – Mesa 5: Abertura política do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

- Sandro Alex de Oliveira Cezar – Presidente da CNTSS/CUT, Presidente da CUT RJ e Diretor do SintsauéRJ
- Sergio Nobre – Presidente da CUT Nacional
- Denise Motta Dau – Secretária Sub-regional para o Brasil da ISP - Internacional dos Serviços Públicos
- Fernando Pigatto – Presidente do Conselho Nacional de Saúde
- Valdirlei Castagna – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde - CNTS

## **26 DE AGOSTO**

### **TARDE**

14h00 às 15h00 - Mesa 6: Análise de Conjuntura Internacional e Nacional frente ao desmonte do Estado e o descaso com a pandemia

- Mônica Valente – Direção Executiva do PT Nacional e Secretária do Foro SP
- Jocélio Drummond – Secretário Regional da ISP

15h00 às 16h00 – Debate

Coordenação:

- José Bonifácio do Monte – Secretário de Relações Internacionais da CNTSS/CUT e Diretor do Sindprev PE
- Maria Aparecida Faria – Secretária de Saúde do Trabalhador da CNTSS/CUT, Secretária Adjunta de Administração e Finanças da CUT, presidente do DIEESE e Diretora do Sindsaúde SP

16h00 às 16h15 – livre

16h15 às 16h45 – Mesa 7: A proposta de (re)organização sindical da Central Única dos Trabalhadores

- Graça Costa – Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional



16h45 às 17h45 – Debate

Coordenação:

- Célia Regina Costa – Tesoureira da CNTSS/CUT e Diretora do Sindsaúde SP
- Raimundo Rodrigues Cintra – Secretário de Organização da CNTSS/CUT e Diretor do Sindsprev BA

## **FINAL DA TARDE**

17h00 – Prazo final para apresentação da Comissão Eleitoral

17h45 às 19h00 - Mesa 8: Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT

- Sandro Alex de Oliveira Cezar – Presidente da CNTSS/CUT
- Maria de Fátima Veloso Cunha – Secretária de Mulheres da CNTSS/CUT
- Cláudia Ribeiro Cunha – Secretária de Políticas Sociais da CNTSS/CUT
- Juliana Salles – Suplente do Conselho Fiscal da CNTSS/CUT

19h00 às 19h30 – Comentários

Coordenação:

- Miriam de Oliveira Andrade – Secretária de Formação da CNTSS/CUT e Diretora do Sindsaúde PA
- Luiz Carlos Vilar – Diretor Executivo da CNTSS/CUT e Diretor do Sindprev Sergipe

## **27 DE AGOSTO**

09h00 às 11h00 – Mesa 9: Plenária para apresentação e votação das propostas de Plano de Lutas

Coordenação:

- Isabel Cristina Gonçalves – Vice-presidente da CNTSS/CUT e Diretora do Sindesc PR
- Terezinha de Jesus Aguiar – Secretária de Comunicação da CNTSS/CUT e Diretora do Sintfesp GO/TO

11h00 às 11h30 – Mesa 10: Apresentação da Chapa e eleição da Direção para o período 2021–2025

- Presidente da Comissão Eleitoral

11h30 às 12h00 – Mesa 11: Posse da nova Direção

- Sandro Alex de Oliveira Cezar – Presidente da CNTSS/CUT, Presidente da CUT RJ e Diretor do Sints saúde RJ
- Próximo(a) presidente

Coordenação:

- Presidente da Comissão Eleitoral

**Art. 15º** – O Plenário constitui-se na instância máxima do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT e será composto pelos(as) delegados(as) credenciados(as), tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, as resoluções, emendas e propostas de Moções apresentadas, observando-se o temário, o Regimento e a Ordem do Dia.

**Art. 16º** – A Plenária final terá uma Mesa Diretora dos trabalhos organizada pela Comissão Organizadora, composta pelos(as) dirigentes indicados(as), acompanhados(as) de assessoria de relatório, tudo de forma virtual.

**Art. 17º** - Para fazer uso da palavra nas plenárias, o(a) delegado(a) deverá inscrever-se previamente, mediante o botão “levantar a mão” da Plataforma Zoom;

Nas votações por “Aclamação”, podemos pedir que todos(as) os(as) delegados(as) liguem as câmeras e levantem as mãos e para quem discorda permanecer como está.

**Art. 18º** – As votações se darão respeitando o que segue:

- I. Cada delegado(a) terá direito a um voto;
- II. As votações nas plenárias e na plenária final serão feitas mediante Aclamação;
- III. No momento da votação por Aclamação, todos(as) os(as) delegados(as) deverão ligar suas câmeras para que sejam computados os votos;
- IV. Os(as) delegados inscritos(as) para os momentos de debate sobre o temário e defesa de propostas ou emendas terão um tempo improrrogável de até 03 (três) minutos para o uso da palavra;
- V. Não serão aceitas questões de ordem, de esclarecimento ou de encaminhamento durante o Regime de Votação;
- VI. As deliberações em plenário serão por maioria simples;
- VII. Em caso de dúvidas quanto à proposta vencedora por contraste, a Mesa deverá repetir a votação e, persistindo a dúvida, deverá ser realizada uma votação online com os(as) delegados(as) dentro do sistema virtual da Plataforma Zoom;
- VIII. Serão aceitas, a critério da Mesa ou do Plenário, declarações de voto verbais ou por escrito dos(as) delegados(as) que se abstiverem nas votações. No caso de declaração de voto verbal, esta não poderá exceder o tempo máximo de 01 (um) minuto.

**Art. 19º** - As questões de ordem e de encaminhamento serão apresentadas diretamente à Mesa Diretora dos trabalhos, que as acatará ou não, sempre ouvindo o Plenário.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA ELEIÇÃO DA DIREÇÃO DA CNTSS/CUT E DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 20º** - Somente poderão concorrer aos cargos da Direção da CNTSS/CUT e do Conselho Fiscal os(as) delegados(as) devidamente eleitos(as) em assembleias e credenciados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

**Art. 21º** - Todas as Chapas inscritas para a eleição da Direção da CNTSS/CUT devem ter obrigatoriamente, no mínimo, 30% (trinta por cento) de um dos gêneros. As Chapas que não preencherem esse requisito não poderão inscrever-se e concorrer à eleição. (Art. 57, VI do Estatuto da CUT).

a) No cálculo do número mínimo de gênero, todo arredondamento percentual deverá ser para cima, sempre que o decimal após a vírgula for 05 (cinco) ou maior que 05 (cinco). (Art. 57, VI, do Estatuto da CUT);

b) O cálculo da quota de gênero deve compreender todas as instâncias de decisão, a saber: Direção, Conselho Fiscal, respectivamente efetivos e suplentes. (Art. 57, VI, do Estatuto da CUT).

**Art. 22º** – A eleição da Direção da CNTSS/CUT e do Conselho Fiscal dar-se-á a partir das Chapas devidamente inscritas junto à Comissão Eleitoral do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, observando-se os critérios estabelecidos nos Arts. 57 e 58 do Estatuto da CUT.

**Art. 23º** - Somente concorrerão à eleição da Direção da CNTSS/CUT e do Conselho Fiscal para o quadriênio 2021-2025 as Chapas que forem inscritas até às 10h00 do dia 27 de agosto de 2021.

**Art. 24º** - A eleição da Direção e do Conselho Fiscal dar-se-á através dos seguintes procedimentos:

1. Apresentação e defesa das Chapas concorrentes, observando-se o tempo de até 10 (dez) minutos para cada uma delas;

2. Após apresentação e defesa das respectivas Chapas, se encaminhará o processo de votação, que dar-se-á através da Plataforma “Vota bem”, onde cada delegado(a) votará, de forma virtual, com seu CPF e senha;

3. Em caso de Chapa Única poderá haver eleição por Aclamação, conforme parágrafo II e III do Artigo 19 deste Regimento;

4. Os(as) integrantes da Comissão Eleitoral não poderão constar de nenhuma das Chapas inscritas para a eleição da Direção e do Conselho Fiscal da CNTSS/CUT para o quadriênio 2021-2025;

5. A Comissão Eleitoral será composta por delegados(as) credenciados(as) ao 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

6. Cada uma das Chapas concorrentes poderá indicar um(a) fiscal para coordenar o processo de votação e apuração dos votos.

**Art. 25º** - Após o processo de votação e apuração dos votos, a Comissão Eleitoral do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT divulgará o resultado para o conjunto dos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

**Art. 26º** – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Direção da CNTSS/CUT e, em última instância, pelo Plenário do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

Comissão Organizadora do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

A realização do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social encerra um período histórico que compreende um ciclo de lutas iniciado em 2016, quando do seu 7º Congresso, e que se estende até esta nova edição de 2021. Neste curto espaço de tempo, o país e o mundo passaram por enormes transformações, haja vista até mesmo o fenômeno da pandemia do Covid-19. Na perspectiva da macro conjuntura, novas condicionantes na estrutura do sistema capitalista, seja nos modos e meios de produção, seja na inter-relação nos processos entre as Nações para a circulação das mercadorias e até mesmo nos processos de acumulação do capital industrial e financeiro, fazem com que a classe trabalhadora se comprometa na análise destas alterações globais e locais e se aproprie de novas estratégias de resistência que levem aos avanços nas lutas para romper e ultrapassar este sistema perverso que se baseia na expropriação dos meios de produção, assentado na sua propriedade privada, e na exploração absoluta do trabalhador no seu processo laboral, como também na expropriação das riquezas por ele produzidas.

Se o capitalismo se expandiu desde sua origem como um sistema de produção e acumulação de riquezas em escala mundial, posteriormente questionado por algumas experiências com características socialistas, também é verdade que ocorreu a expansão da concepção internacionalista da classe trabalhadora como forma de ampliar suas capacidades de resistência e de intervenções que levem à eliminação desta forma de opressão instituída em determinado momento histórico pela classe burguesa. Quando o capital precisou se globalizar para avançar nos seus propósitos de crescimento e aquietar seus próprios antagonismos que colocam em xeque suas doutrinas e seus pecados originais, fez-se necessário o estabelecimento de estratégias da classe trabalhadora que dessem conta dos movimentos do capital transnacional dentro das estruturas nacionais de produção de riquezas e de reprodução do conflito capital x trabalho. É o caso, por exemplo, do avanço do capital internacional nas redes de Saúde do país.

Se a propriedade privada dos meios de produção é uma premissa do capitalismo, outra que também é inequívoca é que o capital produtivo não sobrevive ou, como dizem os economistas, não se reproduz e tampouco dá-se o processo de acumulação se não for por meio da efetivação do trabalho humano. A própria pandemia demonstrou isto de forma clara em esfera global. Mesmo com o avanço da economia e da indústria 4.0, da cibernética e robótica, os mercados e economias mundiais entraram em colapso com a pandemia. O fato é que até o atual momento histórico, sem a intervenção da classe trabalhadora nas inúmeras fases da estrutura de produção, não há a reprodução de riquezas e, tampouco, os elementos essenciais à vida das populações. Mesmo o mais sofisticado robô ou sistema de inteligência artificial resultam do acúmulo de conhecimento humano e de seu esforço para produzi-los. O capital sabe disso e tenta se reinventar para encontrar soluções aos seus dilemas, paradigmas e antagonismos que o dilaceram e que trazem, também, a gênese de sua destruição.

## **Ainda sobre os efeitos da crise de 2008**

O movimento dialético da História, com destaque ao fenômeno da luta de classes, e as próprias incongruências estruturais do capitalismo, impõem a este sistema ciclos de expansão e



ciclos de crises. O mundo está, ainda hoje, sob os efeitos da última grande crise estrutural do sistema capitalista de 2008, que teve início nos Estados Unidos, considerados a “Meca” do capital financeiro, quando houve o estouro da “bolha” do sistema de hipotecas, que levou à bancarrota várias instituições financeiras daquele país, processo iniciado com o secular Banco Lehman Brothers e depois, num efeito dominó, foi se expandindo para outras instituições locais e aos demais centros financeiros mundiais, principalmente da Europa. Explicando de forma muito simplista: criou-se uma “indústria” de hipotecas e títulos hipotecários hipervalorizados artificialmente, onde muitas instituições e investidores tiveram lucros bilionários, até que os bancos não tinham mais condições de saldar suas dívidas e quebraram. Desfez-se, assim, o “castelo de cartas” onde se erigiu mais uma das falcatruas do capitalismo moderno.

Comparada à “Grande Depressão de 1929” – maior crise capitalista mundial até então, quando da quebra da Bolsa de Valores de Nova York– a crise de 2008 levou à falência empresas por todo mundo e o desemprego disparou, trazendo um período de grandes dificuldades econômicas e sociais. Já nos primeiros meses da crise, os EUA investiram cerca de US\$ 10 trilhões para salvar bancos, empresas e preservar sua economia. Leia-se com todas as letras: o Estado, vilão dos neoliberais de plantão, injetou dinheiro da sociedade para salvar empresas e bancos privados. No Brasil, devido à política econômica bem-sucedida do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os efeitos da crise foram menores; mesmo assim, atingiu o mercado financeiro, comprometendo o desempenho das Bolsas de Valores. Foi preciso injeção de dinheiro no mercado financeiro, mas o PIB - Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas pelo país) daquele ano aumentou 5,2%, com queda de 0,3% somente em 2009.

Os efeitos da crise mundial de 2008 ainda são sentidos em muitas economias pelo mundo, sem que hajam sinais efetivos de breve superação em muitos dos casos. O sistema capitalista fez uso de suas armas para preservar sua hegemonia. Desde então, observaram-se os avanços das doutrinas e políticas de teor neoliberal e a supremacia ainda maior do setor financeiro/rentista sobre os demais setores da economia capitalista. Paralelamente a este processo, havia certa estabilidade nas empresas de tecnologia e de plataformas. Aprofundaram-se em diversos países políticas econômicas pautadas no princípio da austeridade fiscal. No caso brasileiro, isto se consolida a partir de 2016, com a chegada à presidência da República do ilegítimo Michel Temer. Na corrida das Nações para a recuperação de suas economias, os países com maior desempenho tecnológico apropriaram-se desse avanço, estabelecendo aos demais, principalmente os do Sul, o fornecimento de matérias-primas com baixo valor agregado.

### **“Indústria 4.0” ou “4ª Revolução Industrial”**

As empresas chamadas de “pontocom” (tecnologia e plataformas) mantiveram sua musculatura. O fenômeno deste novo modelo de indústria – conceito que engloba a automação e tecnologia da informação – traz novos paradigmas nos processos de produção e acumulação capitalista e no campo do conflito capital x trabalho. O mais novo fetiche do mundo digital é o controle das informações e dos dados pessoais dos usuários das redes sociais. São elementos que se tornaram “mercadorias” de grande valor no mundo da “big data”, área do conhecimento que estuda como tratar e analisar informações a partir de um conjunto grande de dados, cujo papel é prever o comportamento dos consumidores, ser capaz de influenciar decisões e, assim, ampliar os resultados do capital.

Mesmo com os diferentes graus de desenvolvimento tecnológico entre as Nações, todas, de alguma forma ou modo, são afetadas por esta nova realidade que envolve automação, robótica, internet das coisas, digitalização, engenharia genética, inteligência artificial, biotecnologia, nanotecnologia, entre tantas outras formas de avanços. O fenômeno tecnológico afeta todas as classes com transformações que vão além dos processos de produção, reprodução e acumulação do capital e se sobrepõem também às esferas da cultura, das relações sociais, do ensino, da política e, inclusive, das lutas dos movimentos sindical e social. Cabe ao movimento sindical entender estas mudanças para encontrar respostas que sejam capazes de incluir estes novos trabalhadores do mundo digital em espaços ou formas de representação que lhes garantam direitos e ferramentas e os auxiliem na superação das atuais condições que os mantêm presos a um sistema ainda mais opressor e desumano.

O modo como estas tecnologias são utilizadas pelo capital não trouxe o resultado humanizador esperado com o deslançar dos avanços científico, intelectual e humano, qual seja: eliminar da vida do trabalhador as funções mais perigosas e extenuantes e lhe permitir ter uma jornada de trabalho menor sem perda de renda para usufruir das outras formas de socialização. As premissas da “indústria 4.0”, ao contrário, focaram na produtividade, competitividade, aumento de eficiência, diminuição de custos, que desencadearam mais concentração de renda, precarização, subemprego e desemprego.

Um exemplo clássico deste recente estágio tecnológico é o modelo denominado de “uberização”, também conhecido pelo eufemismo “economia de compartilhamento”, que tem como exemplo o trabalho realizado a partir do uso de aplicativos e plataformas digitais. É considerado por estudiosos como sinônimo de precarização das relações e condições de trabalho, onde não há nenhum contrato estabelecido e pauta-se numa jornada extensa e sem nenhum direito trabalhista. Um modelo que dificulta a organização e tem sido tema de reflexão dentro da CUT, na busca por restabelecer diálogos mais programáticos com esses trabalhadores.

A crise de 2008 e o surgimento da “indústria 4.0” são situações decorrentes do atual estágio do capitalismo e representam, respectivamente, as contradições e as soluções do sistema para se manter hegemônico. Em ambos os casos, o sistema prejudica a classe trabalhadora e garante à classe dominante a acumulação de capital. No episódio de 2008, o sistema apresenta a conta a ser paga pelo Estado/sociedade com suas medidas neoliberais e de austeridade econômica. No caso do avanço tecnológico, com a “indústria 4.0”, há o acúmulo de capital como lucro quando da apropriação do objeto tecnológico na forma de capital constante; e como capital variável quando se apropria do excedente obtido com a exploração da mão de obra.

### **Fenômeno político: ascensão da ultradireita**

Recuperar informações econômicas deste período histórico permite expor o substrato que levou ao desencadeamento das respostas no campo da política voltadas aos interesses do capital, com destaque ao imperialista. Constatou-se naquele período a ascensão de vertentes reacionárias, de extrema-direita e até de conotações protofascistas nas esferas políticas em vários países: Donald Trump, nos EUA; Marine Le Pen, na França; fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu; ultraconservadores retornando ao cenário nos países da Europa Ocidental. O discurso de intolerância política e religiosa também atingiu países como Brasil, Itália, Índia, Polônia, Filipinas, que elegeram líderes populistas de extrema-direita. A intransigência e a xenofobia fizeram a Inglaterra deixar a União Europeia.

A liderança mundial deste avanço da extrema-direita ficou centrada no então presidente dos EUA, o republicano Donald Trump, cujo governo se deu de janeiro de 2017 a janeiro de 2021 e teve como um de seus propósitos restabelecer o papel de império dos EUA frente às demais Nações. Reconduzia-se, a partir de então, a aliança mais intensa entre o capitalismo imperialista e o poder político de extrema-direita. O então presidente norte-americano dialogou com entidades conservadoras, como o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, boicotou organismos multilaterais que tentavam manter algum grau de equilíbrio entre as Nações capitalistas nas esferas política, econômica e comercial. A ONU - Organização das Nações Unidas, a OMC - Organização Mundial do Comércio e a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico tiveram seus papéis relativizados. Seus ataques atingiram até a OMS - Organização Mundial da Saúde, pois Trump discordava das orientações científicas do órgão.

Esta guinada para a direita no contexto mundial levou a conflitos internos e externos de ordem econômica e política entre países, fazendo surgir uma crise humanitária de proporções colossais. De acordo com a ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, o número de pessoas deslocadas à força, ou seja, que tiveram de deixar suas casas por causa de perseguições, questões políticas ou religiosas, conflitos, violações dos direitos humanos ou questões ambientais, ultrapassou os 80 milhões em 2020 – um recorde histórico. Estudos feitos pela ONU e divulgados em dezembro último sobre a situação humanitária e de proteção global, agora também sob influência da crise sanitária do Covid-19, apontavam que o mundo poderá, em 2021, vivenciar a maior crise social desde a 2ª Guerra Mundial, atingindo cerca de 235 milhões de pessoas. O estudo apresenta dados cruéis: 736 milhões de pessoas poderão estar em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com menos de 1,60 euro por dia. São trabalhadores e seus familiares que necessitarão de acesso a programas de Seguridade Social.

Neste período em que os países capitalistas procuravam se recuperar do forte golpe resultante da crise de 2008, a China mostrava-se em ascensão econômica e avançando na geopolítica planetária, fato que levou Trump a impor, mesmo num período de uma economia planetária ainda combalida, uma verdadeira guerra comercial com as empresas e o governo chinês e seus aliados comerciais, o que afetou o mercado mundial. De certo modo, o medo do presidente norte-americano estava correto, pois, de acordo com estudos do Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios (entidade britânica), se a China conseguir manter seus percentuais de crescimento, a partir de 2028 já terá ultrapassado a economia dos EUA.

Ainda de acordo com este estudo, haverá uma nova configuração na econômica mundial até 2035: *“A China é a única grande economia que evitou uma recessão em 2020 e pode alcançar um crescimento médio anual de 5,7% entre 2021 e 2025. Os EUA, por sua vez, terão um crescimento em 2021, mas que diminuirá a uma taxa de 1,9% ao ano entre 2022 e 2024. A Índia se tornaria a terceira maior economia do mundo em 2030, lugar que o Japão ocupa atualmente. A Alemanha perderá a quarta posição que ocupa atualmente no final da década e, a partir de 2030, será a quinta economia mundial. Haverá ainda a ascensão de outras economias emergentes como Indonésia, Brasil e Rússia”*. São prognósticos bem audaciosos, montados sobre a ciência exata da economia. Resta saber quais serão os desdobramentos no tabuleiro de xadrez da política mundial que serão efetivados pelas Nações na defesa de seus interesses.

## **Pandemia: recrudescimento da crise x concentração de riquezas**

Neste íterim, em 11 de março de 2020, com o pronunciamento oficial da OMS, a humanidade teve a confirmação de que o mundo se deparava com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Desde então, o planeta passou a se adaptar para tentar conter a tragédia dos contaminados e dos óbitos. Numa velocidade muito grande o vírus espalhou-se pelo mundo. A primeira quinzena de agosto de 2021 contabilizava 208 milhões de pessoas contaminadas e mais de 4,37 milhões de óbitos em todo o planeta. O Brasil, no mesmo período, acumulava 20,4 milhões de infectados e 569 mil mortos. Números oficiais de uma crise sanitária de dimensão global que também contamina e compromete a economia do planeta, que se encontrava debilitada desde 2008.

A pandemia, na opinião de economistas, funcionou para reascender e agravar ainda mais a crise econômica de boa parte dos países. No início de 2020, o FMI projetava que 80% dos países teriam recuo de suas atividades econômicas naquele ano. Os técnicos do Fundo fizeram o prognóstico de que a recuperação da crise seria longa, irregular e incerta. Segundo a OCDE, o PIB global teve contração de 3,4% em 2020. No Brasil, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 700 mil empresas foram fechadas entre março e setembro de 2020. Dados apontam que China e Estados Unidos apresentaram melhores condições de recuperação. Os países europeus, por sua vez, estão em ritmo mais lento da retomada de suas economias. As Nações latino-americanas e africanas estão bastante prejudicadas e os sinais de melhorias apresentam-se lentos. Há, apesar deste quadro, a confirmação do crescimento da desigualdade: ao mesmo tempo, a pandemia criou mais bilionários e mais pobres no mundo.

No início de 2021, a ONG OXFAN divulgou que em todo o mundo os bilionários acumularam US\$ 3,9 trilhões durante a pandemia, fazendo com que atingissem uma riqueza total de US\$ 11,95 trilhões. Apenas os 10 maiores bilionários acumularam US\$ 540 bilhões nesse período. Foi diagnosticado que as mil pessoas mais ricas do mundo recuperaram todas as perdas na pandemia em apenas nove meses. Por sua vez, os mais pobres levarão pelo menos 14 anos para conseguir se recompor financeiramente. A entidade havia identificado fenômeno semelhante no Brasil com dados do primeiro semestre de 2020: 42 bilionários viram o conjunto de suas fortunas crescer US\$ 34 bilhões na pandemia. O patrimônio líquido dos mais ricos subiu de US\$ 123,1 bilhões em março para US\$ 157,1 bilhões em julho daquele ano.

Esta desigualdade social, que também pode se entender epidêmica, demonstra a lógica intrínseca do sistema capitalista que permite a acumulação máxima de lucros/capital por seletos grupos de indivíduos ou corporações, em detrimento das economias e das populações nos níveis locais e planetário. A classe trabalhadora deve cobrar dos governos e do setor empresarial que exerçam sua cota de responsabilidade nesta crise humanitária e apresentem propostas para salvar vidas e estruturas econômicas. Além de garantir trabalho e renda, devem ser criados impostos sobre os lucros e riquezas individuais e das grandes corporações globais e taxar os super-ricos e as grandes fortunas. As cinco maiores empresas de tecnologia dos Estados Unidos – Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft – fecharam 2020 com um lucro líquido somado de US\$ 206 bilhões (R\$ 1,1 trilhão).



## Por um mundo mais igualitário e sustentável

É fundamental que as discussões que estão sendo travadas para superar a crise levem em consideração um mundo mais igualitário e sustentável. Nesse sentido, é evidente que a classe trabalhadora tem seu papel de vanguarda no processo de condução de novas agendas econômicas e sociais que possam suplantar o modo de produção capitalista e elevar a história da humanidade a um novo patamar das relações sociais e de produção. De imediato, medidas econômicas mais justas são a chave para uma recuperação acelerada da crise e da pandemia.

Cálculos feitos pela OIT - Organização Internacional do Trabalho detectaram a perda de 8,8% das horas de trabalho em todo o mundo, o equivalente a 255 milhões de empregos em tempo integral. Há uma estimativa de que a renda caiu em torno de US\$ 7 trilhões em todo o mundo, o que corresponde a 8,3% da renda global do trabalho, ou 4,4% do PIB global, percentual superior ao que havia sido estimado pelo FMI. A perda de empregos foi maior entre as mulheres, atingindo 5%; para os homens o índice foi de 3,9%. Para jovens na faixa dos 15 aos 24 anos foi de 8,7%, enquanto na população adulta o índice atingiu 3,7%. Cerca de 81 milhões de pessoas deixaram o mercado de trabalho por não conseguirem emprego.

De acordo com estudos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a crise econômica provocada pela pandemia *“entrará para a história como uma das piores que o mundo já experimentou e terá efeitos devastadores na economia mundial, podendo ser ainda maiores que a crise global de 2008”*. A América Latina está sendo fortemente afetada. Dados de 2020 previam que o número de pobres na região poderia chegar a 220 milhões e as pessoas em extrema pobreza atingiria algo em torno de 90 milhões. O impacto da crise nas economias emergentes ainda é grande. A pandemia causa desaceleração sem precedentes em investimentos, comércio e turismo nos países em desenvolvimento.

O retorno ao crescimento econômico dos países, segundo os especialistas, está, neste momento, atrelado à sua capacidade de vacinação. Esta condição deve atingir todos os países para que o mercado mundial se recupere globalmente. O impacto do negacionismo à diretriz da Ciência, cujos expoentes maiores foram o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, e o caso brasileiro, com Bolsonaro, fez com que as populações de seus países se tornassem mais vulneráveis à pandemia e despontassem nos rankings de contaminação e mortos pelo vírus. Uma postura ultraconservadora e reacionária que levou Trump a perder a eleição e fez Bolsonaro ser investigado por uma CPI no Senado.

Neste último período, mesmo entre os governos democratas e republicanos, ficou evidente o interesse ainda maior da política externa dos EUA sobre a América Latina, ao estender seus tentáculos sobre a economia, política e diplomacia destes países. Sua estrutura de inteligência acompanha os cenários políticos da região e, inclusive, atuou sobre os resultados eleitorais de alguns países, como Venezuela, Argentina e Brasil. Um olhar ainda mais atento recai sobre o Brasil que, naquele momento, despontava nos cenários econômico e geopolítico com grande destaque por conta das políticas implementadas pelos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Além do perigo que esta postura proativa causava aos interesses dos EUA, havia o explícito interesse nas empresas estatais e riquezas naturais, com destaque ao Pré-sal. O famigerado episódio de espionagem contra a ex-presidenta Dilma Rousseff foi manchete em jornais brasileiros e internacionais. As escutas plantadas expuseram os métodos escusos do imperialismo norte-americano e o interesse sobre a nossa política e economia.

Hoje já estão comprovadamente identificadas as digitais dos EUA nos golpes que foram dados contra os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A ingerência criminosa da inteligência estadunidense preparando, apoiando e conduzindo a Operação Lava Jato, cujo trabalho laçao foi desenvolvido pelo ex-juiz Sérgio Moro, o procurador Deltan Dallagnol e o grupo do Ministério Público do Paraná, serviços dos interesses norte-americanos, é fato reconhecido e divulgado pelas mídias nacional e internacional. Informações confirmadas revelaram o lado persecutório, parcial e criminoso desta operação para tirar os governos democráticos e populares do poder. Uma relação espúria e subserviente que foi ampliada no governo Bolsonaro. O aumento da presença de agentes da CIA no país é descrita pelos jornais.

### **Sai Trump e entra Biden: o imperialismo permanece**

Na geopolítica mundial, a vitória do democrata Joe Biden nas eleições dos Estados Unidos trouxe expectativa de mudanças. A retirada do poder do projeto ultraconservador encabeçado por Trump desestabilizou, de certo modo, o avanço que a extrema-direita vinha tendo nos EUA e nas demais Nações. O ataque ao Capitólio feito pela horda de bárbaros comandada por Trump, em janeiro deste ano, foi um espetáculo grotesco, perigoso e até então impensável contra a Democracia daquele país. Foi como um sinal de alerta não só para os EUA, mas às demais Nações que observavam os episódios de flerte e/ou afronta destes segmentos de extrema-direita às suas instituições e populações com certo descuido e complacência.

Não há sinais de que a condução das políticas externa e econômica dos Estados Unidos vá sofrer alterações drásticas no seu perfil imperialista. Pelo contrário, citações de Biden já expressaram posturas conservadoras e até xenófobas contra a Rússia e a China, inaugurando o que alguns especialistas chamam de “nova guerra fria”. Chegou a usar a mídia para insinuar que o presidente russo Vladimir Putin seria um assassino e ordenou a expulsão de dez diplomatas russos de Washington. No conflito recente entre Israel e Palestina, quando foram assassinados 232 palestinos, Biden foi contra medidas do Conselho de Segurança da ONU que condenassem Israel.

Quase nada mudou na política de expulsão de imigrantes. Biden mantém algumas das posturas duras de seu antecessor. Nada fez contra os embargos militar e econômico à Cuba iniciados ainda na década de 1960. Recentemente suspendeu parte dos embargos econômicos à Venezuela. Analistas veem o ato como forma de tentar melhorar a imagem do seu país, pois não alterou a estratégia golpista contra o povo e o governo. Basta ver que até o momento continua reconhecendo a figura de Juan Guaidó e mantendo o apoio a ele. O olhar de rapina da águia imperialista mantém-se sobre os países da América Latina. Na opinião de especialistas, a manutenção da região como um pseudo-protetorado norte-americano tenderá a ser a postura de Biden sobre os países latino-americanos e do Caribe.

Na esfera econômica, a tendência é que se amplie a guerra comercial e tecnológica entre os EUA e China pelo controle da economia mundial de forma muito intensa nos próximos anos. Basta observar a postura agressiva dos EUA contra os chineses na corrida pelo mercado mundial destinado à tecnologia 5G (quinta geração). Biden atua de forma muito firme na iniciativa de vacinação de toda a população norte-americana para acelerar o retorno do crescimento da economia. Adotou medidas de aumento dos gastos públicos e de taxação dos mais ricos para enfrentar a profunda crise que afeta os EUA. A medida foi acompanhada por um megapacote

de recursos na ordem de US\$ 6 trilhões para combater a pandemia e buscar a recuperação da economia. Mesmo com poucos meses na Casa Branca, Biden já conquistou sinais importantes de recuperação frente às crises sanitária e econômica de seu país.

### **Aumenta o isolamento de Bolsonaro**

Este novo conduzir da política imperialista dos EUA tem sinais de desdobramento na relação com o Brasil. Ficou evidente que o projeto de extrema-direita de Bolsonaro se tornou órfão de seu grande mentor e cúmplice representado na figura política de Trump. O governo brasileiro tornou-se ainda mais isolado no cenário mundial com a saída do republicano da presidência dos EUA. Durante a pandemia, os ataques grosseiros de Bolsonaro à China, o maior parceiro comercial brasileiro, reproduzindo a verborragia dantesca de Trump, demonstrou a insensatez e vassalagem que comprometem a soberania nacional. Os posicionamentos adotados por Bolsonaro levaram o país a se tornar um pária entre as Nações. O papel histórico da política externa brasileira, ampliado a partir de uma estratégia ativa e ativa adotada desde 2003 pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi sendo desmontado pela postura irracional e subserviente de Bolsonaro em relação aos EUA.

Joe Biden demonstrou até agora desinteresse às tresloucadas atitudes de Bolsonaro. Assim que chegou à Casa Branca, especialistas de universidades sugeriram o congelamento de acordos, negociações e alianças com o governo Bolsonaro. Os motivos apontados pautaram-se nos retrocessos em áreas como defesa dos direitos humanos, relações trabalhistas, defesa dos povos indígenas e meio ambiente, além da política econômica pautada na austeridade fiscal que penaliza a população. Um dos primeiros impasses, porém, parece ter como foco a questão ambiental. A queda do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, envolvido em escândalos que estão sendo investigados a partir de denúncias do próprio governo norte-americano, é um sinal de que alguma coisa mudou neste tema entre os dois países. Biden é favorável às discussões climáticas e ambientais e, decerto, cobrará posicionamentos mais sérios sobre a Floresta Amazônica e os recursos naturais. Recados já foram dados nesse sentido.

Isto poderá obrigar o governo brasileiro a rever suas posições sobre o “Acordo de Paris”, apresentado em 2015 durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, que apresenta medidas de preservação do planeta. O Brasil também deverá reposicionar-se sobre as metas de desenvolvimento sustentável contido na Agenda 2030 da ONU e que foram relativizadas pelos governos que entraram no poder a partir de 2016. São medidas que podem sinalizar a colocação de uma porteira na política de “passar a boiada” inaugurada por Ricardo Salles. O tema desenvolvimento sustentável é de grande interesse da classe trabalhadora por não aceitar um modelo forjado a partir das bases do pensamento capitalista, ou seja, com desigualdade, injustiças e totalmente predatório. O desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e as medidas emergenciais para reverter as mudanças climáticas são pautas atualíssimas da classe trabalhadora nos níveis nacional e internacional.

No campo da multilateralidade das relações internacionais, o Brasil, com Bolsonaro, afastou-se do protagonismo que vinha tendo no âmbito do BRICS, grupo formado também por Rússia, Índia, China e África do Sul – uma instituição de grande peso, que representa cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Medida tomada de forma ideologizada e contemporizando os interesses dos EUA. O mesmo sentimento foi

reproduzido nas relações do país com a ONU, com a OMS, com o Mercosul - Mercado Comum do Sul, formado por alguns países sul-americanos. Recentemente o Brasil formalizou sua saída da UNASUL - União de Nações Sul-Americanas, bloco formado por doze países, para ingressar no PROSUL - Fórum para o Progresso da América do Sul, formado por oito países com características claras no espectro ideológico de extrema-direita, fatalmente interligado aos interesses estadunidenses para a América do Sul.

O governo Bolsonaro está ficando isolado com sua política de extrema-direita também nas relações com países da América Latina. Ocorreram avanços importantes das forças de esquerda com a vitória eleitoral na Argentina, as lutas pela Constituinte no Chile, as recentes manifestações contra a reforma tributária na Colômbia e a vitória do MAS - Movimento ao Socialismo nas eleições presidenciais bolivianas em outubro de 2020. A vitória recente do sindicalista e professor Pedro Castillo nas eleições presidenciais no Peru é outro fato importante. São alvissareiras novidades que vão desconstruindo o avanço ultraconservador e ultraliberal na região. Mesmo com a pandemia, a retomada dos movimentos de massa por todo o país, com grande participação popular contra o governo Bolsonaro, tem demonstrado o descontentamento da população, sentimento que é reiterado nos resultados das pesquisas que mostram o crescimento permanente dos índices de desaprovação e rejeição de seu governo.

A classe trabalhadora e suas entidades representativas devem permanecer atentas ao estabelecimento de estratégias para suas lutas nacionais, regionais e internacionais voltadas a garantir soberania, manutenção e conquistas de direitos, construção de um mundo sustentável, na defesa de que as novas tecnologias estejam a serviço de toda a humanidade, pelo direito à vida com vacinas para todos, na construção de mecanismos voltados à criação de empregos e distribuição de renda e riquezas, por jornadas de trabalho mais justas, pelo direito à livre sindicalização, entre tantas outras bandeiras progressistas dos trabalhadores. É fundamental fortalecer as estruturas sindicais para combater o ultraliberalismo e a extrema-direita em níveis nacional e internacional, consolidando alianças com entidades internacionais da classe trabalhadora.



Em maio de 2016, quando foi realizado o 7º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, o país passava por uma cena política extremamente atribulada em decorrência dos desdobramentos do ilegítimo processo de impeachment contra a então presidenta Dilma Rousseff, reeleita com mais de 54 milhões de votos válidos no pleito de 2014. O pedido pautava-se em supostas “pedaladas fiscais”, assim denominadas determinadas operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional – mecanismo contábil adotado por governos anteriores, inclusive em esferas estaduais. Estava em curso, à época, um golpe jurídico, parlamentar, militar e midiático orquestrado pelos setores conservadores do país em consonância com os interesses e orientações do capital nacional e internacional. Sinais deste processo já vinham sendo dados desde 2013, com as manifestações orquestradas por setores conservadores e a mídia privada para desestabilizar e, posteriormente, realizar o ataque fatal contra o governo Dilma Rousseff.

Pouco tempo depois, em 31 de agosto de 2016, ficou confirmada sua retirada do poder e a República Federativa do Brasil passava, mais uma vez, por um golpe contra sua jovem e sempre aviltada Democracia, que, desta vez, levou ao poder o ilegítimo Michel Temer, até então vice-presidente. Encerrava-se, assim, o ciclo de maior altivez e virtuosidade do país, inaugurado em 2003 com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi um período de desenvolvimento socioeconômico, de geração de emprego e distribuição de renda, de uma política externa ativa e soberana, de avanços na Democracia, de ampliação do controle social, de consolidação da posição do país como potência emergente no cenário geopolítico mundial, de expansão de políticas públicas e de avanços nas pautas referentes a costumes e direitos.

Posteriormente, uma nova fase do golpe deu-se com o avanço da perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por parte do então juiz Sérgio Moro e do procurador da República, Deltan Dallagnol, como também do grupo de procuradores de Curitiba, que conduziram um processo fraudulento, espúrio, contaminado por tramoias jurídicas e por comprovada parcialidade, má-fé e ligações estreitas com órgãos de inteligência dos Estados Unidos, o que levou à condenação e prisão do ex-presidente por 580 dias. Perseguição que fez com que lhe fosse subtraído o direito constitucional do “transitado em julgado” e tornando-o o primeiro preso político pós-redemocratização do país, além de impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais de 2018, quando apresentava condições reais de vencer o pleito. A histórica frase de Deltan Dallagnol quando da prisão arbitrária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é simbólica deste conluio: “*Um presente da CIA*”. Agravou-se, assim, o estado de exceção no país.

O tempo, “o senhor da razão”, como diz o ditado popular, respaldado por muita luta dos setores progressistas em níveis nacional e internacional, com destaque à classe trabalhadora, comprovou de forma inquestionável que ambos os casos tratavam-se de artimanhas rasteiras e forjadas para retirar do poder os representantes da classe trabalhadora, destruir direitos sociais e trabalhistas, subjugar a soberania nacional, entregar ao capital estrangeiro as riquezas naturais e as estatais, entre elas as “cerejas do bolo” Petrobras e Eletrobras, esquarterar a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal de 1988, destruir o capítulo da Seguridade Social e levar ao poder a doutrina ultraliberal de destruição do Estado Democrático de Direito e do Estado de Bem-Estar Social.

A famigerada Operação Lava Jato destacou-se como estratégica para a efetivação das metas golpistas estabelecidas pelos setores conservadores do país e pelos interesses do capital internacional. Com a Operação passou a fazer parte do vocabulário do país o termo “lawfare”, cujo significado pode ser “guerra jurídica”, quando o direito é usado como arma contra alguém. A ciência do Direito nunca havia sido tão violentamente aviltada como o foi a partir da ação desse grupo da Operação Lava Jato. A economia, o sistema político e a soberania nacional também foram atingidos. Estudo realizado a partir da parceria entre a CUT - Central Única dos Trabalhadores e o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos demonstra o tamanho do prejuízo, utilizando dados colhidos em fontes oficiais e governamentais apenas entre os anos de 2014 e 2017.

O levantamento revelou que o Brasil perdeu R\$ 172,2 bilhões em investimentos e 4,4 milhões de empregos. Só a construção civil perdeu 1,1 milhão de postos de trabalho. O montante que o país perdeu em investimentos é 40 vezes maior do que os recursos que os procuradores da força-tarefa anunciaram ter recuperado. Os cofres públicos deixaram de arrecadar R\$ 47,4 bilhões em impostos, sendo R\$ 20,3 bilhões em contribuições sobre a folha de salários. A perda em relação à massa salarial foi de R\$ 85,8 bilhões. Toda esta destruição somada levou ao aprofundamento da crise econômica e à queda do PIB, que poderia ter um acréscimo positivo de 3,6% no período, mas que ficou negativo. Destruiu-se o projeto de internacionalização que as construtoras e empresas nacionais de alta tecnologia vinham realizando.

### **Eleições 2018: vitória do golpe**

As eleições de 2018, fartamente contaminadas pela toxidade e o ódio meticulosamente construído contra o Partido dos Trabalhadores pelas distorções da realidade levadas à sociedade pela mídia privada e a burguesia nacional, somado ao acintoso e sistemático uso da máquina multimilionária e perversa das fakes news, alçaram ao poder o projeto ultraconservador e ultraliberal do representante da extrema-direita e de parte do comando militar brasileiro, o ex-deputado Bolsonaro. A mansidão das instituições e, principalmente, dos meios de comunicação privados frente ao candidato vitorioso, que relativizou seu currículo de 30 anos de parlamentar omissivo, medíocre e violento e o ungiu com direito beneplácito de não participar de debates eleitorais, foi mais um espetáculo vergonhoso e um novo capítulo da saga golpista.

O pleito daquele ano teve desdobramentos nefastos na composição dos espaços legislativos. A onda bolsonarista alçou ao poder um número expressivo de parlamentares neófitos com pouca ou nenhuma vivência partidária e pautados por interesses individualistas e projetos personalistas. O Congresso Nacional, que recebeu inúmeros parlamentares com estes perfis, viu-se impregnado pelo reacionarismo e fisiologismo de maneira nunca antes presenciada em sua história. Desde então, o país vê recrudescer o estado de exceção, mergulhado num caos político, institucional, econômico, social e de costumes. Retrocedemos em todos estes campos numa velocidade inimaginável.

Vimos surgir nas estruturas políticas e sociais um sectarismo e um autoritarismo de características profascista nunca antes explicitadas nos cotidianos da sociedade e da política brasileira. A chegada de Bolsonaro ao poder só fez acentuar o processo desencadeado desde 2016 com o ilegítimo Michel Temer que, entre as muitas medidas contra a população e a classe trabalhadora, conseguiu aprovar a Contrarreforma Trabalhista, em 2017, que alterou mais de

200 pontos da CLT, causando retrocessos como: flexibilização de direitos trabalhistas, salários menores, alteração do processo de negociação capital x trabalho, facilitou demissões, flexibilizou jornadas de trabalho, fragilizou a organização sindical e seu financiamento, como também dificultou o acesso e o papel da Justiça do Trabalho.

A herança de Temer contém ainda a Lei nº 13.429/2017, conhecida como Lei da Terceirização; o fim da política de valorização do salário mínimo e a famigerada EC - Emenda Constitucional nº 95, que instituiu um novo Regime Fiscal e condiciona os investimentos nas áreas sociais ao índice inflacionário do ano anterior. Conhecida como a "EC da Morte", a emenda é um dos mais sérios retrocessos na condução dos investimentos públicos no país. Estes são apenas alguns dos exemplos das medidas retrógradas impostas por Temer. São ataques cujos efeitos trabalhistas e econômicos contribuem com a fragilização da estrutura sindical. Um conjunto de ações que só trouxe prejuízos à classe trabalhadora e aprofundou a crise no país.

As armadilhas trazidas por Temer foram ampliadas em grau superlativo por Bolsonaro com a aprovação da Contrarreforma da Previdência, em 2019, trazendo prejuízos inimagináveis e tornando praticamente impossível que o trabalhador possa se aposentar. Dentre as principais críticas da CUT, à época, estavam: alteração da idade mínima, tempo de contribuição, cálculo da média salarial, questões específicas que envolviam professores, rurais e o serviço público, Capitalização, alteração sobre pensão por morte e acúmulo de benefícios e sobre o BPC - Benefício de Prestação Continuada. Na opinião manifestada pelo professor da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Eduardo Fagnani, *"reformas da Previdência são normais, são necessárias. Mas essa (a de Bolsonaro) não é uma reforma da Previdência. O objetivo não é reformar a Previdência. Você tem um objetivo velado que é mudar o pacto social de 1988, essa que é a questão mais grave. Está mudando o pacto social baseado na solidariedade e na ideia de Seguridade Social, construído depois de mais de 20 anos de luta"*.

### **Política de "passar a boiada"**

Na perspectiva da política de "passar a boiada", o governo Bolsonaro implementa sistematicamente medidas ultraliberais que estão conduzindo a economia brasileira e o mercado de trabalho à bancarrota. A destruição do parque industrial, o afrouxamento das regras para o agronegócio, a destruição dos biomas nacionais por conta de uma política de meio ambiente criminosa, a destruição das riquezas do Estado brasileiro, os processos de privatização nocivos aos interesses da soberania nacional e a falta de uma política econômica voltada ao desenvolvimento nacional são apenas alguns exemplos.

Outro ponto é o servilismo do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente Bolsonaro aos interesses do capital internacional, resultado dos compromissos com o capitalismo financeiro/rentista, de quem ambos não negam ser representantes. Dados do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar demonstram que o governo possuía em andamento 38 processos de reestruturação de ativos, sendo que 15 desses levavam à desestatização total e os demais 23 de desinvestimento parcial das empresas. As privatizações dos Correios e da Eletrobras estão em andamento no Congresso. Outra forma para avançar nas privatizações foi colocar as subsidiárias à venda, uma vez que não precisa passar no Congresso. Assim, de 38 casos de venda de ativos estatais, será possível chegar a 106 casos destas subsidiárias que têm participação do capital privado.

Os técnicos do DIAP denunciam que são operações que oneram triplamente a sociedade: criam novas empresas com recursos públicos; vendem com preços bem abaixo do mercado; e aumentam o valor pago pela sociedade pelos serviços privatizados. Há as crises sociais e humanitárias em decorrência de colocar em risco milhares de empregos, sejam de profissionais destas empresas, como também dos que estão inseridos nas inúmeras empresas das cadeias produtivas que servem de aporte a estes setores. As novas políticas de preços que serão implementadas pela iniciativa privada inevitavelmente levam a aumentos dos valores cobrados em serviços e produtos fornecidos, o que atinge diretamente a população que se vê refém, como exemplo, de aumentos abusivos nas áreas de combustíveis, energia elétrica e transporte, itens de grande peso no custo de vida dos trabalhadores que, somados aos aumentos dos impostos e dos preços dos alimentos, têm dificultado em muito a vida das famílias brasileiras.

O próximo grande ataque arquitetado por Bolsonaro e Guedes é a tentativa de aprovar a PEC - Proposta de Emenda Constitucional nº 32, da Contrarreforma Administrativa, também conhecida como “PEC da destruição do Estado Brasileiro” ou, como alguns também a denominam, “PEC da Rachadinha”, por relativizar os concursos públicos e abrir novas formas de contratação que abrem brechas para práticas nocivas e criminosas desta natureza. A iniciativa atinge fortemente a estrutura estatal e os funcionários públicos das três esferas de governo, como também os serviços públicos oferecidos à população, por permitir novas e precarizadas formas de contratação, inclusive terceirização, além de levar à desconstrução das carreiras e restringir a estabilidade do servidor público. É mais uma forma de extinção dos cargos e carreiras públicas e de retirada dos direitos sociais e trabalhistas.

A proposta desconstrói completamente o Estado configurado na Constituição Federal de 1988. Haverá, caso aprovada, um comprometimento dos serviços prestados à população, que passará a ter dificultado o acesso às políticas públicas. Segundo o diretor do DIEESE, Fausto Augusto Júnior, a PEC nº 32 é o desmonte do serviço público: *“É o processo de mercadorização dos direitos sociais e a forma encontrada por este governo para transferir os Fundos Públicos para a iniciativa privada. Atingirá os servidores que estão nos governos, os futuros e também os aposentados. Os sistemas públicos de Previdência Social serão afetados e entrarão em crise. Isto vai significar mais retirada dos salários dos servidores ativos e aposentados. Toda a sociedade será afetada. O que hoje é público e garantido pela Constituição será colocado para ser vendido como acontece com qualquer produto: em prateleiras de mercados”*. A PEC, segundo ele, garante aos governantes o direito de desmontar completamente o Estado Brasileiro.

## Falácia das Contrarreformas no pós-golpe

As Contrarreformas expostas até agora, alardeadas por estes governos golpistas como “tábua de salvação” ou “remédio” para a economia do país, na verdade tornaram-se o cadafalso que pretende encerrar o destino do trabalhador ou a prescrição charlatã que acelera o avanço da doença ao invés de contê-la. No início deste ano, o país sofreu queda no ranking das dez economias mais ricas do planeta, passando a ocupar o 12º lugar e sendo superado, em 2020, por Canadá, Coreia e Rússia. Em 2011, o Brasil chegou a ocupar a sexta posição, desbancando a Grã-Bretanha. A queda no ranking é resultado do “tombo” histórico, como identificou até a mídia privada, de 4,1% do PIB em 2020. Foi a maior contração anual desde o início da série histórica do IBGE, que começou em 1996. São indicadores que mostram que a economia retrocedeu aos padrões de 1980, considerada a década perdida economicamente para o país.

O Brasil vivencia agora a junção de duas grandes crises: a econômica, que acontece por conta das medidas ultraliberais desastrosas assumidas por Guedes, e a sanitária, da pandemia do Covid-19, com seríssimos reflexos também na economia. O resultado é que em 2020 as contas públicas fecharam com um rombo de R\$ 743 bilhões, elevando a dívida pública de 74,3% para 89,3%, considerado um recorde para um país emergente. O desempenho de 2020 só não foi ainda mais dramático por conta da aprovação, pelos partidos de oposição, do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 defendido pela CUT e demais Centrais Sindicais. Com as primeiras nove parcelas disponibilizadas naquele ano, foi possível injetar na economia cerca de R\$ 295 bilhões, beneficiando diretamente 68,2 milhões de pessoas, o que representa 32,2% da população e cerca de 40% das residências do país.

Para 2021, as medidas até agora tomadas não trazem alento para a economia. O valor aprovado para a nova fase do Auxílio Emergencial é bem menor, variando de R\$ 175,00 a R\$ 375,00, para um número menor de beneficiados, o que leva à injeção de cerca de R\$ 44 bilhões na economia. O erro premeditado e criminoso de negligenciar a vacinação rápida e em massa da população também tem reflexo na economia, pois retarda seu retorno aos padrões normais. Enquanto os países que investiram na vacinação terão sinais de recuperação econômica ainda este ano, o Brasil, segundo especialistas, sentirá este efeito apenas em 2022. Os poucos sinais de crescimento serão por conta de ter como base o ano de 2020, período mais agudo da crise, ou seja, sobre o “quase nada”; o pouco é muito. A crise política, a queda da renda das famílias, o pouco espaço fiscal para investimento público e o nível de ociosidade alto das empresas não são cenários convidativos ao crescimento, dizem os economistas.

## **Aumento do desemprego e da concentração de renda**

Os efeitos da crise afetam drasticamente a classe trabalhadora. Dados do IBGE divulgados no final de maio deste ano demonstram que o desemprego no país atingiu a taxa recorde de 14,7% no primeiro trimestre de 2021, o que significa que o número de desempregados chegou a 14,8 milhões de pessoas, uma triste marca. Outros sete milhões de pessoas estão subocupadas, ou seja, trabalham menos de 40 horas semanais. O número de trabalhadores desalentados – que deixaram de procurar emprego – também é recorde, com cerca de seis milhões, perfazendo 5,6% da força de trabalho. Em um ano, o Brasil perdeu cerca de 6,6 milhões de postos de trabalho. O desemprego entre as mulheres atingiu o recorde de 17,9%, enquanto que entre os homens foi de 12,2%.

Atualmente menos da metade das pessoas com idade de trabalhar possuem uma ocupação. O fenômeno da informalidade também é gritante: atinge 34 milhões de brasileiros. O contingente de pessoas subutilizadas no país é outro recorde, com a cifra de 33,2 milhões. Há ainda o fenômeno do trabalho precário, em que a pessoa não tem carteira assinada ou se transformou em PJ - Pessoa Jurídica, ou seja, sem nenhum direito trabalhista ou previdenciário. O desemprego continua em nível alarmante e a precarização do trabalho tem-se intensificado. A pobreza e a desigualdade social têm crescido de forma alarmante em todo o país.

Concomitante a esta trágica situação social, mesmo durante o período da pandemia, a concentração de renda foi expressiva. A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, baseada nos segundos trimestres de 2020 e 2019, demonstra que, na média das 22 regiões metropolitanas, os 40% mais pobres perderam 32,1% da renda, os 50% intermediários per-



deram 5,6% e os 10% mais ricos perderam 3,2%. O número de bilionários brasileiros aumentou de 45, em 2020, para 65, em 2021, um aumento de 44%. Neste meio-tempo houve a precarização ainda maior das relações e condições de trabalho.

É um quadro social que reflete as medidas ultraneoliberais impostas pelos governos pós-golpe que desregulamentaram as legislações trabalhistas e enfraqueceram os Sindicatos. Uma situação que leva à criação de um exército disponível de mão de obra que teve de recorrer aos serviços precarizados, incluindo os de plataformas, para garantir seu sustento e o de suas famílias. Há ainda o fenômeno do home office que entrou na rotina de inúmeras categorias durante a pandemia, mas que, por ter sido benéfico financeiramente para os setores privado e público, se tornará permanente para um contingente expressivo destes trabalhadores. O fato é que as pessoas presentes no mercado de trabalho formal ou no informal estão sendo vítimas, em pesos e formas diferenciadas, da precarização.

O governo ainda insiste nas iniciativas de desmonte do Estado e nas privatizações para cumprir seu compromisso de fortalecer o setor privado em detrimento da esfera pública. Em 2008, quando da grande crise do capitalismo mundial, a estrutura estatal brasileira foi fundamental para manter os níveis econômicos com crescimento e baixo desemprego no país. Mesmo com o distanciamento que muitos governos pelo mundo fizeram da doutrina de austeridade fiscal, principalmente agora com a pandemia, o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, a tem como ferramenta para pôr em prática seu plano privatista e de ataque aos direitos previstos na Constituição de 1988.

## **Recrudescimento da violência**

Durante o período em análise, destaca-se o aumento da violência em vários espaços da sociedade. Um fenômeno que se intensifica pela própria postura bélica de Bolsonaro, o desmonte das políticas de combate à violência, o aumento da crise econômica e o afrouxamento de legislações de controle dos excessos cometidos pelos setores de segurança do Estado, assim como a promulgação de legislações federais que ampliam o acesso de segmentos da sociedade a armamentos e munições. Há uma explosão dos índices de violência contra negros, mulheres, lideranças sindicais, sociais e indígenas e de moradores das periferias.

Outro fato alarmante é que o Brasil possui uma população carcerária estimada em cerca de 773 mil presos (dados de 2019). O racismo estrutural também se apresenta neste indicador: do total de presos, 61,6% são negros e pardos. Cerca de 40% da população carcerária são pessoas que sequer foram condenadas. Entre as mulheres chega a 45%. O “Atlas da Violência 2020”, estudo que traça o perfil das mortes ligadas a crime no Brasil, escancara a realidade de um país marcado pelas desigualdades e pelo forte racismo. O risco de morte por homicídio para homens negros era 74% maior e para mulheres negras, 64,4%, se comparado aos casos de homicídio de indivíduos não negros. Em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios. Para cada indivíduo não negro morto naquele ano, três negros foram assassinados.

Pesquisa divulgada no início deste ano pela “Coalizão Solidariedade Brasil” – rede formada por 18 entidades internacionais com sede na França, com informações dos órgãos de governo – destaca dados sobre direitos humanos e ambientais no governo Bolsonaro e demonstra o aumento da violência, violações e desigualdade. A violência policial, um dos itens da pesquisa com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, levou a um aumento de 6% no número

de pessoas mortas no primeiro semestre de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, perfazendo 6.375 homicídios cometidos contra civis por policiais.

A violência de gênero é outro agravante. Três em cada dez mulheres sofreram algum tipo de violência em 2019, perfazendo 1.326 feminicídios, aumento de 7,1% em comparação com 2018. Naquele ano, 66,6% das vítimas de feminicídio foram negras. No período de 2008 a 2018, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 12,4%, enquanto diminuiu em 11,7% para as mulheres não negras. O número de mortes violentas na população LGBTQIA+ também foi imenso: 329 durante o ano de 2019, ou uma morte violenta a cada 26 horas. O Brasil carrega o abominável título de campeão mundial de crimes contra minorias sexuais, com mais da metade das pessoas LGBTQIA+ mortas no planeta sendo brasileiras.

## O drama da fome

Outro retrocesso de grande impacto na sociedade brasileira foi a retomada da fome para a população com maior vulnerabilidade social, assim como o aumento do número de famílias que vivem em estado de extrema pobreza. Dados de abril deste ano, extraídos do Ministério da Cidadania, indicam que a falta de alimentos e o aumento da extrema pobreza atingem 14,5 milhões de famílias brasileiras. É o maior número da série histórica iniciada em agosto de 2012. Antes da pandemia, em fevereiro de 2020, já havia 13,4 milhões de famílias nesta situação. Há ainda 2,8 milhões de famílias vivendo em situação de pobreza.

Atualmente, 58 milhões de brasileiros correm o risco de deixar de comer por não terem dinheiro. Isso significa que 27,7% da população vive uma situação de insegurança alimentar grave ou moderada, de acordo com estudo feito pelo grupo *Food For Justice*. A partir das políticas de Segurança Alimentar implementadas pelos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Brasil havia saído do Mapa da Fome da ONU durante o período de 2014 a 2018. Entre 2002 e 2013, o número de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu 82%.

As questões da concentração de terra e conflitos agrários também são graves problemas no governo Bolsonaro e alimentadoras da violência contra os trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e lideranças sindicais e sociais. Segundo o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nenhum latifúndio foi desapropriado pelo governo Bolsonaro para fins de Reforma Agrária. Dos 1.133 assentamentos constantes no balanço do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de 2020, apenas dois são da gestão Bolsonaro e tratam-se de territórios quilombolas; os demais são casos antigos que tiveram desdobramentos. Bolsonaro impediu a tramitação de 513 processos em andamento e abandonou mais de 187 processos autorizados pela Justiça para imissão de posse.

Relatório da Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à Igreja Católica, demonstrou que em dois anos do governo Bolsonaro houve um aumento de 60% no número de conflitos por terra, sendo a população indígena a principal vítima. Os conflitos por terra em 2020 (1.608) cresceram 25% em relação a 2019 (1.311) e quase 60% na comparação com 2018 (1.177). Povos originários foram os que mais sofreram invasões de terra. Sete em cada dez ocorrências aconteceram em áreas indígenas. O primeiro ano do Covid-19 levou à morte 1.039 indígenas e à média de morte de um quilombola por dia. O garimpo clandestino em terras indígenas vem crescendo sem que haja qualquer ação para contê-lo, e vem sempre acompanhado de muita

violência. As denúncias sobre violências cometidas no atual governo aumentaram cerca de 142% em relação aos anos anteriores.

Some-se a tudo isto as transgressões ambientais desencadeadas pelo Ministério do Meio Ambiente – crimes denunciados, inclusive, por governos de outros países. O “passar da boiada” da política na área ambiental permitiu o aumento da prática de desmatamento como nunca se viu, incêndios criminosos que transformam biomas inteiros, inclusive reservas ambientais, em áreas devastadas que favorecem o aumento da ocupação do agronegócio. Em 2020 foram 222.798 focos de incêndio registrados, 12% a mais que os 197.632 registrados em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro. O destaque foi o incêndio no Pantanal, com 22.119 focos, 120% a mais que em 2019.

O que não é queimado, invadido ou destruído se torna vítima das desregulações das políticas socioambientais, dizem os especialistas. Importantes instituições responsáveis por políticas desta natureza, como IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, FUNAI - Fundação Nacional do Índio, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, estão sendo vitimadas com ações de desmonte ou perseguição de seus funcionários, fatos que comprometem, ou até mesmo paralisam, programas de fiscalização ou projetos voltados ao desenvolvimento sustentável. O IBAMA teve 21 de seus 27 superintendentes exonerados logo no início do governo Bolsonaro. O ICMBIO, que cuida das unidades de conservação e centros de pesquisas, perdeu 11 Coordenações Regionais.

As áreas de ciência, tecnologia e produção de conhecimento estão sendo penalizadas com ataques dos mais variados, como o controle ideológico focado na tentativa de aparelhamento das instituições, perseguição política aos que se negam a aderir à cartilha negacionista deste governo, a retirada de verbas que coloca as instituições em quase estado de paralisia. Os órgãos de financiamento às pesquisas sofrem pelo esvaziamento de recursos, fato que leva ao enfraquecimento de novos estudos. Um número imenso de pesquisadores e cientistas está saindo do país para manter seus trabalhos em andamento com os recursos necessários e sem nenhum cerceamento político/ideológico.

## **Orçamento insuficiente e queda no ranking de investimentos**

O Orçamento federal aprovado para 2021 pelo governo Bolsonaro em nada contribui para que o país avance na superação das crises sanitária e econômica. Começa apresentando um corte de quase R\$ 30 bilhões. O Brasil apresenta hoje o menor nível de investimento público dos últimos 50 anos. Entre as áreas ministeriais que perderam recursos, duas delas são importantes para superação das crises: a Saúde perdeu R\$ 2,2 bilhões em vetos permanentes e a Educação ficou sem R\$ 1,2 bilhão permanente e outros R\$ 2,7 bilhões que podem ser revistos.

A previsão orçamentária para a Saúde é de R\$ 125 bilhões; no ano passado o valor executado foi de R\$ 161 bilhões. Para 2021, o governo relativiza os cuidados com a pandemia, os tratamentos das pessoas que sobreviveram ao vírus e a demanda reprimida de atendimentos diversos na área. A Educação teve um corte de 27%, ficando com recursos na ordem de R\$ 74,6 bilhões, perda de quase R\$ 4 bilhões, que afetará em larga escala as universidades, espaços de produção de ciência. Em 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações terá o menor orçamento dos últimos anos para despesas discricionárias: R\$ 2,7 bilhões. Em 2017, seu orçamento era de R\$ 6,5 bilhões.

Outro fato que chama a atenção é que para investimento em infraestrutura e programas como “Minha Casa, Minha Vida” e “Farmácia Popular” foram destinados recursos na ordem de R\$ 74 bilhões, um valor muito aquém dos orçamentos das últimas décadas, que tendia sempre a superar os R\$ 100 bilhões. A meta fiscal para 2021 prevê um déficit de R\$ 247,1 bilhões para o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência). Uma peça orçamentária que foi sancionada com grande atraso e que causa suspeita aos economistas, pois consideram que os recursos são poucos e haverá paralisação de serviços.

A desconfiança da capacidade do atual governo em gerenciar a economia manifesta-se nos indicadores de investimentos internacionais. Sua incapacidade de fomentar políticas de investimento interno reproduz-se também quando o assunto é conquistar investimentos estrangeiros. Dados divulgados em junho na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, por meio de estudo sob o título “Monitor de Tendências de Investimentos Globais 2021”, demonstram que o país teve uma queda de 62% no volume de investimentos externos no ano passado. Este percentual destoa da média de 8% de queda dos países em desenvolvimento. O total caiu de US\$ 65 bilhões em 2019 para US\$ 25 bilhões em 2020, o menor valor dos últimos 20 anos.

O Brasil também deu adeus ao posto de país mais atrativo para investimentos da América Latina e Caribe, condição que havia conquistado há 14 anos durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o documento, em 2020, 87% dos países do mundo apresentaram uma taxa de investimento maior que a do Brasil; nesse ano, os investidores estrangeiros retiraram US\$ 51 bilhões líquidos do Brasil. Foi o oitavo ano consecutivo de fuga de recursos, conforme dados do Banco Central. É mais uma confirmação que os golpes trouxeram ao país a condição de pária, desta vez no quesito fuga de capitais.

### **Organizar, resistir e avançar**

Foram intensos os ataques e os retrocessos inaugurados desde o golpe de 2016 que levaram à consolidação do projeto excludente do ilegítimo Michel Temer, formatado por seu partido no programa sob o título “Uma ponte para o futuro”. A única ponte possível com Temer foi a de criar as condicionantes objetivas e subjetivas para o aprofundamento do golpe que levou ao poder o projeto ultraliberal, ultraconservador e de extrema-direita de Bolsonaro.

Os resultados dos dois primeiros anos de Bolsonaro levaram à desconstrução de grande parte dos avanços conquistados nas últimas décadas. Além do projeto pessoal de se perpetuar no poder a partir das rupturas no campo institucional e na ordem democrática, ficaram expostas algumas das características de Bolsonaro: sua incapacidade técnica, política e emocional; a subserviência total ao capital; a má-fé; a apologia à violência com medidas explícitas de incentivo a estruturas paralelas ao Estado de direito; e sua perversidade criminosa.

Muitas das contradições deste governo estão sendo desmascaradas, ao mesmo tempo em que surgem novas e graves denúncias de casos de corrupção, nepotismo, uso do fisiologismo explícito na relação com os partidos do Centrão, entre outras mazelas. A CPI da Pandemia vem confirmando que o governo nunca priorizou a vacinação. Mesmo nos contratos realizados tardiamente para compra de vacinas, a CPI vê indícios de má-fé com o uso do dinheiro público. A Comissão quer saber dos recursos usados na produção dos medicamentos cientificamente comprovados como ineficazes contra o vírus e os processos de compra das vacinas.

Neste período, a CUT manteve-se firme no enfrentamento para denunciar as farsas perpetradas contra o país, a classe trabalhadora e a Democracia desde o golpe de 2016. Acertadamente, estabeleceu a estratégia de construir um arco de alianças envolvendo as demais Centrais Sindicais, os partidos de oposição, setores e movimentos sociais progressistas, com destaque às Frentes “Brasil Popular” e “Povo sem Medo”, para a realização da luta conjunta nos campos parlamentar, jurídico e nas ruas, com atos e mobilizações, incluindo greves nacionais de grande adesão e impacto que foram realizadas desde então.

Têm sido intensos os esforços para manter as estruturas sindicais firmes e atuantes neste momento em que o ataque às suas finanças foi estrategicamente desferido para tentar conter a força, a resistência e a tenacidade dos trabalhadores. A classe trabalhadora vem-se reinventando para garantir a sobrevivência e as capacidades de resistir e lutar. Desde o 13º CONCURT, em 2019, a Central tem feito o debate sobre organização sindical como forma de avançar no fortalecimento das entidades visando ao embate para derrotar Bolsonaro e as forças políticas e sociais retrógradas que o levaram ao poder e sustentam seu governo.

Nos últimos meses, mesmo com a pandemia, a CUT e entidades parceiras, com todos os cuidados necessários e protocolos de saúde para evitar contaminação pelo vírus, têm saído às ruas em grandiosas manifestações pelo “Fora Bolsonaro”, por vacinas, pela vida, por emprego e renda, por Democracia, contra as privatizações e contra a PEC nº 32. A cada nova agenda, mais pessoas se apresentam para protestar. São milhares e milhares que vão às ruas de todos os estados exigindo um basta deste governo de morte. São 127 pedidos de impeachment protocolados na Câmara Federal até o momento, esperando que o seu atual presidente, Arthur Lira, cumpra seu papel e, respeitando a vontade popular, acate o pedido de abertura do processo.

A CUT observa que somente com muita mobilização e pressão social este quadro poderá ser alterado. A mesma pressão deve ser feita sobre todo o Congresso Nacional para defender os direitos e a agenda emergencial para o combate da crise sanitária. A direção da Central mantém como centro da atuação política da CUT o “Fora, Bolsonaro e seu governo”, acompanhado da pauta sindical prioritária, associando as lutas específicas com a defesa da Democracia. Para isso, é essencial avançar na construção de unidade e mobilização.

*“A nossa participação deve ser organizada, militante e massiva para proporcionar maior visibilidade para a CUT e para as bandeiras de luta que representamos”,* destaca a Executiva da Central em nota oficial. Desta forma, elenca as bandeiras prioritárias para serem associadas ao “Fora Bolsonaro”: contra as privatizações; contra a Reforma Administrativa; por uma Reforma Tributária Justa Solidária e Sustentável; por salário, emprego, trabalho decente e renda; contra a inflação, carestia e a fome; vacina para todos; auxílio emergencial de R\$ 600; e defesa da agricultura familiar e luta por segurança e soberania alimentar.



# Balanço Político e Organizativo do Mandato 2016 - 2021

**A**s delegadas e delegados representantes dos Sindicatos e Federações filiados à CNTSS/CUT estarão reunidos, por meio de plataforma digital, para contribuir com o 8º Congresso Nacional da Confederação. Um momento especial para a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores do Ramo da Seguridade Social do campo cutista. Realizaremos pela primeira vez um Congresso totalmente virtual, metodologia tecnológica imposta pela pandemia do Covid-19. Os passos iniciais para a organização do 8º Congresso já estão ocorrendo há alguns meses, com os trabalhos da Comissão responsável para esta finalidade.

A novidade de um Congresso feito nestes moldes é bem instigante e desafiadora. Fez com que fossem observadas estratégias novas para ampliar o debate com os dirigentes e trabalhadores das bases das entidades filiadas à Confederação. Foram realizados Encontros Nacionais Preparatórios com os setores da Saúde Privada e Categorias, Saúde Estadual, ACSs - Agentes Comunitários de Saúde e ACEs - Agentes de Combate às Endemias, Federais, Assistentes Sociais e um grande Encontro Nacional da Saúde. Em todas essas etapas, que também foram virtuais, tivemos a colaboração expressiva de mais de 300 participantes.

A cada encontro discutiram-se a conjuntura nacional e as questões relacionadas ao setor, sempre com a contribuição solidária e valorosa de um especialista ou pesquisador de cada área, para, na sequência, acontecer um momento de debate e apresentação de propostas. Todo o material produzido enriquecerá o debate e a reflexão das delegadas e dos delegados do 8º Congresso, na tarefa de constituir e aprovar o Plano Político e de Lutas para o próximo quadriênio. Ampliou-se a participação com a utilização de um formulário eletrônico para que as entidades apresentassem as sugestões tratadas com seus filiados antecipadamente, com o objetivo de serem incorporadas aos debates realizados nos Encontros Nacionais Setoriais. Foram cerca de 300 propostas envolvendo as contribuições na plataforma e nos Encontros.

## Um olhar sobre a organização sindical

O 8º Congresso também será um momento especial para atualizar os debates que estão acontecendo desde o 13º CONCUR, ocorrido em 2019, sobre organização sindical cutista. Tema que é o ponto central da 16ª Plenária da CUT, prevista para acontecer este ano. A Central está completando 38 anos e trouxe para todas as suas entidades o desafio de discutir a atualização de seu projeto organizativo frente às novas condicionantes de ataques à classe trabalhadora e suas estruturas representativas, assim como as estratégias que o capitalismo mundial estabelece para ultrapassar este novo ciclo de crises.

Criada em 1995, a CNTSS/CUT completa 26 anos de fundação este ano. A Confederação é resultado da ação das trabalhadoras e trabalhadores da Seguridade Social em seu processo organizativo. Nascida organicamente à CUT, a entidade tem por referência os princípios constitutivos da Central: ser combativa, classista, democrática e de massas. Desde 2016, com o golpe, a Confederação tem estruturado suas ações em defesa dos trabalhadores, dos serviços e políticas públicas, da Seguridade Social, do Estado de Bem-Estar Social, da preservação e ampliação

dos direitos, por mais emprego e renda e pela retomada da Democracia. Também reafirma a luta pela vida, por vacinas e o chamamento da CUT pelo “Fora Bolsonaro Já”.

A defesa e o fortalecimento de seus Sindicatos e Federações são metas permanentes para que seja possível avançar nas conquistas da classe trabalhadora e nas políticas da Seguridade Social. Desde o golpe, o país vê crescer todos os indicadores de um estado de exceção que ataca a Democracia, os direitos, fere a soberania nacional, traz a crise econômica, recrudescer a violência contra os trabalhadores, os movimentos sociais e as minorias e, agora, flerta com as bandeiras da extrema-direita. Somados aos demais setores sociais progressistas, deve-se recuperar a autonomia e liberdade democrática e buscar um projeto de desenvolvimento do país no qual prevaleçam os interesses da classe trabalhadora e dos setores populares comprometidos com a superação da exploração do trabalho e do sistema capitalista.

Desta forma, é importante reafirmar a estratégia definida no 13º CONCUT focada em “*derrotar a coalizão de forças políticas e sociais responsáveis pelo retrocesso político e civilizatório do país, sintetizada na luta pelo fim do governo Bolsonaro*”, a partir de três eixos principais: “*defesa dos direitos, da democracia e da soberania; construção de alternativas da classe trabalhadora para o Brasil; atualização do projeto organizativo da CUT*”. O enfrentamento ao projeto da classe dominante será uma luta contra-hegemônica, na qual o Sindicato e o fortalecimento do sindicalismo classista são pontos importantes.

## Preparando a participação na 16ª Plenária da CUT

Há um acúmulo de discussões sobre este tema dentro da estrutura da Central e que será levado agora ao conjunto de suas entidades para elaboração coletiva de um plano de lutas vislumbrando os principais desafios da classe trabalhadora frente às novas condições das relações de produção e à acumulação de riquezas no atual estágio do sistema capitalista. As reflexões iniciais sobre este tema consideram a importância da independência da Central frente ao Estado e sua autonomia em relação a partidos políticos, para que possa estabelecer autonomamente formas de organização e sustentação financeira.

Ganham destaque as defesas das Convenções da OIT, como a de nº 87, que trata da liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização, e a de nº 151, sobre o direito à organização sindical e negociação coletiva no setor público, como formas de avançar em nossas conquistas. A somatória das crises econômica e sanitária exige que a determinação e a ação sindical ganhem ainda mais importância na sociedade e que agregue agora, com a pandemia, a defesa da vida.

No texto de apresentação da 16ª Plenária da CUT há a indicação de que o projeto de atualização e reorganização terá como base as resoluções do 13º CONCUT e deve pautar-se por dois movimentos simultâneos e articulados: “**a-** implementação de propostas que dependam exclusivamente da vontade soberana de trabalhadoras/es, representados pelos sindicatos, seguindo os princípios e valores fundantes da Central, e o aprendizado político acumulado de quase quatro décadas de luta; **b-** a continuidade da luta institucional, combinando as ações de pressão sobre o Congresso, visando à aprovação de propostas que favoreçam e fortaleçam a livre organização sindical e impeçam a aprovação de projetos de lei contrários aos interesses da classe trabalhadora, seja em relação à regulação das relações de trabalho, seja em outros temas considerados fundamentais para a própria classe trabalhadora”.

O documento ainda destaca que as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, a lei da terceirização e as demais medidas de ataques à organização sindical atingiram de forma drástica o modelo, a estrutura sindical e suas formas de financiamento. O movimento sindical vive hoje uma enorme crise financeira e o governo aponta para mais ataques, como a implantação de Sindicatos por empresa. Os trabalhadores não querem a unicidade proposta pelo governo. Como resposta, as Centrais apresentaram a PEC nº 196/19, que propõe: *“liberdade e autonomia sindical, maior representatividade nas negociações coletivas, autofinanciamento, autorregulação e os passos necessários para um processo de transição, que tem como principal formulação jurídica o SDRT - Sistema Democrático de Relações do Trabalho da CUT, que orienta um processo de transição para se chegar a uma nova forma de organizar e de representar a classe trabalhadora – um novo modelo de estrutura sindical”*.

A 16ª Plenária da CUT levará às delegadas e aos delegados a discussão organizativa pautada na ampla liberdade sindical a partir dos seguintes pontos: organização dos Sindicatos; organização no local de trabalho; representação dos trabalhadores com vínculo precário de emprego; organização dos trabalhadores no território; filiação de associações de caráter classista; transversalidade; estrutura horizontal, a organização territorial e a construção de uma central classista; política de Finanças; Plano de Transição.

Especificamente sobre a Reestruturação dos Ramos - a Estrutura Vertical, o documento da 16ª Plenária da CUT estabelece que:

*“O 13º CONCUR decidiu intensificar a organização por Ramo de atividade, redefinindo a representação, a organização e a composição de cada Ramo, buscando ampliar sua representatividade e fortalecer processos articulados e centralizados de negociação coletiva. Temos hoje 19 Ramos, congregando federações regionais e nacionais e confederações com força e credibilidade, tanto no setor privado quanto no público. Temos avançado nessa direção, buscando ampliar as ações diante das cadeias globais de produção e comercialização. Mesmo com dificuldades, às vezes políticas, tem sido possível a realização de ações unitárias por ocasião das negociações coletivas e na luta de resistência aos retrocessos trabalhistas.*

*A reestruturação e unificação dos Ramos devem considerar questões econômicas (cadeias de produção e de comércio) e a conformação de conglomerados multinacionais, que aproximam atuais categorias profissionais, o que pode viabilizar o processo de negociação coletiva articulado e centralizado, nacional, preferencialmente, ou regionalmente. Além do exemplo da indústria, podem-se citar as grandes plataformas de e-commerce, tecnologia de informação (TI), sistema financeiro, comércio e telecomunicações. Também é possível mencionar agricultura, agropecuária e agroindústria.*

*Levando em conta essas considerações, propomos à deliberação da 16ª Plenária Nacional: **a-)** O processo de reorganização dos Ramos e incorporação de novas categorias de trabalhadoras/es, novas filiações e orientação para as entidades, apontado nas Resoluções do 13º CONCUR, deve ser mediado por um fórum interno de regulação da CUT, coordenado pela SG e SNO, com participação dos Ramos, e submetido à Direção Executiva da Central; **b-)** Caberá a esse fórum, como desdobramento do processo de reestruturação dos Ramos, apresentar propostas para os macrossetores, atualmente espaços de articulação entre os Ramos; **c-)** A reestruturação dos Ramos tem como objetivo estratégico fortalecer os distintos processos de negociação, com empresas ou órgãos dos três poderes e das três esferas, conduzidos por entidades representativas e amplas, com capacidade de ação e*

de autossustentação, abrangendo trabalhadoras/es permanentes e trabalhadoras/es com vínculo de trabalho precário. Esse processo demanda enraizar a organização sindical no local de trabalho, promover processos consistentes de negociação coletiva e assegurar sua autossustentação financeira; **d-)** A reestruturação dos Ramos deve ter no seu horizonte a composição da classe trabalhadora, que é múltipla e diversa. É preciso que os sindicatos incluam nas suas pautas as demandas trazidas por mulheres, negros, jovens, PCDs, LGBTQIA+ e comunidades e populações indígenas, além da garantia de espaços de representação; **e-)** A CUT dará força à luta pela democratização da estrutura sindical brasileira e levará propostas de composição, modo de funcionamento e modelos de estatutos democráticos para as entidades, segundo princípios aprovados no 13º CONCURT, que balizaram a construção da PEC nº 196/19”.

## Ataques à Seguridade Social

Concomitantemente aos ataques ao sindicalismo, as estruturas do Estado Democrático de Direito e de Bem-Estar Social estão sendo afetadas pela ofensiva do capital nacional e internacional. O caminho iniciado pelo governo Temer de transição para o Estado Mínimo vem sendo acelerado com Bolsonaro e Paulo Guedes. Neste roteiro de destruição dos direitos conquistados em décadas de luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados, há um capítulo que ganha destaque: trata-se do processo de desmonte da Seguridade Social.

Comprovadamente esta tem sido uma das áreas mais afetadas pelos governos pós-golpe, com forte influência sobre as diversas categorias profissionais e as respectivas políticas públicas. Os setores do capital nunca aceitaram os avanços consolidados na Constituição Federal de 1988, quando da estruturação e financiamento das políticas de Seguridade Social. O apetite voraz deste setor sempre focou o acesso aos recursos públicos destinados às áreas que compõem a Seguridade Social. E, paulatinamente, os governos pós-golpe vêm alimentando esta insaciável gula capitalista com medidas que permitem o direcionamento dos recursos destinados às políticas e serviços públicos para a iniciativa privada.

Os especialistas apontam que o processo Constituinte que durou dois anos – 1987 a 1988 – foi um momento de intenso debate e disputa sobre qual seria o perfil da Constituição. Mesmo sem atingir todos os avanços propostos pela classe trabalhadora e movimentos sociais, o saldo do texto final agregou requisitos como cidadania, respeito e dignidade humana. Foram estabelecidas novas visões sobre economia, políticas e direitos sociais. À época, estudiosos destacavam que: *“houve a defesa da precedência dos direitos sociais na estruturação das relações de Estado e Mercado. Constitui-se o preceito de universalização da cidadania quando a justiça social se sobrepõe à esfera trabalhista”*. O artigo nº 195 da Constituição determinou que os direitos sociais passariam a ser garantidos pelo Estado, financiado pela sociedade, de forma direta ou indireta.

Quebrava-se a lógica da necessidade de contribuições individuais para acesso aos direitos. Muitos se lembram que antes de 1988 a assistência médica e farmacêutica era um benefício da Previdência Social apenas para quem contribuía com o INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Avançou-se quando da uniformidade de benefícios para os trabalhadores do campo e urbano. O conceito de “renda de sobrevivência” foi estabelecido a idosos e deficientes incapacitados de trabalhar. Todo este mecanismo sendo gerido por recursos próprios definidos na Carta Magna, fato que não impediu que muitos governos usassem subterfúgios para não aplicar os valores devidos à Seguridade Social.

Mesmo com os ataques sofridos, principalmente com referência ao seu financiamento, a Seguridade Social demonstra sua importância como política pública de direito. A expansão que houve da cobertura de suas áreas de atuação, incluindo o fortalecimento institucional do SUS - Sistema Único de Saúde e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, além da Previdência Social, demonstrou-se fundamental economicamente e socialmente para a população e para o Brasil. Em um país em que impera a concentração de renda e um sistema de tributação injusto que segue afetando principalmente as camadas mais desfavorecidas economicamente, a Seguridade Social é um mecanismo necessário para combater e diminuir a desigualdade. Isto se dá por dispositivos de transferência de renda, como o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, BPC - Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família.

Estudioso desta área, o professor Eduardo Fagnani, da UNICAMP, destaca que está ocorrendo o fim do breve ciclo de cidadania social no Brasil, que compreendeu o período de 1988 a 2015, e foi inaugurado embrionariamente com a Constituição Federal de 1988. *“O desenho de um sistema de proteção social inspirado em doutrinas e valores constitutivos do Estado de Bem-Estar Social – universalidade, seguridade social e direito – vem sendo atacado desde sua promulgação, mas que agora segue de forma acelerada de maneira antidemocrática e antipopular”*, afirma. Aberto o caminho com o golpe de 2016, o projeto avança cada vez mais nas “Contrarreformas” – ou destruição – do Estado, propiciando mais acumulação de capital para a classe dominante.

Estabeleceu-se, então, o que Fagnani descreve como radicalização do projeto liberal iniciado na década de 1990, com privatização total e imediata daquilo que fosse possível nos contextos das infraestruturas econômica e social. A austeridade fiscal, doutrina política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado, que opta por corte de investimentos sociais, desemprego e rebaixamento da renda do trabalho, foi adotada com força no país, mesmo sendo considerada por demais países, principalmente com a pandemia, uma receita ultrapassada, de resultados questionáveis e de uma perversidade social incontestável.

É preciso comprometer os governos com mais investimentos para políticas e programas sociais desenvolvidos em cada uma das áreas de atuação da Seguridade Social, em infraestrutura para suas redes de atendimento e acolhimento e para a valorização dos profissionais que executam as ações junto à população. No caso brasileiro, é urgente a recuperação do papel do Estado como agente cumpridor da Constituição e indutor, defensor e provedor dos direitos universais que garantam a dignidade a todo cidadão e cidadã.

Devemos ampliar o diálogo com a sociedade e com os demais poderes públicos para denunciar os cortes de investimentos que comprometem a Seguridade Social, com destaques ao SUS e ao SUAS, suas redes de atendimento e suas políticas, além dos ataques aos inúmeros programas que compreendem a Previdência Social. A Seguridade Social, por sua condição contributiva e princípio de solidariedade, baseia-se na concepção de que todos têm direito às políticas públicas. As medidas do governo, por sua vez, destroem os princípios de equidade, qualidade, universalidade e gratuidade que norteiam a Seguridade Social.

## **Integração entre as áreas da Seguridade Social**

Os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal de 1988 configuraram um diálogo necessário e virtuoso entre as três áreas que compõem a Seguridade Social e que potencializa os resultados de suas ações na perspectiva da complementariedade de seus objetivos. Neste novo



momento histórico da pandemia do Covid-19, a área da Saúde teve reafirmada sua importância para o conjunto da sociedade. Suas equipes formadas por profissionais qualificados garantem qualidade no atendimento em saúde sem descuidar dos protocolos estabelecidos pela OMS - Organização Mundial da Saúde, organismos internacionais e nacionais de Saúde, além de atuarem em programas e políticas de prevenção, cuidados, laboratorial, pesquisa e tratamento.

**SUS - Sistema Único de Saúde:** Nem mesmo na pandemia foram revistos os ataques feitos contra o SUS e nem ele passou ileso a novas investidas, principalmente com referência a investimentos, que comprometem a sua vitalidade e a amplitude de sua capacidade enquanto sistema, com o sucateamento de áreas, enfraquecimento de programas e ações, eliminação de iniciativas exitosas criadas principalmente na última década, precarização das relações e condições de trabalho, falta de concursos públicos para repor mão de obra, entre outros fatores. Dados do CNS - Conselho Nacional de Saúde indicam que, por conta da EC nº 95, o SUS registrou uma perda acumulada de cerca de R\$ 27,5 bilhões entre 2018 e 2020. Ao priorizar a política de austeridade fiscal, o governo deixa de aplicar os recursos tão necessários para o combate ao Covid-19, tratamento dos sequelados, assim como para as demais demandas em Saúde Pública.

Com 33 anos de existência, o SUS tornou-se o maior sistema público de Saúde no mundo. Quase 78% da população brasileira, ou seja, cerca de 150 milhões de brasileiros, são SUS-dependentes para as ações de assistência em Saúde. Em casos específicos, como em Vigilância à Saúde, e não só ela, os serviços atendem 100% da população. Em dados de 2019, o SUS recebeu cerca de R\$ 292 bilhões em recursos públicos da União, estados e municípios. Os Planos de Saúde, por sua vez, para atender apenas 22% da população, arrecadaram R\$ 207,5 bilhões. Observe-se que o SUS atende a usuários de Planos de Saúde quando estes necessitam de atenção de alta complexidade, a exemplo dos transplantes, da hemodiálise e dos medicamentos de alto custo.

Em maio último, ao discordar da fala do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a epidemiologista da Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, Ana Brito, demonstrou a importância do SUS durante a pandemia: *“Eu acredito que o ministro não acompanhou, nem vinha acompanhando o que ocorreu desde o início da pandemia. O que a gente assistiu foi a presença do SUS, que fez com que essas mais de 450 mil mortes [à época da entrevista] não fossem 1 milhão, por exemplo”*. Durante os meses de maio de 2020 a março de 2021, o SUS pagou pelo tratamento em hospitais de 735 mil pessoas com Covid-19. Não há dados de quantos pacientes se internaram de forma particular ou por Planos de Saúde. Ainda não há como prever o fim dos efeitos da pandemia no país, mas é sabido que por longo tempo haverá desdobramentos de atendimento em pessoas curadas do Covid-19.

A pandemia trouxe o alerta aos setores sociais para que olhem a excelência e a importância do SUS como sistema integrado, eficaz e capaz de trazer respostas que garantam a prevenção, os cuidados e a tecnologia em saúde a toda a sociedade. A Saúde deve ser compreendida como um direito social, universal e irrevogável. O governo deve investir no Sistema estruturando-o e qualificando-o para suprir as necessidades da população. Nesse sentido, está posto o desafio maior e mais urgente da revogação da EC nº 95. Esta bandeira não é política; é humanitária e civilizatória, pois estamos falando de salvar vidas.

**SUAS - Sistema Único da Assistência Social:** O aprofundamento da crise econômica em decorrência da pandemia é outro elemento devastador na vida do segmento da população

mais vulnerável economicamente. Sabendo que os efeitos da crise sanitária ainda permanecerão por tempo indeterminado, há o alerta para o aumento dos casos de perda de renda e emprego, inclusive com a constatação do dramático quadro da fome. Os serviços e políticas de proteção social estabelecidos na Assistência Social, que já são vitais para uma grande parcela da população vítima da desigualdade social, e são prestados a quem deles precisar, independente de contribuição, tornaram-se ainda mais imprescindíveis. O SUAS oferta boa parte dos serviços e benefícios de proteção social e possui uma rede nacional estruturada capaz de dar conta da demanda. Porém, assim como o SUS, sofre pelo desfinanciamento.

De acordo com a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, Tereza Campello, os dois primeiros anos de governo Bolsonaro demonstram o desmantelamento das políticas sociais do país, fazendo com que ocorresse um retrocesso a padrões da década de 1990. Logo ao chegar ao poder, Bolsonaro extinguiu o CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e vem desqualificando as políticas voltadas à agricultura familiar. Para desconstruir a Política Nacional de Assistência Social, o governo usa a tática de inanição de recursos. Houve um corte nos repasses aos municípios: em 2015 era algo perto de R\$ 3 bilhões; em 2020, na pandemia, o valor decresceu a R\$ 1,3 bilhão.

É imenso o desmonte das políticas contidas no SUAS. Há indicadores que apontam uma diminuição de mais de 67% dos serviços prestados. Muitos trabalhadores destacam um crescimento de medidas assistencialistas em detrimento às políticas do SUAS. O BPC foi enfraquecido. De 2014 a 2019, destaca Campello, a média de novas concessões deste benefício caiu para 83 mil ao ano. Existe um contingente enorme de pessoas na fila de espera que não é apresentado pelo governo. O mesmo aconteceu com o Programa Bolsa Família, que teve valores congelados desde 2016. Dados do início deste ano demonstraram que cerca de 2,2 milhões de famílias estavam na fila de espera. Em fevereiro deste ano, o número de famílias atendidas pelo Programa era de cerca de 14,2 milhões, com valor médio pago de R\$ 186,83.

As políticas e programas públicos que focavam o combate às desigualdades de gênero, raça e orientação sexual também estão combalidos por falta de recursos. O comprometimento das redes de atenção às políticas indígenas é notório, tanto é que Bolsonaro foi citado em organismos internacionais pelo genocídio do povo originário. O valor pago no Auxílio Emergencial também sofreu cortes: em 2020 foi de R\$ 600,00; em 2021 vai de R\$ 150,00 a R\$ 375,00. A Seguridade Social, por meio das transferências de renda, como INSS, BPC, Bolsa Família, é o principal mecanismo da redução da desigualdade social no país. A Assistência Social e a Saúde têm sido relevantes neste momento em que um contingente grande da população vive num contexto de vulnerabilidade e riscos sanitários e sociais ampliados pela pandemia.

**Previdência Social:** O outro item do chamado “tripé” da Seguridade Social é a Previdência Social. É um sistema solidário, ou seja, uma geração contribui para que a outra geração usufrua, permitindo que o sistema se sustente e se mantenha. Os ataques desferidos contra a Previdência, quando da aprovação da Contrarreforma proposta por Bolsonaro, em 2019, estão contidos na lógica de destruição do capítulo da Seguridade Social inaugurado na Constituição Federal de 1988. É a lógica do aprofundamento da política de austeridade fiscal que fez surgir a EC nº 95 e a Contrarreforma Trabalhista, e que tem como próximo passo tentar aprovar a PEC nº 32, da Contrarreforma Administrativa. Com este último item, se aprovado, sela-se o projeto de destruição do Estado e do modelo de Bem-Estar Social.

A Constituição Federal atribui papéis à Previdência Social que vão além da aposentadoria: tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, assim como a proteção à maternidade. É uma rede de proteção que vai desde o nascimento até a saída do mercado de trabalho. A Constituição determinou, ainda, que os beneficiários da Previdência não receberiam valor inferior a um salário mínimo.

Os números da Previdência Social são grandes como sua importância. Dados de 2020 indicam que o país possui cerca de 35 milhões de aposentados do INSS. Quase 15% da população têm algum rendimento de aposentadoria ou pensão. Existem cerca de 55 milhões de contribuintes do INSS. A Previdência contribui enormemente com a economia: dos cerca de 5,5 mil municípios brasileiros, em 3,8 mil deles (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios. Isto quer dizer que são recursos financeiros fundamentais para as economias locais, principalmente nas cidades menores.

O sonho de Guedes e Bolsonaro sempre foi levar à privatização do sistema de Previdência Social. Há rumores que ainda havia interesse de Guedes em emplacar a capitalização do sistema nos moldes do que ocorreu no Chile durante o governo do ditador Pinochet e que destruiu todo o sistema previdenciário daquele país, com gravíssima repercussão para os trabalhadores e desencadeando uma crise humanitária imensa. A Contrarreforma da Previdência sempre foi para transferir os recursos do Fundo Público para pagamentos da dívida pública, ou seja, favorecer o capitalismo financeiro e rentista.

## **A Seguridade Social pós-pandemia**

A Seguridade Social incorpora ainda mais relevância em momentos como os que vivemos agora no Brasil e no mundo. Como sistema, ganha evidência por minimizar os efeitos da crise nas populações que buscam garantias de renda e de ações de Saúde Pública. Muitos especialistas conduzem o debate sobre o pós-pandemia – ou, pelo menos, o fim do período de maior influência do vírus – tendo como paradigma o que alguns chamam de “consenso civilizador”, ou seja, para qualquer forma de recuperação dentro de um patamar de dignidade será necessário ampliar direitos sociais, garantir empregos e distribuir riqueza.

A discussão encontrou respaldo até mesmo dentro do imperialismo estadunidense. Até como forma de salvar o próprio capitalismo, são lembrados por economistas os grandes planos de salvação pós-crise de 1929, do crash da Bolsa de Nova York, e do pós-Segunda Guerra Mundial, o que significaria dizer que cidadania seria o pressuposto para a sociedade e para a recuperação da economia mundial também no pós-Covid-19. É posto que a acumulação de capital não se completa totalmente sem a expropriação do trabalho humano, sem a circulação de mercadorias e sem o consumo. No caso brasileiro, a crise causada pela pandemia soma-se à que já vinha se delineando nos últimos anos com a perda do crescimento econômico. A recuperação, tanto local como mundial, será um desafio de grande envergadura para a política econômica que, ao ser implementado, deverá vir acompanhado de medidas protetivas no campo social e de incremento do mercado de trabalho.

O Brasil de 2021, influenciado sobremaneira pela doutrina ultraliberal, sofre os efeitos da

desregulamentação do mercado de trabalho, outrora baseado no emprego formal, com melhores rendimentos e com direitos, e agora substituído, num crescente, pelo trabalho precarizado, com baixos salários e com poucos direitos, e pelo também crescente mercado informal, com renda flutuante e sem direito algum. Identificam os estudiosos que há uma demanda imensa de cidadãos que estão sendo alijados de forma acelerada do sistema de proteção social, que no recente modelo atua em algumas frentes com trabalhadores formais, como exemplos a Previdência Social e o seguro-desemprego.

É latente, no caso brasileiro, que as políticas ortodoxas neoliberais e as medidas que retiraram direitos trabalhistas no pós-golpe de 2016 aumentaram ainda mais a exclusão e a crise social mesmo antes da pandemia. Medidas que também se desdobraram em efeitos nocivos para o financiamento, com a descapitalização da Seguridade Social, por conta até do declínio contributivo. Os especialistas alertam que outro fator que interferirá na recuperação das Nações diz respeito à capacidade de cada país recuperar sua base de financiamento do Estado Social. Apontam que um dos caminhos seria a transferência de renda ocasionada pela tributação progressiva sobre altas rendas e grandes patrimônios como forma de financiar as políticas e programas estabelecidos no Estado de Bem-Estar Social.

Num contexto como o do Brasil, em que os índices de desemprego, subemprego e trabalho informal são estratosféricos, os estudiosos entendem que se deve pensar em mecanismos que atendam a este contingente enorme que vive em insegurança laboral. Acreditam ser necessário um novo benefício de transferência de renda que complemente ou substitua os rendimentos do trabalho. O alerta dado é que não se pode cair na armadilha dos conservadores, de que a adoção de medidas desta natureza leve ao desmonte do Estado Social. Para os estudiosos, é preciso resistir a este impulso destrutivo que já estava presente no programa conhecido como “Uma ponte para o futuro” do ilegítimo Michel Temer. *“Qualquer iniciativa deve ter como ponto de partida as bases financeiras e institucionais da proteção social concebidas nos anos de 1970 e presentes Constituição de 1988”*, destaca o professor Fagnani.

Ele é taxativo em dizer que: *“São mais de 50 anos de construção de institucionalidade, que não podem ser desconsiderados ou jogados na lata do lixo. As bases da Assistência Social, por exemplo, foram plantadas na década de 1970, referendadas pela Carta Magna de 1988, regulamentadas pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, em 1994, e aperfeiçoadas pela PNAS - Política Nacional de Assistência Social e pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, em 2005, responsável pela gestão dos maiores programas do país e do mundo de transferência de renda para combater a pobreza: o BPC e o Programa Bolsa Família. Do ponto de vista operacional, conta com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com a Caixa Econômica Federal, seu braço financeiro”*.

## Na defesa da Reforma Tributária

Há a confirmação por estudos de que os países que adotaram em algum momento de sua história uma Reforma Tributária Progressiva tiveram mais êxito no processo de desenvolvimento do que os demais. Dentro desta constatação, fica explícito que no período pós-pandemia as Nações que ainda não realizaram tais reformas, terão de fazê-las. Uma tarefa essencial no caso brasileiro, por ser reconhecidamente um dos países mais desiguais do planeta e por apresentar um sistema tributário dos mais regressivos do mundo. O atual sistema tributário brasileiro contribui com a desigualdade social existente no país. Hoje o grau de perversidade do sistema

desfavorece enormemente os segmentos sociais com menor renda, enquanto os mais ricos navegam nas águas calmas da camaradagem do Estado.

A grande crítica ao caso brasileiro dá-se pelo fato de que há uma tributação excessiva sobre o consumo, que afeta diretamente a renda dos trabalhadores e das camadas menos favorecidas economicamente, e tributa muito pouco a renda e o patrimônio, favorecendo grandemente os ricos. De acordo com os indicadores internacionais, o Brasil é vice-campeão mundial em tributação do consumo, que atinge algo em torno de 50% na arrecadação total. Dados da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico apontam que a média mundial deste tipo de tributação é de 32,4% e nos EUA é de 17%.

O mesmo estudo ilustra a tributação de renda e patrimônio em alguns países: *“Na Dinamarca, esses dois itens, em conjunto, representam 67% da arrecadação total de impostos; nos EUA, 60%; na média dos países da OCDE, 40%; no Brasil, apenas 23%. Em decorrência das baixas alíquotas que incidem sobre as altas rendas e dos mecanismos de isenção tributária dessas camadas, a arrecadação do IRPF - Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil é excessivamente reduzida, na comparação internacional. Em 2015, a arrecadação média do IRPF na OCDE era de 8,5% do PIB; no Brasil, 2,5% do PIB”*.

Há uma série de outros mecanismos que favorecem as camadas mais abastadas economicamente com pouco ou nenhuma tributação: a isenção de tributação de lucros e dividendos aos sócios e acionistas; a baixa tributação de patrimônio; a falta de tributação de aeronaves e embarcações; a não regulamentação, desde 1988, do Imposto Sobre Grandes Fortunas; a baixíssima alíquota sobre o ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, entre outros. Atualmente tramitam no Congresso Nacional duas propostas sobre Reforma Tributária que não tratam de extirpar o caráter regressivo das legislações, o que pode ampliar, em muito, a desigualdade tributária e, evidentemente, a social. Elas são omissas quanto à tributação da alta renda e da riqueza e mantém a maior tributação sobre o consumo.

Os partidos de esquerda apresentaram uma proposta de “Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável” – Emenda nº 178/2019 da PEC nº 45/2019 – para tentar corrigir esta histórica injustiça tributária brasileira e contrapor as que estão no Congresso. A proposta da oposição tem entre os principais pontos: *“Preservar o financiamento da Seguridade e da Educação, restaurar o equilíbrio federativo, contemplar a questão ambiental, aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional e corrigir dois mecanismos que historicamente transferem renda, das camadas mais pobres para as camadas de maior renda da sociedade: as isenções fiscais e a sonegação”*. É a única proposta no Congresso Nacional que ataca o modelo regressivo que o Brasil vive hoje.

O estudo feito pelos partidos de oposição considera que, com a retomada do crescimento, essas medidas propostas podem gerar recursos adicionais da ordem de R\$ 291,8 bilhões ao ano. Só com o tratamento isonômico na tributação das rendas e da maior progressividade do IRPF haveria um acréscimo de receitas na ordem de R\$ 158 bilhões. Com o Imposto sobre Grandes Fortunas seria possível mais cerca de R\$ 40 bilhões, tendo como referência patrimônios superiores a R\$ 10 milhões, que atingiria cerca de 60 mil contribuintes (0,028% da população). O texto ainda prevê o combate à sonegação de impostos. Caso se reduza a sonegação em 30%, será possível arrecadar cerca de R\$ 180 bilhões. Será necessário, ainda, rever a política de isenções fiscais. A tributação progressiva já foi testada na história e provou capacitar financeiramente os países para superar crises como a que vivemos agora.



## Tributar super-ricos e justiça fiscal

A CNTSS/CUT participa deste debate e já está integrada em ações voltadas à tributação dos setores mais ricos do país. Está entre as entidades parceiras da campanha “Tributar os Super-Ricos” lançada em outubro de 2020 com medidas que foram elaboradas pelo IJF - Instituto Justiça Fiscal, CONTRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, FES - Fundação Friedrich Ebert Stiftung, Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional, AFD - Auditores Fiscais pela Democracia e MOVRIO - Movimento Contra as Reformas do Rio de Janeiro.

O resultado deste trabalho técnico possibilitou a criação de uma série de propostas legislativas que, se adotadas, garantiriam uma arrecadação anual média em torno de R\$ 300 bilhões, sendo que, para tanto, a taxa se daria apenas para a ínfima parcela de 0,3% da população brasileira, os considerados super-ricos do país. A Constituição Federal de 1988 identificava a necessidade de corrigir esta descomunal injustiça e em seu Artigo nº 153 dispõe que: “*Compete à União instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar*”. Medida que até hoje não foi regulamentada e colocada em prática.

À época do seu lançamento, a campanha apresentava as seguintes propostas: correção das distorções do IRPF, revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução de juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas e criação de nova tabela de alíquotas progressivas; instituição do IGF - Imposto Sobre Grandes Fortunas sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassem R\$ 10 milhões; elevação da alíquota da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e extrativo mineral; criação da CSAR - Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas, incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil; mudança nas regras do ITCMD - Imposto sobre Heranças e Doações, com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%; novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios. A previsão é de acréscimos de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios; e regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.

Outra linha de ação da Confederação nesse sentido tem sido a parceria com a ISP - Internacional do Serviço Público no projeto sobre Justiça Fiscal, realizado em conjunto com a FES - Fundação Friedrich Ebert – uma iniciativa que envolve várias organizações sindicais da América Latina. A proposta tem sido discutir o tema e pensar em estratégias sobre justiça fiscal em consonância com a luta por valorização, melhorias e investimentos em serviços públicos. Trata-se de redistribuir a riqueza financiando os serviços, como a Saúde e a Educação, que ajudam a pôr fim à pobreza e à desigualdade. A reforma dos sistemas fiscais nacionais, regionais e internacionais e a eliminação dos incentivos fiscais contraproducentes propiciariam um incremento substancial nos orçamentos dos países.

## Pelo fim da EC nº 95: “A EC da Morte”

Os governos pós-golpe aproveitam-se da crise criada por suas políticas econômicas para culpabilizar os investimentos nas áreas sociais e, assim, partir para ataques cada vez mais intensos. Medidas como a ampliação da desvinculação constitucional de recursos das políticas sociais amplia ainda mais o desinvestimento nestas áreas. A EC nº 95, conhecida como “Novo Regime Fiscal” ou “EC da Morte”, que regula por 20 anos os investimentos nas áreas sociais a partir da vinculação à inflação do ano que precede o novo exercício, poderá trazer, conforme estudos, uma retração da receita investida na Saúde de 15% para 9,3% e na Educação de 18% para 11,3% até 2036.

A Emenda impõe restrições à contratação de servidores públicos, seja para ampliar áreas ou para repor quadros; restringe também reajustes salariais para o setor. Mas não estabelece limites para pagamento de juros. Não há nenhuma garantia de que, com a retomada do crescimento e aumento da arrecadação fiscal, esses novos recursos sejam direcionados a serviços públicos, investimentos em infraestrutura e políticas sociais. A EC nº 95 traz a perda do conceito de inclusão, universalidade e do papel redistributivo do Estado, previsto na Constituição Federal de 1988, e promove o saque dos recursos públicos em diversas áreas do orçamento. Uma escolha política pelo sucateamento e privatização dos serviços públicos como Saúde, Educação e Assistência Social, com a redução das verbas necessárias para garantir o atendimento da população e para oferecer serviços de qualidade.

A CNTSS/CUT sempre denunciou os efeitos desastrosos desta medida, por levar ao desmonte de políticas e serviços públicos de grande importância para o conjunto da sociedade brasileira, com destaque ainda maior aos setores mais vulneráveis economicamente. Somou-se à CUT nas diversas formas e frentes de luta para evitar sua aprovação. Agora, com sua promulgação, é urgente manter e ampliar as mobilizações e medidas pela Revogação da EC nº 95. Os reflexos nefastos do congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais, em especial na Seguridade Social, já são mensuráveis pelo sucateamento e fechamento de equipamentos públicos de Saúde e Assistência Social, congelamento de programas, desabastecimento de insumos e remédios, precarização nas condições de atendimento e nas relações e condições de trabalho, diminuição de ações de prevenção e combate às doenças, esfacelamento das equipes profissionais, fim dos investimentos em pesquisas e produção científica, entre outras.

A descapitalização do SUS compromete suas atribuições focadas no atendimento, na política educacional, no caráter preventivo e na produção de ciência. A crise causada pela pandemia impõe um volume ainda maior de recursos para garantir toda a demanda atual e seus desdobramentos a médio e longo prazos. Esta premência de mais recursos vem sendo apresentada pelos trabalhadores e suas entidades, pelos movimentos de Saúde e especialistas da área. Trata-se de um questionamento que encontra eco entre parlamentares mais progressistas dentro do Congresso e que precisa avançar nos demais espaços políticos e institucionais da sociedade.

A defesa da Seguridade Social e do Estado de Bem-Estar Social deve ser incorporada por todos, não apenas pela classe trabalhadora, uma vez que são conquistas civilizatórias resultantes de históricas lutas sociais para criação de laços societários mais humanizadores a partir de direitos respaldados nos avanços do trabalho humano e da produção de riqueza. São políticas e programas voltados aos cuidados e à emancipação dos cidadãos em todas as fases de sua vida. A Seguridade Social não pode ser vista como um gasto para o Estado, mas como um investimento na sociedade, principalmente na parcela que mais precisa da assistência de serviços essenciais para a redução das desigualdades sociais.

### **Derrubar a PEC nº 32: “Da destruição do Estado”**

O embate mais atual contra as medidas destrutivas do governo Bolsonaro está sendo travado no Congresso Nacional para derrubar a PEC - Proposta de Emenda Constitucional nº 32, que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A PEC nº 32 ataca o Estado brasileiro, enfraquece, desestabi-

liza, precariza e desvaloriza órgãos e carreiras que prestam serviços públicos e implementam políticas públicas fundamentais para o país e sua população. A proposta, que não foi discutida com qualquer instância da sociedade, vem ideologizada com os velhos e surrados discursos de “corrigir distorções” e de que “os servidores públicos custam muito aos governos”.

Contraditoriamente, o texto preserva os privilégios para magistrados, procuradores e militares, enquanto atinge os servidores com menores salários e sem quaisquer privilégios funcionais. A proposta facilita ainda mais a acumulação de cargos civis por militares. A PEC extingue o RJU - Regime Jurídico Único e coloca em seu lugar uma multiplicidade de regimes de contratação no serviço público, daí decorrendo medidas como a extinção da estabilidade para a quase totalidade dos servidores públicos. Ela prevê que a estabilidade seja mantida apenas aos cargos típicos de Estado, prevendo a criação de outros vínculos de contratação.

A real intenção da PEC nº 32 é o desmonte total do Estado e suas estruturas administrativas de carreira, focada na redução de despesas a médio e longo prazos, além de abrir espaço para privatização e terceirização generalizadas, penalizando também a população ao pôr fim aos serviços públicos gratuitos e universais. Como as demais Contrarreformas colocadas em pauta desde 2016, esta também busca eliminar conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, principalmente no que diz respeito à configuração de um serviço público meritocrático, profissionalizado e sujeito a princípios estruturantes.

O mito dos altos salários na administração pública cai por terra quando se obtém o diagnóstico mais detalhado do perfil do funcionalismo no país: 1,2 milhão na União (10%) com uma média salarial de R\$ 10mil; 3,7 milhões nos Estados e Distrito Federal (33%) com uma média salarial de R\$ 5 mil; e 6,5 milhões nos Municípios (57%) com uma média salarial de R\$ 2,9 mil. A PEC não ataca os privilégios de quem recebe acima do teto, nem reduz a distância entre os maiores e os menores salários do serviço público.

Ainda no campo do custo com o funcionalismo público, estudos realizados por técnicos do DIAP detectaram que, de 2014 a 2018, o gasto com salários de servidores caiu de 12,11% para 11,72% da despesa total. Por sua vez, os custos com o pagamento de juros da dívida pública, o “santo graal” que justifica a falaciosa doutrina de austeridade fiscal, sofreu uma elevação: neste mesmo período os juros elevaram-se de 23,5% para 24,1% da despesa. Segundo levantamento da Auditoria Cidadã da Dívida, *“o montante executado com o serviço da Dívida Pública Federal no ano de 2019 correspondeu a mais de 14% do PIB daquele ano. Foi pago ao mercado financeiro R\$ 1,038 trilhão, sendo R\$ 285 bilhões com juros e encargos da dívida e R\$ 753 bilhões com amortizações”*. Por sua vez, a despesa com salários e a contribuição previdenciária de servidores brasileiros, incluindo os militares, é inferior à de países europeus. Considerando o PIB per capita, o custo no Brasil é de 10,36% do PIB, percentual inferior ao de 14 países da OCDE, como Portugal, Espanha e França.

Outra inverdade que não se sustenta é o número excessivo de servidores públicos. O país possui cerca de 11,4 milhões de estatutários, 843 mil temporários e 546 mil CLTs. Estudos do Banco Mundial, que se baseiam na razão entre o número de servidores em relação aos demais trabalhadores, derrubam este mito. O Brasil tem 12,5%, quando a média compreendida pela OCDE é de 21,1%. Neste quadro, a OCDE aponta que há uma carência de 10 milhões de funcionários públicos no Brasil. A questão por trás destas iniciativas está no fato que o governo quer facilitar a gestão privada de serviços públicos. Para tanto, a PEC permite que entes da federação

firmem instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas para execução de serviços públicos, algo semelhante à gestão por OSs - Organizações Sociais ou por OCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A PEC nº 32, assim como as demais Contrarreformas, tem um custo econômico e social também nos municípios. A Emenda leva à substituição de postos de trabalhos estáveis por aqueles que sofrem do fenômeno da rotatividade da iniciativa privada e se traduz também em salários com patamares mais baixos. Nota técnica do DIEESE apresenta números oferecidos pelo Ministério da Economia contidos na RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, de 2019, que dão conta que em 38% dos municípios brasileiros, o percentual de servidores públicos é de cerca de 50% dos empregos formais. A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público divulgou que a proporção dos valores destinados aos vencimentos dos servidores municipais em relação ao PIB do país ficou relativamente estável em uma década, passando de 3,1%, em 2006, para 3,8%, em 2017.

O DIEESE, em sua Nota Técnica nº 254, apresenta um quadro resumo dos efeitos da Contrarreforma Administrativa para o serviço público e os servidores e o contraponto para a população:

**Contratos menos estáveis, combinados com patamares remuneratórios reduzidos:** economias locais podem ser prejudicadas. Impacto na renda de aposentados(as) e pensionistas dessas localidades.

**Flexibilização da estabilidade:** descontinuidade, perda da memória técnica, dificuldade de planejamento em longo prazo, rompimento do fluxo de informações, estímulo a relações de patrimonialismo (interesse particular acima do interesse público), redução da qualidade do serviço público.

**Criação do vínculo de experiência:** aumento da rotatividade no serviço público, com consequente desperdício de recursos com treinamento e qualificação. Além disso, pode tornar a seleção de pessoas menos impessoal e criteriosa, privilegiando apadrinhados(as) políticos.

**Ampliação da livre nomeação para os cargos de liderança e assessoramento (fora da carreira, inclusive):** uso político da máquina pública (aumento do patrimonialismo e coronelismo). Empregados(as) preocupados(as) em agradar o chefe e não com o cidadão alvo da política pública. Perda de capacidade técnica com seleções menos criteriosas.

**Instrumentos de cooperação:** uso privado dos recursos e da infraestrutura públicos. Além disso, não é garantia automática de incremento na eficácia e eficiência dos serviços, ao contrário, uma vez que permite a celebração de instrumentos com organizações com fins lucrativos, cujo objetivo não é a política em si, mas a obtenção de lucro. Falta de transparência e dificuldade do controle social.

**“Super poderes” presidenciais:** reorganização do serviço público pode confundir o(a) cidadão(ã). Concentração do poder de decisão nas mãos do Poder Executivo pode levar a medidas autoritárias.

O embate contra esta PEC está sendo travado pela Confederação e suas entidades filiadas no Congresso Nacional, visando ao convencimento dos parlamentares para sua não aprovação. A CNTSS/CUT também tem-se desdobrado nos espaços sociais para denunciar as verdadeiras intenções do governo com esta medida que destrói o Estado brasileiro e coloca em risco seus trabalhadores e as políticas e serviços públicos de direito da população. A partir de uma estratégia unificada, a Confederação somou-se às demais entidades nacionais cutistas representantes dos serviços públicos (CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, CNTS - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, FENASEPE - Federação Nacional

dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais e do Distrito Federal e CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para unificar e potencializar as lutas em defesa do Estado e dos serviços e servidores públicos.

As entidades cutistas aproveitaram a oportunidade para lançar o “Manifesto dos Trabalhadores do Setor Público contra a PEC nº 32” e apresentar as peças publicitárias incorporadas à Campanha Nacional “A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil – Cancela a Reforma já!”. Entre os pontos do Manifesto, o texto destaca que: *“(..). Na contramão da inclusão do povo no orçamento público por meio de políticas capazes de efetivar direitos e de proteger a população dos efeitos devastadores das crises sanitária, econômica e social que assolam o Brasil, a iniciativa privada se prepara para a cartada final na disputa pelos recursos do Estado brasileiro apostando as fichas na aprovação da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, em tramitação na Câmara dos Deputados. (...) Para evitar o desmonte do Estado, salvar os serviços públicos e defender os direitos do povo brasileiro contra a sanha odiosa das elites do atraso que se apoderaram do Brasil, as cinco entidades nacionais CUTistas representativas dos servidores das três esferas de governo, da Educação e da Seguridade Social se irmanam oficialmente contra a Reforma Administrativa. (...)”.*

Mesmo com algumas mudanças apresentadas pelo relator, as entidades cutistas são contundentes em afirmar que o texto ainda é um grave problema, pois mantém a essência e altera pontos importantes da Constituição ligados aos servidores e empregados públicos, assim como altera substancialmente a estrutura do Estado. Esta nova etapa na tramitação leva a que a classe trabalhadora, os parlamentares e os segmentos sociais contrários à medida intensifiquem ainda mais suas estratégias para barrar a proposta. *“As mudanças feitas pelo relator da PEC nº 32 na CCJ da Câmara, infelizmente, não podem ser consideradas uma vitória significativa, pois nada mais foram do que o recolhimento dos ‘bodes espalhados pela sala’: a supressão do poder do chefe do Executivo de extinguir órgãos públicos, a retirada da proibição de servidores ocupantes de cargos típicos de Estado de exercerem outras atividades remuneradas e a supressão do princípio da subsidiariedade. Os supostos ‘avanços’ não são conquistas porque, na essência da PEC, foi mantido o poder do presidente de extinguir cargos e de entregar órgãos e equipamentos públicos à iniciativa privada”,* destaca o manifesto cutista.

## **Pandemia do Covid-19: defesa do SUS, dos profissionais e da população**

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil levou a CNTSS/CUT e seus Sindicatos e Federações ao estado de alerta máximo na defesa dos trabalhadores essenciais – com destaque os da Saúde, pela atuação direta no combate ao vírus, pela cobrança do atendimento rápido e de qualidade a toda a população e por mais investimentos para o SUS - Sistema Único de Saúde. Já em março de 2016 foi divulgada uma nota oficial reiterando o compromisso de atuar junto aos governos e aos setores privado e filantrópico para garantir o cumprimento dos protocolos sanitários estipulados pela OMS - Organização Mundial da Saúde para realização dos serviços prestados por estes profissionais.

A Confederação convocou suas entidades para ver preservados os direitos e os protocolos de combate ao vírus indicando, quando necessário, fazer uso da Justiça e do Ministério Público do Trabalho. Era fundamental prover imediatamente EPIs e EPCs - Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, insumos, remédios, testagem, infraestrutura e logística de atendimento, cuidados com os trabalhadores de grupos de risco, treinamento, home office nas funções que



permitissem, garantir salário e renda e afastamento dos profissionais que tivessem necessidade, além dos demais cuidados.

A cobrança para revogação da EC nº 95 foi intensificada pela Confederação. Nos primeiros momentos da pandemia, reuniu, por videoconferência, os dirigentes nacionais para avaliação das medidas adotadas e deliberação sobre novas ações. Com a descoberta das primeiras vacinas, este tema também tornou-se prioridade imediata para conquistar a vacinação em massa.

### **Diagnóstico sobre precariedade**

O diagnóstico sobre a situação precária das redes de saúde foi confirmado e a estratégia de cobrar desde o primeiro momento condições e segurança de trabalho mostrou-se acertada. Ampliaram-se os cuidados com os profissionais da Assistência e Previdência Social que mantinham atendimento presencial. A grande maioria das unidades de atendimento da Previdência Social e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social não estava adaptada para esta realidade e a falta de equipamentos e insumos para garantir a segurança sanitária destes trabalhadores gerou mobilização das entidades.

Nova reunião da direção, em abril, marcou o reforço com os cuidados sanitários e agora com as medidas para preservar salário, emprego e renda. A Confederação esteve junto com a CUT na ação no Congresso Nacional para criação de um Fundo Emergencial com esta finalidade, assim como por Seguro Desemprego, Bolsa Família, Auxílio Emergencial e demais programas de proteção. Várias entidades conquistaram vitórias que trouxeram melhores condições e segurança para seus trabalhadores.

A Confederação realizou uma trilogia de lives para discutir a realidade e os cuidados com os profissionais da Saúde, Assistência e Previdência Social. Incentivou seus dirigentes a incorporarem esta prática para dialogar com os trabalhadores e a sociedade. Assinou a nota “Bolsonaro, inimigo da saúde do povo”, que considera intolerável e irresponsável as medidas tomadas por ele, que só faziam aumentar a proliferação do vírus e a morte de pessoas. Foram estabelecidas novas medidas para cobrar dos governantes e empresários atitudes eficazes de segurança para os trabalhadores essenciais e firmadas parcerias com entidades e organismos nacionais e internacionais para potencializar resultados.

### **Pesquisas e campanhas: um raio x da Saúde**

A pandemia trouxe a urgente necessidade de aprofundar diagnósticos que pudessem trazer uma radiografia mais exata das redes de atendimento em saúde e a infraestrutura existente para que fosse possível preservar os trabalhadores e a população. A proatividade da Confederação manifestou-se no mapeamento imediato da situação nacional, por meio de levantamento feito por Sindicatos e Federações nos locais de trabalho, logo na chegada da pandemia. Na sequência, estabeleceu parceria com a ISP - Internacional do Serviço Público para uma pesquisa sobre os trabalhadores essenciais e, posteriormente, projetadas campanhas próprias em defesa do SUS e de seus trabalhadores.

Com a ISP foi possível desenvolver a Campanha “Trabalhadoras e trabalhadores protegidos salvam vidas”. A campanha contou com a integração de inúmeras entidades representativas dos profissionais que atuam nos serviços essenciais. O objetivo foi coletar informações com os trabalhadores sobre as condições para exercerem suas funções e, assim, subsidiar as entidades nas ações por mais segurança sanitária junto aos governos e empresários.

De 31 de março até junho de 2020, foram coletados 3.433 questionários e o resultado coincidiu com o diagnóstico inicial da Confederação de falta de infraestrutura, de equipamentos de

proteção, de protocolos sanitários, de extensa jornada de trabalho e do surgimento do adoecimento emocional dos trabalhadores. Este material desdobrou-se em uma denúncia oficial contra Bolsonaro na CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA - Organização dos Estados Americanos, com pedido de medidas cautelares em favor dos trabalhadores da Saúde realizada pela ISP com a assinatura de entidades brasileiras, entre elas a Confederação.

Em maio de 2020, a Confederação elaborou, por meio de sua Secretaria de Comunicação, a campanha “Eu sou o SUS”, pela valorização dos trabalhadores do Sistema, que estavam na linha de frente do atendimento à população. A Campanha dialogou com a sociedade sobre o significado do SUS a partir do trabalho de seus profissionais e o drama humano pelo qual vinham passando. Incorporou uma ação centrada na apresentação destes trabalhadores que atuam em condições precárias de trabalho de forma extremamente profissional. São vidas cuidando de vidas e, assim, reafirmar que o sistema é feito *de* e *para* pessoas.

Outra campanha idealizada pela Confederação foi lançada. Com o mote “SUS Forte: Eu Defendo”, a proposta desta vez foi acompanhada de uma Carta à Sociedade expondo a importância dos trabalhadores, do SUS e por mais financiamento para o Sistema, com ênfase na derrubada da EC nº 95. Ambas as campanhas reforçaram o SUS como um patrimônio da sociedade brasileira que tinha sua vitalidade comprometida pelas políticas de desfinanciamento. A sociedade entendeu que milhares de vidas foram salvas por causa do SUS. A defesa do Sistema tornou-se ainda mais vital para a população brasileira.

Outra iniciativa da ISP com a participação da Confederação foi o lançamento do manifesto “Brasil, epicentro da pandemia, pede solidariedade internacional”. O documento, produzido no início de 2021, insiste para que organismos internacionais ampliem a pressão sobre o governo para que adote as medidas de proteção à vida recomendadas pela OMS.

### **Outras parcerias**

A Confederação aderiu à Campanha “Defender o SUS é Defender a Vida” idealizada pela CUT Nacional. A iniciativa destaca a relevância de um sistema público e universal de Saúde capaz de atender todos os cidadãos, como forma de demonstrar o dever do Estado na manutenção do sistema. Outro momento de integração com a CUT e centenas de entidades da Saúde aconteceu quando da unificação das Campanhas “Vidas Iguais” e “Leitos para Todos”. A cada nova condição expressa na pandemia, uma ação em defesa da vida surgia.

Outra iniciativa para proteção dos trabalhadores da Saúde está em andamento com a parceria firmada com a FioCruz - Fundação Oswaldo Cruz para a realização da pesquisa “Os trabalhadores invisíveis da saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto do Covid-19 no Brasil”. A proposta desta pesquisa, que teve início em janeiro de 2021, é apresentar a realidade destes profissionais da saúde que estão fora do foco de atenção, mas que desempenham papéis fundamentais na infraestrutura e no suporte da saúde e precisam ser reconhecidos e ter os cuidados e a segurança garantidos. Trata-se de um amplo universo de trabalhadores, cerca de 1,5 milhão de pessoas, no contexto de enfrentamento à pandemia.

A Fundação realizou, anteriormente, a pesquisa “Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto do Covid-19 no Brasil”. O objetivo foi conhecer as condições de vida e trabalho de médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem e fisioterapeutas que atuam diretamente na assistência e no combate à pandemia. O resultado obtido com a apresentação de um quadro de precarização das condições e relações de trabalho destas categorias motivou

o segundo estudo, desta vez para diagnosticar os trabalhadores que possuem menos visibilidade na estrutura das unidades de atendimento em Saúde.

### **Manifesto Fila Única de UTI**

A Confederação divulgou manifesto expondo a urgência de instituição no país do sistema de Fila Única para Leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva para tratamento dos pacientes acometidos por Covid-19. A iniciativa defende atendimento igualitário a todo cidadão nas redes de saúde. O documento, que apresenta estudos sobre a viabilidade da proposta e destaca o respaldo na Constituição Federal e na Lei 13.979/2020, sugere que os governos façam a reversão de seus parques industriais para atender as necessidades de equipamentos e insumos em Saúde. Este tema já havia sido antecipado em uma das lives da Confederação.

### **Vacina para todos**

Uma nova parceria com a CUT foi firmada para a produção do documento “Em defesa do SUS e de vacinas para todos e todas”. Aprovado na Executiva Nacional, o documento foi encaminhado às suas Estaduais e Ramos. O texto demonstra a preocupação com o descontrole da pandemia, ao mesmo tempo em que cobra das autoridades medidas imediatas que garantam a vida da população, o que, já naquele momento, significava a prioridade da vacinação em massa. Aponta que se não ocorresse o fortalecimento do parque industrial nacional não haveria produção de vacinas na velocidade necessária para preservar mais vidas.

Manifestação na mesma linha aconteceu a partir da parceria com a ISP no apoio à aprovação do PL nº 1.462, para garantir acesso universal a medicamentos e vacinas contra o Covid-19. A proposta estabelece a licença compulsória automática, em períodos de emergência de Saúde Pública, de patentes de medicamentos, vacinas e outros insumos utilizados no enfrentamento à respectiva emergência, como é o caso da atual pandemia. A aprovação do PL é fundamental para regulamentar o entendimento de que não pode haver monopólio sobre tecnologias médicas úteis ao combate à crise causada pelo Covid-19.

### **Contra o fura-fila da vacina**

A Confederação divulgou nota posicionando-se contra o Projeto de Lei nº 948, que flexibiliza a compra de vacinas pelo setor privado para seus funcionários e parentes, criando o que os deputados de oposição chamaram de “fura-fila da vacina” ou “escândalo do camarote vip da vacina”. Aprovado pela Câmara Federal à revelia da Constituição e dos preceitos democráticos, humanitários e científicos, a Confederação comprometeu-se, à época, em integrar os esforços da CUT de procurar o diálogo com os senadores para que não prosseguissem com o projeto.

O PL desconsidera as estratégias contidas no PNI - Programa Nacional de Imunização do SUS e abre um perigoso precedente para o favorecimento de determinados cidadãos em detrimento dos demais. A Confederação apoiou o tema levado pela classe trabalhadora – “Salvar vidas e proteger o trabalho! Vacinas para todas e todos! Em defesa da quebra de patentes!” – como um grande chamado para ver garantidos os preceitos presentes na Constituição, que garante este direito universal à saúde de forma igualitária e gratuita para todos.

A Confederação mantém os cuidados com os trabalhadores essenciais e a luta por mais recursos ao SUS, com a prioridade de derrubar a EC nº 95. Dialoga intensamente com entidades nacionais e internacionais para dar visibilidade à luta dos trabalhadores contra a pandemia e com instituições de pesquisa e ciência para obter dados cada vez mais precisos sobre a situação da expansão do vírus.

## Matricialidade das ações de Saúde do Trabalhador ganha destaque com a pandemia

A saúde do trabalhador é uma política matricial da Confederação. Este tema está intrinsecamente ligado às várias ações das entidades filiadas, na perspectiva do avanço nas condições e relações de trabalho que permitam assegurar o bem-estar do trabalhador, preservando sua saúde física, social e mental. São medidas atreladas à política da CUT, que estrategicamente formata discussões sobre este tema, propondo a transversalidade na articulação de ações entre as Estaduais e os Ramos. Destacam-se, assim, o fortalecimento do SUS, a discussão sobre a realidade laboral e a estruturação e modernização dos mecanismos de acompanhamento das condições de segurança do trabalhador.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador definiu como eixo prioritário a consolidação da PNST - Política Nacional de Saúde do Trabalhador no projeto político organizativo da CUT, articulando estratégias no local de trabalho com a ação sindical e a intervenção nos espaços das políticas públicas. A PNST, instituída pela Portaria nº 1.823, é um instrumento para os trabalhadores, pois “tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando à promoção, à proteção da saúde dos trabalhadores e à redução da mortalidade”.

O SUS é um sistema de grande importância na condução das ações voltadas à saúde do trabalhador. A Confederação, assim como a CUT, procura levar esta discussão nos vários espaços institucionais e sociais, incluindo os Conselhos de Saúde em âmbito nacional, estadual e municipal, comitês e comissões de Saúde. Há uma atenção aos trabalhos das Comissões Intersetoriais da Mulher e de Saúde do Trabalhador do CNS - Conselho Nacional de Saúde. Todos estes são espaços de grande destaque para as ações em defesa da saúde dos trabalhadores e contam com o controle social no seu processo de tomada de decisões.

A Confederação acompanhou a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. O evento, que foi organizado pelo CNS, teve como tema “Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS - Sistema Único de Saúde Público de Qualidade”. Este eixo central norteou as discussões sobre a construção da Política Nacional de Vigilância em Saúde. A experiência da Confederação permitiu contribuir nas discussões, tendo em vista a realidade do trabalhador e, principalmente, a defesa do SUS. Entre os objetivos da atividade estava o da “elaboração de uma política que fortaleça as ações de promoção e proteção à saúde dos brasileiros, com o foco em um modelo de atenção à saúde que reduza o risco de doenças e outros agravos”.

A Confederação participou da atividade preparatória da Conferência. O evento foi conduzido pelo FNCSSST - Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A proposta foi discutir sobre o SUS, Vigilância em Saúde, principais mudanças da legislação no mundo do trabalho, normas internacionais e os impactos na saúde do trabalhador. As discussões foram bem oportunas tendo em vista que o país já despontava entre os que possuíam maiores índices de acidentes e doenças de trabalho. O Brasil estava, à época, em quarto lugar no ranking de agressão aos direitos dos trabalhadores. São números colhidos em indicadores oficiais do governo brasileiro, como Previdência Social e Ministério do Trabalho.

### **Pandemia: esforços redobrados**

A pandemia fez com que as energias fossem centralizadas na segurança em saúde dos tra-

balhadores. Como a Confederação tem, entre as categorias que representa, um número enorme delas compostas por trabalhadores essenciais, foram priorizadas diversas estratégias para garantir a vida destes profissionais e dos usuários dos programas e ações realizados pela Seguridade Social. Desde então, as mais variadas ações em defesa dos trabalhadores contaram com a transversalidade e intersectorialidade para que as discussões pautadas pela Confederação e suas entidades tivessem o tema “saúde do trabalhador”.

A partir deste eixo estruturante foram desenvolvidas inúmeras ações: firmamos parcerias internacionais e com instituições nacionais do campo da ciência para realização de pesquisas e campanhas; construímos campanhas próprias; as entidades filiadas tiveram suas iniciativas neste sentido; lutamos por infraestrutura, equipamentos de proteção e os protocolos sanitários; dialogamos com parlamentares para criar legislações de proteção para os trabalhadores e por vacinas; foram feitas lives sobre saúde do trabalhador; denunciemos nacional e internacionalmente o descaso com a pandemia, os trabalhadores e a população, entre tantas outras medidas.

A CNTSS/CUT foi parceira nas campanhas da CUT, divulgou e utilizou a ferramenta “Na Pressão”, participou dos momentos de formação e contribuiu no debate e divulgação da cartilha “Diretrizes para a Saúde e Segurança dos Trabalhadores e das Trabalhadoras nos Locais de Trabalho Durante a Pandemia”. O material foi utilizado para, logo no início da pandemia, auxiliar na capacitação dos dirigentes, assessores e militantes sindicais em saúde do trabalhador, dando-lhes informações sobre como reconhecer e notificar o Covid-19 como doença do trabalho, para contribuir na defesa da garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores adoecidos e/ou mortos por Covid-19. Houve, ainda, a parceria com a CUT no documento “Em defesa do SUS e de vacinas para todos e todas”.

### **Em defesa das Normas Regulamentadoras**

Outro foco dado neste período foi sobre o acompanhamento das discussões relacionadas às NRs - Normas Regulamentadoras. A Confederação esteve representada no “Encontro da Banca dos Trabalhadores da CTPP - Comissão Tripartite Paritária Permanente” que discutiu a NR-32, cuja finalidade é estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. O evento reuniu representantes de Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho Tripartites que discutem as NRs vigentes e as que estavam em processo de regulamentação.

O representante da Confederação denunciou a intenção de desmonte ou flexibilização das NRs em virtude da pressão exercida pelo setor patronal. Outra situação diz respeito à ação de ataque aos trabalhadores e às suas entidades, de pesquisa e fiscalização que vem acontecendo. O encontro reiterou o papel da CTPP que, além de procurar a proteção dos direitos dos trabalhadores, permite um equilíbrio no debate entre as bancadas. Identificou-se que os ataques realizados por Temer contra as NRs foram aprofundados com Bolsonaro.

Conforme dados do Ministério Público do Trabalho, entre 2012 e 2018, 16 mil trabalhadores morreram por acidente de trabalho. A cada 49 segundos, no país, ocorre um acidente envolvendo um trabalhador. A cada três horas, um profissional morre em decorrência de um acidente ocorrido no local de trabalho. Cerca de três mil trabalhadores perdem a vida por ano em consequência de acidentes de trabalho; mais de 14 mil são afastados por lesões incapacitantes e mais de 700 mil têm doenças laborais, segundo dados oficiais da Previdência Social.



## **Atuação da Confederação na CUT expande luta da Seguridade Social**

A Confederação e suas entidades filiadas mantêm estreita sintonia com as diretrizes estabelecidas pela CUT, além do acompanhamento de sua agenda de lutas. Esta organicidade permite que os temas caros à Confederação e as reflexões desencadeadas em suas estruturas internas possam também ecoar na Central e ter pontos de suas teses incorporados nas estratégias cutistas de defesa da Seguridade Social, dos trabalhadores públicos e privados e do Estado de Bem-Estar Social.

Desde os primeiros sinais de mudanças no processo democrático do país, desencadeados ainda em 2013, sucedeu-se uma série de ataques contra os governos representativos dos trabalhadores e, evidentemente, à própria classe trabalhadora. Desde então, em todas as agendas designadas pela Central para expor a resistência dos trabalhadores contra os golpes e em defesa dos direitos, a Confederação esteve representada por seus dirigentes, por dirigentes de suas entidades e por trabalhadores da Seguridade Social. Foram incontáveis mobilizações em Brasília, nos Estados, no Congresso Nacional e nos diversos espaços institucionais e sociais.

Os ataques eram respondidos com muita resistência e firmeza. O caminho de reforçar o diálogo e as agendas com os movimentos sociais, os parlamentares e os segmentos sociais progressistas, tendo como destaque as Frentes “Brasil Popular” e “Povo Sem Medo”, foi acertado e o resultado consagrou-se em cada novo momento nas ruas. Greves nacionais e setoriais foram realizadas com êxito neste período, entre elas a que foi considerada a maior greve da história, em 28 de abril de 2017, que contou com a adesão de cerca de 45 milhões de brasileiros, naquele que ficou conhecido como “abril vermelho”. Em 2018, iniciou-se a experiência do 1º de Maio com todas as Centrais, unidade mantida em muitas outras lutas.

### **Defesa do Estado passa pela Seguridade Social**

A Confederação contribuiu com o diálogo travado internamente na CUT sobre o setor público e as estatais. A partir de Resolução aprovada no 15º Congresso Extraordinário da Central, de 2017, foram apontadas diretrizes para as Plenárias deste setor na procura de consolidar lutas conjuntas, como a da regulamentação da Convenção nº 151. Estabeleceu-se que a CUT combateria em todas as frentes a reforma ultraliberal do Estado brasileiro, começando pela derrubada da EC nº 95, cabendo articular as lutas das diferentes esferas do serviço público. Desde então, encontros são feitos com lideranças do setor público e das estatais, nos quais se discutem pautas de interesse comum, são feitos estudos e definem-se lutas e campanhas. A Confederação está ativa nestas agendas.

Um exemplo recente desta luta foram as mobilizações de dezembro passado, quando a Central e as entidades das três esferas – federal, estadual e municipal – reuniram-se em defesa do setor público, contra a Reforma Administrativa e pela manutenção, naquele momento, do Auxílio Emergencial de R\$ 600. Vários atos pelo país fizeram a defesa das estatais contra o processo de privatização que vem acontecendo desde Temer e foi acelerado com Bolsonaro. Empresas estratégicas para o Brasil, como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Eletrobras e Correios estão sendo rifadas pelo governo. Todo este sucateamento do Estado leva à destruição de milhares de empregos entre os servidores e das cadeias produtivas destes setores, como também à perda de serviços essenciais prestados à população.

A participação em campanhas da CUT rendeu outra parceria. Desta vez foi a campanha “Brasil Forte, em defesa de um serviço público e de qualidade e valorização dos servidores e das

estatais”. A campanha foi mais uma ferramenta de luta para os trabalhadores e foi construída a partir do debate no Macrossetor de Serviço Público da Central. Um trabalho coletivo, com um objetivo bem claro, o de mobilizar o país contra o congelamento de gastos e as privatizações desencadeados. A proposta foi divulgada durante o seminário “Estado, o Serviço Público e as Empresas Estatais no Desenvolvimento com Equidade”.

A Confederação contribuiu e participou de todos os grandes momentos organizativos da Central neste último período. Suas lideranças estiveram presentes na 15ª Plenária/Congresso Extraordinário, em 2017; o mesmo deu-se no 13º CONCURTO, de 2019, e agora preparam-se para representar todos os trabalhadores da Seguridade Social durante a 16ª Plenária Estatutária, agendada para este ano. A CNTSS/CUT possui dirigentes na estrutura da CUT Nacional. Muitos deles atuam diretamente nas estruturas da Central na esfera nacional ou nas estaduais, representando os trabalhadores e o Ramo da Seguridade Social.

Compõem a direção da Central a tesoureira da Confederação, Célia Regina Costa; o secretário de Organização, Raimundo Cintra; e os dirigentes Milton Francisco Kempfer (FESSERS - Federação Saúde Privada RS) e Lúcia Maria dos Santos (Sindprev Alagoas). Na Executiva Nacional da Central, temos a secretária de Saúde do Trabalhador da Confederação, Maria Godoi de Faria, na função de secretária-adjunta de Administração e Finanças; a secretária de Mulheres da Confederação, Fátima Veloso, como secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador; e a dirigente Maria Júlia Nogueira, como diretora Executiva. Além destes quadros na CUT Nacional, há lideranças da Confederação nas direções estaduais da Central, como por exemplo, o presidente da Confederação, Sandro Cezar, que também preside a CUT Rio de Janeiro.

### **Todos contra a PEC nº 32**

O Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa - PEC nº 32, em dezembro de 2020, mobilizou servidores públicos e outros setores sociais contra esta que pode ser a medida mais dura impetrada contra o Estado brasileiro, o serviço e os servidores públicos. Em Brasília, houve a participação dos parlamentares da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público na atividade de encerramento dos atos. O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas realizou ato virtual contra as privatizações. A PEC nº 32 desconstrói completamente o Estado configurado na Constituição Federal Cidadã de 1988 e é um forte ataque aos servidores públicos nas três esferas de governo. Haverá, caso aprovada, um comprometimento gravíssimo dos serviços prestados à população, que passará a ter dificultado o acesso às políticas públicas das mais diversas áreas.

Está como agenda prioritária dos trabalhadores da Seguridade Social a luta pela não aprovação desta PEC. Foram realizadas inúmeras lives e momentos de formação sobre este tema em que foi possível contar com especialistas acadêmicos e técnicos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Mesmo com algumas mudanças apresentadas pelo relator, o texto ainda é um grave problema, pois mantém a essência e altera pontos importantes da Constituição ligados aos servidores e empregados públicos, assim como na estrutura do Estado. Esta nova etapa na tramitação impõe que os trabalhadores, os parlamentares e os segmentos sociais contrários à medida intensifiquem ainda mais suas estratégias para barrar a proposta.

Especialistas dizem que o objetivo da proposta é o de reduzir despesas, com ajuste no funcionamento da máquina pública, mas essencialmente feito sem o efetivo debate sobre a dimensão da arrecadação do Estado, do aprimoramento e da redistribuição da carga tributária.

Caso aprovada, os efeitos podem ser devastadores para as carreiras públicas. A PEC nº 32 é condicionada pela ideologia do Estado mínimo e pelas políticas de austeridade centradas nos cortes de despesa que dificultam a retomada dos investimentos e do crescimento e desprotegem quem mais precisa dos serviços públicos de saúde, educação, assistência etc.

## **CNTSS/CUT representa Seguridade Social em parcerias com entidades internacionais**

A estratégia da inter-relação com organismos e entidades internacionais adotada pela Confederação, a partir de parcerias, ou como convidada em eventos, tem-se firmado como prática de grande importância na defesa dos interesses da Seguridade Social, dos trabalhadores, das políticas e serviços públicos e da Democracia. Nos últimos anos foi possível consolidar um processo de aprendizado que se desdobrou em conquistas e visibilidade das políticas de Seguridade Social e também de denúncia sobre os ataques realizados ao Estado de Bem-Estar Social desde o golpe de 2016.

A CNTSS/CUT participou do 30º Congresso Mundial da ISP, em Genebra, Suíça, evento que acontece a cada cinco anos e que teve como tema central “Poder para o Povo”. Além de ser um momento de discussão sobre a conjuntura mundial e os desafios postos aos trabalhadores do setor público, a agenda teve como uma das finalidades prepará-los para o enfrentamento sobre a preservação de seus direitos e contra o conservadorismo, unindo esforços na luta contra a onda neoliberal que ataca os serviços públicos e os direitos dos profissionais do setor.

O direito à organização sindical foi reiterado pela Confederação em Audiência Pública realizada na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A iniciativa foi solicitada pela ISP para discutir o tema “O direito de organização sindical no setor público”. O evento aconteceu motivado pelas inúmeras situações de ataques aos direitos sindicais e civis de dirigentes, incluindo processos criminais e administrativos apenas por realizarem atos e atividades públicas coletivas, impedimento do acesso aos locais de trabalho, divulgação de material com calúnias e boicote explícito ao desenvolvimento da representação sindical autônoma, fato presente no cotidiano dos trabalhadores desde o golpe de 2016.

Dirigentes da Confederação participaram da “Conferência Regional Internacional de Serviços Públicos: o Futuro do Trabalho em Serviços Públicos e o fim da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho”, também da ISP. O evento, que aconteceu em Santiago, capital do Chile, reuniu sindicalistas da América Latina, Canadá e Caribe para discutir os desafios e os próximos enfrentamentos sobre o futuro do trabalho e as estratégias do movimento sindical na OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Ainda no campo da reflexão sobre a conjuntura nacional, a Confederação participou do Seminário da Juventude da ISP com o tema “Nosso país na contramão: enquanto o mundo reestatiza, o Brasil privatiza”. Tendo a entidade e a FES - Fundação Friedrich Ebert como parceiras, a Confederação aprofundou as reflexões sobre alternativas que o movimento social e a classe trabalhadora podem ter para conter a sanha privatista do governo Bolsonaro.

A Confederação foi eleita para compor o Comitê Executivo Regional da ISP para o período 2019 a 2024. A escolha da nova direção aconteceu durante a 12ª IAMRECON - Conferência Regional Interamericana, que reuniu cerca de 500 delegados de todas as Américas em Buenos

Aires, Argentina. Dirigentes da Confederação e de suas entidades filiadas acompanharam o evento. Contribuíram com o debate sobre saúde latino-americana, que reuniu cerca de 60 lideranças de vários países. A Confederação representou as entidades sindicais da Seguridade Social e do Brasil na 2ª mesa de debates proposta pelos coordenadores da Conferência.

A agenda reservou espaço para o debate sobre a questão de gênero. O Encontro Regional de Mulheres da ISP para a Interamérica reuniu cerca de 50 lideranças. As delegadas da CNTSS/CUT contribuíram com as discussões, tendo como foco a política da ISP voltada a este segmento, para que os resultados fossem apresentados na IAMRECON - Conferência Regional Interamericana. A 12ª Conferência discutiu o tema "O povo acima do Lucro! A luta em defesa do Estado contra o poder corporativo". A programação oficial foi precedida por encontros dos Comitês Sub-regionais de Mulheres para América Central, Países Andinos, Cone Sul e Brasil.

### **Justiça Fiscal e Tratados de Livre Comércio**

A parceria com a ISP levou a Confederação a acompanhar o projeto sobre Justiça Fiscal e Tratados de Livre Comércio. Lideranças estiveram no "Encontro Nacional sobre Justiça Fiscal" realizado com apoio da FES. Na ocasião, discutiram o sistema fiscal, a arrecadação de impostos e a estrutura dos gastos públicos como indutores da redução das desigualdades. Desde ali, inseria-se o tema: Reforma Tributária com justiça fiscal e social.

Novas rodadas deste projeto aconteceram. Foram realizados seminários com os temas "Livre Comércio" e "Evasão Fiscal Corporativa e Respostas Sindicais". A discussão sobre Livre Comércio pautou-se nos seguintes temas: "TISA - Acordo sobre o Comércio de Serviços e a atualização das negociações dos tratados de livre comércio que envolvem a Região", "O TLC União Europeia - Mercosul e uma análise dos pontos centrais e implicações para o mundo do trabalho", "Novas perspectivas sobre o debate de TLC's: o comércio sob uma ótica de gênero", "A digitalização da economia: dados pessoais" e "TLCs - Tratados de Livre Comércio e o futuro do trabalho".

Na etapa argentina, foi realizado o Seminário Regional sobre Livre Comércio, com apoio da Fundação Friedrich Ebert. Além das lideranças brasileiras e argentinas, o Seminário reuniu representantes do Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Costa Rica, México, Equador, Áustria e Espanha. Discutiu-se a aproximação neoliberal da União Europeia por conta dos Tratados de Livre Comércio feitos com o México, os países da América Central e Andinos.

A Confederação participa do projeto da ISP "Semana Global de Ação sobre Justiça Fiscal para os Serviços Públicos". As atividades focam a valorização, melhorias e investimentos em serviços públicos. As entidades propõem que os governos utilizem as receitas fiscais para financiar os serviços públicos e as proteções sociais que são os meios para acabar com a pobreza e a desigualdade. Propõem, ainda, que os mais ricos – pessoas jurídicas e físicas – paguem efetivamente suas partes dos impostos e que estas receitas fiscais sejam utilizadas para financiar os serviços públicos e as proteções sociais.

### **Intercâmbio internacional fortalece solidariedade e resistência na luta**

A solidariedade internacional foi utilizada pela CNTSS/CUT para denunciar e combater os golpes realizados no país contra a Democracia e os direitos. A integração com organismos internacionais permitiu levar a estes espaços a realidade do país. Os retrocessos impostos pela EC nº 95 foram denunciados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA por 16

entidades, entre elas a Confederação, durante a Audiência “Os direitos humanos e reformas legislativas no Brasil”, realizada no Panamá, em 2016. O assunto foi levado ao relator especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU - Organização das Nações Unidas durante audiência em Genebra, na Suíça.

O tema já havia sido levado à 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, por instituições brasileiras. Foi realizada uma apresentação verbal e a entrega de dossiês à relatora da ONU para o Direito Humano à Educação, Koumba Boly Barry, acerca da temática, seguida de diversas reuniões no Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em Genebra, incluindo as relatorias sobre Liberdade de Reunião e Associação Pacífica, Liberdade de Expressão, e com o Secretariado do Comitê sobre os Direitos da Criança. As informações foram entregues à UPR - Universal Periodic Review das Nações Unidas.

Em 2017, em Genebra, as Contrarreformas da Previdência e Trabalhista e a política de Terceirização foram denunciadas durante reunião tripartite realizada pela OIT, como também o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Tiveram destaque nas falas dos representantes da CNTSS/CUT as duras medidas presentes na Contrarreforma Trabalhista e na política de Terceirização. Os ataques à Seguridade Social foram, como já mencionamos, apresentados durante o 30º Congresso Mundial da ISP.

No âmbito do Hemisfério Sul, a Confederação participou da “Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo” realizada em Montevideu, Uruguai, em 2017, com representantes da América Latina e Caribe, quando denunciou as arbitrariedades do governo Temer. A Confederação divulgou documento próprio sobre os ataques que a Democracia, os direitos sociais e trabalhistas, a classe trabalhadora e a sociedade vinham sofrendo, com destaque para a EC nº 95. A Confederação havia atendido à convocação da CUT que organizou, em julho, em parceria com a “Marcha Mundial das Mulheres”, um encontro envolvendo suas entidades filiadas que compõem as Frentes “Brasil Popular” e “Povo Sem Medo” para discutir a Jornada Continental.

### **Denúncias se avolumam**

Durante a 13ª edição do Fórum Social Mundial, que aconteceu na Bahia, a Confederação defendeu os interesses dos trabalhadores denunciando a Contrarreforma da Previdência em mesa com o tema “Desmonte da Previdência e seus impactos no setor público”. Toda a “cesta de maldades” de Temer foi exposta: Terceirização; Contrarreforma Trabalhista; medidas contra o SUS e demais políticas de Seguridade Social; EC nº 95. Durante a 107ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra, em 2019, o Brasil entrou na “Lista Suja da OIT” por violações das suas Convenções e Normas em virtude da Contrarreforma Trabalhista.

Naquele mesmo ano, a ISP e o SEIU - Sindicato Internacional de Prestadores de Serviços, entidades parceiras da Confederação, divulgaram nota em solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contra os ataques à Democracia brasileira. A Confederação levou o tema para a Conferência Nacional de Delegados promovida pelo UNISON - Sindicato do Setor Público do Reino Unido, que aconteceu na cidade de Brighton. A denúncia também foi discutida com dirigentes do TUC - Trades Union Congress, Central Sindical da Inglaterra, e em debate intermediado pela UNISON na cidade de Londres.

A CNTSS/CUT esteve entre as entidades filiadas à ISP que, reunidas com as Centrais Sindicais, denunciaram o Estado brasileiro à OIT pelo não cumprimento da Convenção nº 151, que garante o direito à negociação coletiva no setor público. Embora ratificada pelo país, a Norma



é descumprida. Na ocasião, foi realizada uma reunião com o diretor do organismo no país. No Brasil, as reuniões entre governos e organizações sindicais acontecem sem grandes avanços. Os governantes justificam o não atendimento das reivindicações dos trabalhadores em virtude das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro momento de denúncia contra o governo Bolsonaro na OIT aconteceu quando da entrega de documento apresentando as condições precárias de trabalho na pandemia do Covid-19. O texto foi entregue pela ISP e era resultado da pesquisa “Trabalhadoras e Trabalhadores Protegidos Salvam Vidas” realizada em parceria com a CNTSS/CUT e outras entidades de trabalhadores essenciais. O Brasil já acumulava o questionamento no Conselho de Direitos Humanos da ONU e as denúncias entregues ao Tribunal Penal Internacional.

A Confederação foi parceira da UniGlobal, Sindicato Global, na iniciativa de protocolar no Tribunal Penal Internacional de Haia uma queixa-crime contra Bolsonaro por genocídio e crime contra a humanidade por seu posicionamento frente à pandemia. O documento teve como finalidade denunciar ao mundo as atrocidades que vêm acontecendo no Brasil desde o começo da pandemia. Mesmo com todos os alertas de organismos internacionais, como a OMS, e de setores nacionais, Bolsonaro sempre menosprezou a gravidade da pandemia. Desde o início, tomou a posição de que a economia tinha que se sobrepor à vida. Vários sindicatos da Confederação fazem parte da Rede Sindical Brasileira UNISAÚDE, que representa cerca de 50 entidades nacionais e aproximadamente um milhão de profissionais do setor da Saúde no país. A Rede é coordenada pela UNI Américas.

## **O desafio do sindicalismo contra o racismo estrutural e o genocídio da população negra**

A CNTSS/CUT, em conformidade com as políticas de raça estabelecidas pela CUT, tem o compromisso de levar a temática de combate ao racismo para discussão junto aos trabalhadores de seus Sindicatos e Federações e ao conjunto da sociedade. Este debate, fruto da discussão interna na estrutura da Confederação, desdobrou-se na criação da Secretaria de Combate ao Racismo, em 2013, e intensificou-se com a expansão desta pauta na perspectiva da transversalidade com as demais secretarias, assim como acontece com a luta das mulheres, e tem consolidado avanços desde então.

O fenômeno abjeto do racismo manifesta-se de maneira estruturada no país, segregando e prejudicando efetivamente milhões de trabalhadores, causando sofrimento e perpetuando mecanismos de exclusão social, econômica e política. Os piores salários e funções são exemplos de segregação. A onda conservadora expande-se por muitos países e no Brasil aumenta ainda mais o racismo e a discriminação. A xenofobia e a intolerância religiosa também são nódoas que maculam as relações sociais. Os trabalhadores devem estar alertas contra estas barbaridades.

Quando da preparação do Congresso Nacional Extraordinário da CUT, a Confederação contribuiu na elaboração de propostas sobre combate ao racismo. Naquela ocasião, a CUT relançou a campanha “Basta de Racismo no Trabalho e na Vida” para pensar novas estratégias a serem desenvolvidas nos Estados. A Confederação que, à época do lançamento da campanha atuou como parceira no seu desenvolvimento, manteve a diretriz de levar novamente essa discussão para suas bases. Nos debates preparatórios ao Congresso cutista, a CNTSS/CUT participou de encontros do Coletivo Nacional de Combate ao Racismo da Central. Naquele momento deba-

tia-se a ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto Federal nº 4887/03, que previa o reconhecimento dos territórios quilombolas.

Posteriormente, foi possível avaliar as participações da CUT e da CNTSS/CUT no INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, entidade que agrega duas outras Centrais e desenvolve ações de promoção da igualdade nas relações de trabalho, de combate à discriminação racial e de formação de lideranças sindicais. À ocasião, considerou-se adequada a manutenção dos envolvimento, definindo-se novos focos de ação conjunta. A Confederação manteve-se no Conselho Fiscal do Instituto. Neste período de trabalho na direção do INSPIR, foram realizadas inúmeras atividades de formação com os Sindicatos e as Centrais para discussão do combate ao racismo, além de parcerias celebradas com entidades internacionais.

### **Recrudescimento do racismo**

Depois de golpe de 2016 houve um forte retrocesso dos avanços conquistados nas políticas de combate ao racismo. De imediato, Temer acabou com a Secretaria criada para discutir as questões da população negra. O momento atual é de recrudescimento do racismo, com destruição dos direitos e das organizações/movimentos populares, uma política de genocídio por parte do Estado, privação de direitos à população negra, entre outros ataques. No campo da geopolítica, o golpe enfraqueceu as relações diplomáticas estabelecidas pelos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff com a África.

Há o desafio da luta imediata de combate ao genocídio da população negra. A sociedade e os sindicatos devem ampliar seus mecanismos de denúncia, organização e mobilização sobre esta questão crucial. É preciso criar processos de diálogo e formação envolvendo os dirigentes e trabalhadores para multiplicar as ações voltadas ao combate ao racismo. Integração com os movimentos de direitos humanos, movimentos sociais e universidades é uma forma de construir sinergia que fortaleça as estruturas e avance na resistência.

Períodos como o mês da Consciência Negra, comemorado em novembro em todo o país, e o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, instituído pela ONU para ser celebrado em 21 de março, são momentos de grande visibilidade da luta contra o racismo e têm sido utilizados pela Confederação e suas entidades em busca de apoio da sociedade para cobrar avanços efetivos dos governos contra o racismo estrutural existente no Brasil. Com a colaboração da bancada dos trabalhadores no Senado Federal, foi aprovado o Projeto de Resolução que institui a Frente Parlamentar Mista Antirracismo (PRS 17/2021).

A Frente permite que o Parlamento aprofunde legislações e se comprometa a barrar os retrocessos impostos pelo atual governo. Há legislações que tocam no tema da discriminação racial, mas que ainda são poucas e precisam ser efetivamente cumpridas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XLII, classificou a prática do racismo como “crime inafiançável e imprescritível”, incidindo, inclusive, em pena de reclusão. Enquanto isto, o genocídio contra a população negra e os episódios de racismo vão assumindo proporções ainda maiores desde o golpe. O Atlas da Violência 2020, divulgado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo FBPS - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstra o racismo estrutural expresso na violência contra a população negra.

O estudo aponta que, para cada pessoa não negra assassinada em 2018, 2,7 negros foram mortos, sendo que estes últimos representam 75,7% das vítimas. Outro dado que reforça essa compreensão é o fato de a taxa de homicídios entre negros chegar a 37,8 a cada 100

mil habitantes, enquanto entre não negros esse número é de 13,9 para cada 100 mil habitantes. Entre 2008 e 2018, os casos de homicídio de pessoas negras aumentaram 11,5%. Já o número de casos desse tipo de violência em relação a não negros diminuiu 12,9%, no mesmo período. O recorte de gênero também traz resultados cruéis: nesse período houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, enquanto a redução para mulheres negras foi de 7,2%.

## **A luta das mulheres da Seguridade Social na defesa de direitos e políticas de gênero**

A Seguridade Social é feminina. As mulheres são, na grande maioria das categorias profissionais que compõem o tripé da Seguridade, majoritárias em número. Uma situação singular, que traz a responsabilidade de se pensar políticas de gênero capazes de responder de forma objetiva uma gama imensa de demandas, ao mesmo tempo em que absorvam a subjetividade da luta feminina. O movimento sindical deu passos no sentido de avançar sobre este tema, mas não nos enganemos. Valores estruturantes da sociedade burguesa, como o patriarcalismo e o machismo, estão inegavelmente presentes nas relações sociais e persistem à espera de que as contradições entre a teoria e a práxis ressurgam. Segue o desafio: “decifra-me ou te devoro”.

Não há dúvidas de que as mulheres cutistas foram a vanguarda protagonista para estas mudanças na Central. A CNTSS/CUT fortalece a discussão de gênero nas suas estruturas. Companheiras valorosas constroem este caminho nas discussões da Central e nos espaços sociais da luta feminina e progressista. Concomitante à agenda do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, acontecerá o 4º Encontro Nacional das Mulheres da Seguridade Social da Confederação. As edições anteriores trouxeram discussões que se desdobraram em ações políticas de grande qualidade. Esta nova edição terá o tema “Seguridade Social: Resistência das Mulheres”.

As trabalhadoras da Seguridade Social avançaram na perspectiva da organização nos últimos anos. Companheiras da Confederação estiveram na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, onde puderam discutir o tema central “Saúde das mulheres: Desafios para a integralidade com equidade”. A Confederação contribuiu com as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. A proposta da Conferência era contemplar as políticas de equidade: das populações negra, LGBTQIA+, em situação de rua, do Campo, da Floresta e das Águas. Mereceu destaque o embate contra a EC nº 95.

A Confederação acompanhou a “Jornada de Luta das Mulheres em Defesa da Democracia e dos Direitos”. O evento foi uma iniciativa da CUT São Paulo e do movimento de mulheres. Uma pauta em defesa da Democracia e dos direitos marcou a agenda de lutas proposta para acontecer em todo o Estado de São Paulo. Naquele momento, as mulheres ocuparam os espaços sociais para denunciar os retrocessos impostos pelo golpe, além das pautas conservadoras, como o Estatuto do Nascituro.

A Marcha das Margaridas é uma das agendas prioritárias da Confederação. É um momento de diálogo com a sociedade e o Parlamento e dá visibilidade a temas como combate à violência contra mulher, direitos, políticas públicas, Democracia, soberania popular, justiça social, cidadania e demais que estejam na ordem do dia da luta das mulheres. A cada edição, as mulheres da CNTSS/CUT levam também as bandeiras da Seguridade Social: defesas do SUS e SUAS e por Saúde, Previdência e Assistência Social públicas, universais e solidárias.

Dirigentes da Confederação estiveram no ato “Ocupa Brasília”, ainda no início do governo Temer, contra a consolidação do golpe e para defender as políticas sociais e de direitos e o Estado de Bem-Estar Social, que vinham sendo atacados. Havia a compreensão de que o país estava vivendo um Estado de Exceção pelas medidas tomadas e pela própria criminalização da política. Sinalizava-se ali outro prognóstico que veio a se confirmar: as mulheres seriam as mais atingidas por todas as medidas em curso e pelo dismantelamento de programas sociais.

### **Interface internacional da luta**

A interface com organizações internacionais trouxe avanços na luta das mulheres da Seguridade Social. As experiências foram levadas em eventos no exterior, assim como as denúncias sobre os retrocessos impostos ao país. A Confederação participou do Encontro Global dos Direitos das Mulheres e Justiça Tributária realizado em Bogotá, na Colômbia. O evento reuniu mulheres de 70 países. Além de compartilhar projetos, foi objetivo da ISP concentrar esforços na construção de uma narrativa coesa e de novas estratégias para o fortalecimento do papel da mulher no enfrentamento das posições políticas regressivas que sustentam as abordagens fiscais neoliberais da política fiscal.

Outra agenda foi o Seminário Regional sobre Justiça Fiscal e Justiça de Gênero realizado em Buenos Aires, Argentina, pela ISP com os apoios da FES e da Fundación Foro Nueva Sociedad. O evento reuniu delegadas sindicais da América Latina, representantes do Comitê Mundial da Mulher e integrantes de organizações sociais da coalizão internacional em favor da justiça fiscal. A proposta foi que a questão tributária passasse por uma análise na perspectiva de gênero no conjunto da estrutura financeira internacional e em seus desdobramentos, que acontecem na forma de políticas tributárias nacionais.

Todo este arcabouço prático/teórico dos conhecimentos internacional e nacional é convertido em estratégias e ações com caráter de transversalidade, criando unidade entre as demais secretarias da Confederação no desenvolvimento de ações de gênero e, assim como também acontece na questão de raça, no cotidiano de suas lutas.

As agendas para o mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, sempre concentraram atividades de grande impacto na dinâmica das mulheres da Confederação que, além das especificidades das categorias da Seguridade, acompanham as pautas amplas do movimento feminista. As programações realizadas durante todo o mês contribuem para dar visibilidade às mulheres do campo, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transgêneros, por serem os segmentos mais atacados em seus direitos e vítimas preferenciais da violência e do preconceito no país. Nas comemorações de 2021, a Confederação assinou o “Manifesto Mulheres na Luta pela Vida”, que defende “Fora Bolsonaro”, vacina para toda população, Auxílio Emergencial e o fim da violência contra as mulheres.

A resistência das mulheres da Seguridade Social tem sido grande para evitar as perdas que estão acontecendo. Por serem maioria nos espaços de trabalho das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, elas tornam-se protagonistas na defesa das políticas e programas públicos presentes nestas áreas. As políticas voltadas às mulheres foram impactadas pelo retrocesso desde o golpe. A defesa do SUS está entre as prioridades das mulheres da Confederação. A estruturação de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência passa pelas atribuições do SUS. Os mesmos problemas de desmonte acontecem na Previdência e Assistência Social.

Com o tema “Mulheres da Seguridade Social na Resistência”, a CNTSS/CUT realizou, em março deste ano, por meio virtual, o Encontro Nacional de Mulheres do Ramo. A agenda, que auxiliará

nas discussões do 8º Congresso Nacional da Confederação, foi também uma etapa preparatória para o Encontro Nacional de Mulheres da CUT, previsto para este ano. O debate sobre conjuntura focou a resistência das mulheres da Seguridade Social frente à pandemia e aos ataques do governo federal, tendo como referência as especificidades na Saúde, Previdência e Assistência Social. Na ocasião, foram aprovadas as propostas para serem levadas ao 8º Congresso da Confederação e feita a escolha das delegadas que representarão o Ramo no Encontro Nacional de Mulheres da CUT.

### **Aumento da violência e misoginia**

Há o gravíssimo problema da misoginia, que ganhou relevância a partir do governo Bolsonaro. A violência contra as mulheres atinge patamares assustadores no país. Apenas durante a pandemia, 17 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência e agressão. A violência sexual também foi outro triste destaque: cerca de 3,7 milhões foram vítimas ou sofreram tentativas. Em 2020, oito mulheres foram agredidas no Brasil a cada minuto. São números que levam o país a ser o quinto no mundo com maior índice de violência de gênero. O Brasil amarga outro triste recorde: mortes de mulheres trans.

Além da constatação do brutal aumento da violência e do feminicídio em todas as camadas sociais, mas com preponderância sobre as negras e empobrecidas, as mulheres são as mais afetadas pelas políticas de baixos salários presente no mercado de trabalho, pela perda de direitos sociais e trabalhistas com as Contrarreformas realizadas por Temer e Bolsonaro. Os movimentos de mulheres atuam para garantir a existência de políticas públicas e de redes de proteção cada vez mais amplas e proativas para qualificar o atendimento às mulheres a partir de estruturas e profissionais capazes de atender todas as necessidades de atenção, cuidados e proteção. Outro destaque é dado para que sejam cumpridas as leis destinadas à punição dos agressores, além daquelas que preservam as vidas e o acolhimento das vítimas e de seus familiares.

A Confederação apoiou o documento da ISP enviado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para que apresentasse as prioridades a serem inseridas no documento final de resoluções e orientações da UNCSW 65 - Comissão sobre o Status da Mulher da ONU na defesa e no apoio à Convenção nº 190 da OIT, que versa sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. A Comissão é o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.

O resultado da consideração da Comissão assume a forma de conclusões acordadas, a serem negociadas por todos os Estados membros. O documento da ISP manifesta a preocupação com o aumento da violência e da sobrecarga no trabalho que afeta prioritariamente as mulheres. O texto expõe que as mulheres, assim como os negros e o segmento LGBTQIA+, estão em situação de grande vulnerabilidade, principalmente na pandemia, e que, portanto, é preciso a “implantação e promoção de programas e políticas públicas afirmativas às vítimas da pandemia, da precarização do trabalho e da informalidade”.

### **Pandemia reforça importância da Comunicação nas lutas sindicais e sociais**

O mundo transformou-se de inúmeras maneiras com a pandemia do Covid-19. A proliferação do vírus numa velocidade inimaginável foi tão intensa quanto o número de infectados e a trágica realidade de milhões de óbitos por todo o planeta. Os governos, o sistema capitalista, a Ciência e a população não estavam preparados para isso. As formas tradicionais de contato e



interação nas relações sociais e de produção foram colocadas em xeque. O planeta teve de se reinventar. Nesse sentido, também o movimento sindical e suas lutas.

O que era presencial se tornou virtual. Explodiu o home office. As aulas, as reuniões, consultas médicas, serviços, a religiosidade e as mais diversas formas de contato se reconfiguraram e passaram a existir virtualmente. Até o consumo se rendeu a plataformas de compra e entrega. Esta ruptura brusca de um modelo para o outro nas formas de interação traduziu-se na releitura do valor dos meios e modos de comunicação. Estamos, todos, neste processo de compreensão e adaptação a novas tecnologias. A classe trabalhadora teve de acelerar seus esforços para se apropriar destas novas formas de comunicação.

A CNTSS/CUT empreendeu o caminho de buscar a interação com outras experiências de Comunicação. Os poucos recursos e a falta de estrutura tão comuns às entidades sindicais trazem o desafio de consolidar sinergias. Leva a uma integração maior com a política de Comunicação da CUT, o que traz unidade na ação e conjunção dos recursos. Campanhas e o uso de ferramentas como o “Na Pressão” se tornaram comuns neste período. A participação nas reuniões do Coletivo de Comunicação da Central traz esta compreensão da macro política e confere respaldo às ações.

### **Integrando projetos**

A Confederação se mantém atuante no FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Durante a 21ª Plenária da entidade foi eleita para compor o Conselho Fiscal. O Fórum é um espaço valorizado na política de Comunicação da CUT e agrega inúmeras entidades cutistas. Desde 2013, a Confederação mantém-se representada na estrutura, acompanha as atividades, contribui com os trabalhos e participa das Plenárias do Fórum.

A Confederação acompanhou o 3º ENDC - Encontro Nacional pelo Direito da Comunicação realizado pelo Fórum. Defendeu a Carta de Brasília, contra os ataques à liberdade de expressão e de organização, em favor das lutas populares de combate às Contrarreformas. Acompanhou a agenda do Fórum sobre o processo desmonte que vem acontecendo com a EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Participou dos debates realizados na Semana Nacional pela Democratização da Comunicação.

Estava na programação da Semana o lançamento do relatório da Campanha “Calar Jamais” sobre a escalada da censura e atos de violação à liberdade de expressão que vinha se multiplicando no país depois de 2016. A iniciativa tinha também como proposta enviar as denúncias recebidas pela campanha para organizações nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, como o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional de Direitos Humanos e as Relatorias para a Liberdade de Expressão da OEA e da ONU.

Há um processo de integração entre as estruturas de Comunicação da Confederação sendo realizado. A concepção e a produção de materiais da Campanha “SUS Forte: eu defendo” foram possíveis pela ação coletiva de um grupo de profissionais de diversos sindicatos. Anteriormente, com a Campanha “Eu sou o SUS”, este diálogo também trouxe bons resultados. A troca de informações e pautas foi ampliada a partir da criação de grupos de WhatsApp e pelo diálogo entre as equipes. Neste período de pandemia, algumas lives cruzadas entre as entidades e até mesmo com a CUT permitiram expandir a visualização dos temas. A prática da realização de lives está sendo bastante utilizada pelas entidades. Processos eleitorais para compor instituições ligadas às lutas da Seguridade Social foram vitoriosos por conta da ação conjunta.

Nos primeiros momentos da pandemia, a Confederação realizou uma trilogia de lives para discutir os assuntos de interesses dos setores da Saúde, Previdência e Assistência Social na perspectiva dos cuidados com os trabalhadores e na preservação do atendimento da população. Isso permitiu integrar nossas entidades nesta discussão. Houve a colaboração de lideranças e especialistas para discutir os temas. Numa dessas oportunidades, protagonizamos a discussão sobre Fila Única nos leitos de UTI. O uso das redes sociais também recebeu uma atenção especial no período. Este é outro caso em que se percebe o avanço conquistado.

Pesquisas, como as realizadas pela ISP e a Fiocruz, em parceria com a Confederação, sobre a situação dos trabalhadores essenciais, com destaque aos da saúde, tiveram um esforço importante das equipes de Comunicação das entidades para divulgá-las. A colaboração nestes projetos faz com que os resultados obtidos tenham o retrato mais fiel possível da realidade dos trabalhadores, o que permite o desdobramento das ações políticas da Confederação. O mesmo esforço tem-se dado com as campanhas e pautas nacionais da CUT.

## Federais

### **Governos pós-golpe dificultam diálogo e ampliam medidas contra direitos e o Estado**

Assim como as demais áreas da Seguridade Social, a Previdência é vítima de medidas que comprometem sua estrutura, enfraquecem suas políticas e penalizam os trabalhadores. A CNTSS/CUT busca fortalecer táticas que contribuam na resistência e tragam conquistas. Uma delas é diálogo com os parlamentares progressistas do Congresso Nacional na procura de apoio para conter os desmontes dos governos pós-golpe. A Confederação acompanhou a configuração e os trabalhos da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, cujo objetivo é defender os direitos e a gestão transparente da Seguridade Social.

Esteve entre as 19 entidades sociais que decidiram questionar no Supremo Tribunal Federal as iniciativas governamentais e de parlamentares relacionadas ao financiamento do sistema de Previdência Social. As entidades que integram as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa da Previdência Social e dos Direitos do Trabalhador solicitaram à Corte que proibisse as desvinculações e os desvios dos recursos, declarando que as contribuições sociais são tributos com destinação específica. As Frentes apontavam que as propostas de reformas previdenciárias apenas reduziriam direitos e enfraqueceriam o Estado do Bem-Estar Social.

### **Momentos de organização e debate**

No último período, a Confederação procurou estabelecer espaços de diálogo e formação. As Plenárias Nacionais e os Seminários foram conduzidos para que os temas de interesse dos servidores federais fossem tratados na urgência que era preciso. Logo no início do governo do ex-presidente Temer foi realizado o “Seminário sobre Plano de Ação do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social”, o que norteou as ações para o período 2016/2017. Iniciava-se, ali, o embate sobre a gestão gerencialista e produtivista.

Entre os muitos assuntos que foram tratados nas Plenárias, além da crescente precarização das relações e condições de trabalho, estavam os problemas oriundos da diminuição do quadro de servidores causada pelas aposentadorias, o não cumprimento do acordo firmado na greve de 2015, 30 horas de trabalho, assédio moral, perda de cargos de chefia, reestruturação dos processos de trabalho, além do estrago que a EC nº 95 causava nas estruturas de trabalho, para a sociedade e para os servidores, que não teriam seus salários corrigidos.

A integração com as agendas da CUT e suas Estaduais foi uma forma de agregar as pautas específicas da categoria às grandes demandas nacionais. Outra decisão diz respeito às permanências no FONASEF - Fórum Nacional Servidores Federais e no FONACATE - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. Houve o diálogo sobre a organização das entidades federais dentro da Confederação e a construção coletiva das mobilizações feitas em conjunto com outras entidades nacionais dos servidores federais. As instalações e regulamentações de diversas Mesas Estaduais sobre o SUS foram acompanhadas.

No final do governo Temer foi realizado um levantamento sobre as maneiras formuladas para encaminhar as lutas, destacando: ações judiciais por direitos; diálogo constante nos locais de trabalho; projetos envolvendo as várias categorias; luta por melhorias nas condições e relações de trabalho, por conquistas de PCCSs e contra os aumentos da GEAP; campanhas

de filiação e salarial; atuação nas greves nacionais e mobilizações por direitos e nas defesas da Democracia e do SUS; participação nos Fóruns e Grupos de Trabalho; Mesa Setorial de Negociação Permanente da Saúde; formação sobre INSS Digital e Teletrabalho e demais pautas dos servidores; defesa da aposentadoria e do Serviço Social; envolvimento nas lutas das Frentes e movimentos populares.

### **Inúmeros embates**

Entre os muitos embates naquele período, destacam-se: sobre as Contrarreformas, acompanhamento ao veto presidencial ao PL nº 44/2017; o PL nº 116/2017; a discussão sobre pagamento da GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social; PL da Gratificação SESAI; PL da GACEN, incorporação de gratificações de desempenho; instituição do Comitê de Elaboração da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho; adicional de qualificação; Nota Informativa nº 36; novo modelo do REAT -Regime Especial de Atendimento em Turno; adicional de insalubridade; reestruturação do Serviço Social; questão salarial; participação em eventos sindicais; regulamentação das progressões e promoções; Portaria nº 302; situação dos trabalhadores da Saúde, Anvisa e Denasus; devolução dos dias parados nas greves gerais de 2017; terceirização,entre outros.

Com os avanços nos ataques, novos temas foram agregados à luta: mudanças ministeriais feitas por Bolsonaro; aprofundamento do desmonte do INSS, SUS e Previdência; campanha salarial 2020; Contrarreforma da Previdência, Viva Previdência; Programa Transforma INSS; reinstalação da Mesa Nacional de Saúde; mapeamento dos servidores cedidos; concursos públicos; defesa do Serviço Social no INSS; SIASS - Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor; investimentos em infraestrutura e tecnologia da informação; cuidados dos servidores na pandemia; efeitos da Portaria nº 14 e Nota Técnica 7037 para os assistentes sociais; retomadas das reuniões do CGNAD e do GT da Pontuação; CEAB/RPPS - Central de Análise de Benefício do Regime Próprio de Previdência Social; ITC-GDAS e Portaria 1199/2020; criações dos GTS do Teletrabalho e Pontuação; manutenção do REAT e PEC nº 32.

A Confederação participou de reunião com dirigentes de Centrais Sindicais e de entidades nacionais representativas dos trabalhadores para avaliar os impactos da Medida Provisória nº 873, de 01/03/2019, que atacava a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e da Lei nº 8112/90, que versava sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, modificando o desconto em folha de pagamento das mensalidades sindicais dos trabalhadores e servidores filiados. Foram definidas ações nos campos da Justiça e do Congresso Nacional para barrar a MP proposta pelo governo. A Confederação já havia se manifestado contra a medida.

A Confederação participou da “Plenária Nacional – Em Defesa dos Serviços Públicos Municipal, Estadual e Federal, das Empresas Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores”, que reuniu lideranças da CUT, CTB, CGTB, Intersindical, CSP - Conlutas e Confederações, Federações e Sindicatos. A discussão versou sobre as medidas contidas no “Plano Mais Brasil” apresentado por Bolsonaro, que atingia os serviços e os servidores públicos das três esferas de governo, a partir de medidas que retiram os direitos destes trabalhadores. O Plano agregava a PEC Emergencial (nº 186/2019), a PEC dos Fundos (nº 187/2019) e a PEC do Pacto Federativo (nº 188/2019). Foi definida a criação de uma aliança entre servidores públicos e trabalhadores das estatais, organizações e centrais sindicais e a sociedade para lutar contra o desmonte do Estado.

## Carreira de Estado para o INSS

A Confederação acompanha o debate sobre transformar o INSS em uma Agência Única para que se adapte ao projeto de Reforma Administrativa. Esta unidade gestora unificaria atribuições do extinto Ministério do Trabalho e serviços da política da Seguridade Social. O governo já desenha a redefinição do perfil dos servidores. A luta mais intensa da Confederação neste sentido tem sido colocar a carreira do INSS como carreira típica de Estado. Também está sendo monitorada a discussão sobre o Regime de Previdência Própria no setor federal, que atingirá o Executivo, Legislativo e Judiciário.

A Confederação participou do “Dia Nacional de Luta em Defesa do INSS”, quando foi reiterada a denúncia dos impactos negativos da Contrarreforma da Previdência. Outro ponto destacado foi o intenso processo de militarização das estruturas do INSS. Foram combatidos o Decreto nº 10.210 e a Medida Provisória nº 922/2020 que abrem a porteira para a contratação de militares. O INSS foi tema de audiência com o então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia. Na ocasião, foi entregue documento detalhando o caos no Instituto e cobrado investimentos.

Inúmeras audiências e reuniões foram realizadas com o INSS, os ex-ministérios da Previdência e Trabalho, os ministérios do Planejamento, Economia e Saúde como forma de discutir a pauta dos servidores e para se contrapor às medidas de sucateamento dos órgãos federais e do conjunto do Estado. Encontros que se desdobraram em reuniões com as equipes técnicas e permitiram a criação de Grupos de Trabalho específicos. Houve a participação nas diversas Mesas Setoriais de Negociação estabelecidas pelo governo.

A CNTSS/CUT e outras entidades do serviço federal oficializaram aos deputados e senadores a Moção pela derrubada de todos os vetos à Lei Complementar nº 173/2020, originada do PLP nº 39/2020, que estabelecia o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, e alterava a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020. A proposta era a derrubada do veto 17/2020, que retirava quatro dispositivos da LC nº 173/2020, incluindo o reajuste salarial para servidores públicos civis e militares diretamente envolvidos no combate à pandemia.

O Sintsaué RJ suspendeu na Justiça Federal a majoração da alíquota do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, implementada por Bolsonaro na Contrarreforma da Previdência Social. O sindicato ingressou na Justiça Federal como substituto processual de seus filiados lotados no Ministério da Saúde e regidos pelo Regime Jurídico Único - Lei nº 8.112/1990. Os trabalhadores do Rio de Janeiro da carreira da Saúde, Trabalho e Previdência Social, composta por todos os servidores do Ministério da Saúde, inclusive os guardas de endemias e agentes de Saúde Pública, bem como os agentes de combate as endemias, foram beneficiados pela antecipação de tutela concedida. Outra vitória foi a decisão judicial que obrigou o fornecimento de equipamentos de proteção para os servidores da Saúde municipal durante a pandemia.

Têm recebido destaque ainda maior as ações contra a PEC nº 32, da Contrarreforma Administrativa, na tentativa de evitar sua aprovação no Congresso Nacional. O debate sobre este tema entre os trabalhadores e a sociedade está entre as agendas prioritárias da Confederação. Todos os esforços estão sendo feitos para derrubar esta proposta. A integração com as agendas das Centrais e movimentos sociais amplia o escopo do debate e a abrangência nos espaços da sociedade. Sua aprovação significaria a destruição do Estado brasileiro proposto na Constituição Federal de 1988 e indicaria o fim do acesso da população a inúmeras políticas.



## **Pandemia no serviço federal**

A pandemia tornou-se pauta de grande interesse, por haver um contingente muito grande de trabalhadores que atuam no atendimento presencial, principalmente no INSS. Uma verdadeira batalha foi realizada com o Instituto pelo não retorno ao trabalho presencial, assim como para confecção de um protocolo sanitário seguro, reestruturação do espaço físico das Agências, fornecimento de insumos em quantidade e qualidade adequadas, entre tantos outros pontos. Nessa questão, havia a defesa comum com os interesses dos assistentes sociais.

A pandemia trouxe mais confronto com o governo para que não ocorressem prejuízos nos salários dos servidores que não atingissem a pontuação definida pelo INSS e dos ciclos de Avaliação de Desempenho da Carreira do Seguro Social. A pandemia desestruturou o fluxo de trabalho e isso dificultava que os servidores atingissem suas metas laborais. No caso específico dos serviços utilizados para a mensuração da gratificação, existiam outras questões que dificultavam atingir as metas, como falta de perícia médica para finalização de processos, falta de fluxo e inadequação dos sistemas para as regras da EC nº 103/2019.

## **Aumentos abusivos da GEAP**

A defesa dos beneficiários da GEAP - Autogestão em Saúde é ação permanente da Confederação. Nas eleições realizadas para os Conselhos Administrativo e Fiscal do órgão no período pós-golpe, a Confederação sempre conquistou a vitória de seus candidatos. A grande luta desenvolvida nestes últimos tempos tem sido contra os aumentos abusivos das mensalidades dos Planos de Saúde. No início do governo Temer, foi conquistada uma diminuição nos valores cobrados, porém medida judicial derrubou a vitória dos trabalhadores. À época, a atitude do governo permitiu aumentos sucessivos nos Planos de Saúde no período de 2016 a 2018, que chegaram a 102%.

A Confederação ajuizou uma ação requerendo que a União assumisse sua responsabilidade sobre o custeio da GEAP, justificando que o servidor arca com quase 80% do custo dos Planos de Saúde. Foi contratada consultoria que fazia os cálculos atuariais para subsidiar as discussões. Os beneficiários ajuizaram ações individuais e coletivas contra os aumentos. O governo impôs a retirada destas ações para apresentação de proposta de acordo. A Confederação acompanha este imbróglio jurídico desde 2018 na Mesa de Negociação da GEAP.

A CNTSS/CUT apresentou candidata às eleições da GEAP de 2021, pleito que teve inúmeras modificações das regras eleitorais feitas pelo representante militar do governo na GEAP. A Confederação teve sua candidata eleita ao Conselho Administrativo. O mais novo ataque contra os beneficiários aconteceu com a divulgação da Resolução nº 492, que abre caminho para o aumento do valor dos Planos de Saúde, medida que foi combatida pela Confederação durante a primeira reunião com os eleitos na última eleição.

O Sintsaué RJ apresentou liminar em Ação Civil Pública que questiona o reajuste de 22% no Plano de Saúde dos servidores implementado pela CAPESESP - Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. O sindicato alegou que o reajuste deveria ser fixado em percentual igual à inflação de 2,95%, ou que, no máximo, fosse observado o índice de reajuste da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. A decisão liminar determinou o reajuste em 13,55%, com base no aumento de Planos de Saúde privados regulados pela ANS. Houve, assim, uma redução de mais de 10% na maioria dos casos.

### **Fortalecimento do SUS e valorização dos servidores contribuem com serviços de qualidade à população**

O período recente foi de grande resistência em defesa do SUS e por valorização de seus trabalhadores. A CNTSS/CUT buscou dialogar com as diversas instâncias governamentais e instituições de saúde para ver referendada a pauta dos trabalhadores. Participou do XXXII Congresso do CONASEMS - Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde para reafirmar a importância do SUS, de sua estrutura e dos profissionais. Esteve representada na “2ª Marcha em Defesa da Saúde, da Seguridade Social e da Democracia”, convocada pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde para ocorrer em Brasília e nos Estados. Esteve entre as entidades nacionais que compuseram a mesa de lançamento da “Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS” e contribuiu com os debates estabelecidos desde então.

A tentativa do ex-presidente Temer de favorecer Santas Casas e Hospitais Filantrópicos foi combatida pela Confederação. À época, Temer apresentou a MP - Medida Provisória nº 848/2018, que autorizava o uso de recursos do FGTS para facilitar crédito a estas entidades, com uma taxa de juros bem inferior ao mercado, o que significa uma “garfada” de cerca de R\$ 4 bilhões e risco aos bancos públicos. Isso se deu ao mesmo tempo em que o SUS perdia investimentos por conta da EC nº 95.

A Confederação acompanhou as discussões sobre o Projeto de Lei nº 559/2015, de autoria do deputado Jorge Solla (PT-BA), que propunha mudanças no “Sistema S” em prol dos trabalhadores da Saúde. O projeto estipulava a criação do “Serviço Social da Saúde”, o SESS, e o “Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde”, o SENASS, que atuariam em parceria com os setores público e privado. O sistema seria administrado pelos trabalhadores, governo e setor patronal. Discussões entre os trabalhadores nesse sentido acontecem desde 2003.

A CNTSS/CUT participou do “I Encontro Internacional de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde”, realizado pelo Ministério da Saúde e destinado a gestores, trabalhadores e demais atores sociais que desenvolvem ações nesta área nas três esferas de governo. A atividade teve uma Conferência Magna focada no tema “Panorama Internacional sobre Inovação no Setor Público”.

#### **Interlocução na defesa da Saúde**

A Confederação participou da 16ª Conferência Nacional de Saúde. Na ocasião, contribuiu com o debate sobre desfinanciamento do SUS. Além do repúdio à mercantilização da Saúde, a Conferência chamou a atenção para a luta pela revogação da EC nº 95. A CNTSS/CUT assinou o manifesto em defesa da Democracia e Saúde. De acordo com a lei, o resultado da Conferência deveria ser assumido pelo governo.

Outra importante medida foi integrar a Frente Ampla em Defesa da Saúde do Trabalhador, constituída pela CUT e envolvendo 25 movimentos sociais. Entre os momentos de atuação conjunta, ocorreu o lançamento de Nota Técnica em defesa dos direitos dos trabalhadores dos serviços de Saúde, especialmente na pandemia. À época, havia o embate para considerar a contaminação pelo vírus como doença relacionada ao trabalho, justificada por legislação e portarias do Ministério da Saúde, inclusive para fins previdenciários com emissão da CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho.

A expulsão dos médicos cubanos que participavam do Programa Mais Médicos foi repudiada pela Confederação e registrada a preocupação com o atendimento da população. Os

profissionais atuaram em cerca de três mil municípios, em sua maioria localidades isoladas e empobrecidas, sendo que em 1,6 mil delas eram os únicos médicos. Ficaram sem atendimento cerca de 60 milhões de brasileiros.

A CNTSS/CUT esteve entre as entidades que, em conjunto com a CUT, apresentaram demandas para a elaboração do Projeto de Lei nº 744/2020, de autoria dos deputados federais Carlos Veras (PT/PE) e José Ricardo (PT/AM). O PL estabelece o direito a um adicional de insalubridade de 40% para os trabalhadores da Saúde que estão na linha de frente no combate ao Covid-19. Também prevê que todos trabalhadores da Saúde da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, de suas autarquias e de suas Fundações, como também do setor privado, sejam beneficiados pela iniciativa.

Outra ação deste tipo foi o diálogo entre os Sintsáude RJ, a CUT RJ e a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ). O resultado da parceria permitiu a elaboração do Projeto de Lei nº 1943/2020, atualmente apensado ao PL nº 1846/2020, que indica a criação de pensão especial vitalícia para os profissionais de saúde vítimas do Covid-19. O projeto ainda reconhece o falecimento em virtude do Covid-19 contraída por servidor público civil, militar e demais profissionais da área da saúde vinculados ao Regime Geral de Previdência, no exercício de suas atribuições, como acidente em serviço para fins de pagamento de pensão especial vitalícia.

### **Contrarreforma da Previdência**

Os sindicatos tiveram um forte embate em seus Estados e municípios contra as propostas de reforma das Previdências Estaduais. Pegando carona no desmonte realizado em âmbito federal, os demais entes da Federação aproveitaram a oportunidade e realizaram o ataque aos servidores. Essas medidas tiveram como princípios a retirada de direitos e benefícios, prolongamento do tempo de contribuição, rebaixamento dos vencimentos a serem pagos e aumento nas alíquotas de recolhimento. Em muitos Estados, os governadores utilizaram a violência policial para garantir a votação.

Houve situações, como a de São Paulo, em que o governo implementou Reforma Administrativa. O pacote previa, por exemplo, o aumento da alíquota de contribuição dos servidores do IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo, além da extinção de instituições como a FURP - Fundação para o Remédio Popular, FOSP - Fundação Oncocentro de São Paulo e a SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias.

Medidas dessa natureza, que também ocorreram em outros Estados, permitiram aos governos avançar nas iniciativas de terceirização dos serviços e de contratação de servidores. A luta contra a terceirização tem sido árdua. A multiplicação das OSs e OSCIPs é um fenômeno nacional. As inúmeras denúncias de fraudes nestas entidades fizeram com que em São Paulo ocorresse uma CPI, que foi acompanhada pelas entidades da Confederação da área da Saúde.

Nesse período, os sindicatos realizaram campanhas salariais bastante problemáticas. A dificuldade de negociação fez com que muitas entidades deflagrassem greves para quebrar a resistência dos governos ao diálogo. Nos momentos de negociação, as entidades colocavam as demais pautas dos trabalhadores, como PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários como forma de recompor as perdas salariais, pautas sociais, data-base, gratificações e direitos trabalhistas. Alguns sindicatos ainda lutaram pela isonomia de salários entre os servidores da Saúde. Aconteceram muitas vitórias em favor dos trabalhadores.

Várias entidades promoveram campanhas de filiação durante o período. Outra forma de or-

ganização foi a valorização de mecanismos de Controle Social nos espaços de Saúde. Houve um acompanhamento sobre o problema de condutas abusivas e assédio moral nos locais de trabalho. Alguns sindicatos da Saúde que possuem ACSs e ACEs em suas estruturas também lutaram pela regularização de vínculos desses trabalhadores.

Os sindicatos da área da Saúde Pública da Confederação divulgaram em seus municípios a campanha pela derrubada do veto nº 17 de Bolsonaro aos reajustes dos salários dos servidores do setor. Os vetos recaíam sobre a lei que trata da ajuda financeira a Estados, municípios e o Distrito Federal para o combate aos efeitos da pandemia. A campanha foi desenvolvida pelo Sintsaué RJ. A Confederação já havia se manifestado, por meio de moção encaminhada por entidades dos servidores aos deputados e senadores, pela derrubada dos vetos.

Uma carta assinada pelas entidades apontava caminhos para saída da crise: revogação da EC nº 95; suspensão do pagamento da dívida pública; instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas; criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas de Pessoas Físicas; criação de alíquota adicional extraordinária temporária sobre lucro de instituições financeiras; revogação da isenção de Imposto de Renda de pessoas físicas sobre lucros e dividendos distribuídos ou remetidos ao exterior; investimento em Assistência Social; manutenção e realização de concursos públicos em diversas áreas.

A CNTSS/CUT e seus sindicatos manifestaram o repúdio ao Decreto nº 9.795, de 17/05/2019, que modificava a estrutura do Ministério da Saúde ao transformar o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais em Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. A medida foi uma forma de o governo sucatear o Programa Brasileiro de Combate ao HIV/AIDS, que deixaria de existir nos moldes que o consagrou como um dos melhores do mundo em virtude de seus resultados exitosos.

### **Novas parcerias em defesa da Saúde**

Dirigentes da Confederação foram expositores durante o I Congresso Brasileiro de Políticas e Sistemas de Atenção às Urgências e Acesso Hospitalar realizado pela RBCE - Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, que congrega entidades e movimentos que lutam pelo pleno desenvolvimento do SUS. A intenção foi projetar as discussões do Congresso e seus desdobramentos em uma agenda política, social, econômica e acadêmica compartilhada e orientada a enfrentar os problemas que cercam a atenção às urgências, a atenção especializada e o acesso hospitalar no trans e pós-Pandemia.

A CNTSS/CUT foi contra o Decreto nº 10.530, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. A medida constitui-se como mais um passo do governo visando ao desmantelamento dos princípios básicos do SUS, que garantem gratuidade, equidade e universalidade e estão estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que também atribui ao Estado a responsabilidade de garantir Saúde Pública à toda a população brasileira.

Os sindicatos estaduais também estiveram integrados na parceria realizada com a ISP para ações em defesa dos trabalhadores da Saúde Privada e do sistema público de Saúde. Participaram de todas as etapas de discussões sobre o ingresso da capital privado no setor de Saúde e a conjuntura brasileira. Esta temática da intervenção do capital estrangeiro também foi desenvolvida em parceria com a UniGlobal - Américas, com apoio da FES. Nesse projeto, foi dado

destaque à discussão dos sindicatos de Saúde Privada sobre as empresas UnitedHealth Group (Amil), Grupo Fresenius, Grupo NotreDame Intermédica e Rede D'Or São Luiz no país.

Durante todo o período, os sindicatos da Saúde também acompanharam as pautas nacionais da CUT e da Confederação. Desde o início da pandemia, atuam para ver cumpridos todos os protocolos de segurança sanitária para os trabalhadores e permanecem atentos às condições e relações de trabalho. Assim como as demais entidades filiadas à Confederação, defendem a derrubada da EC nº 95 e estão atuando para que não seja aprovada a PEC nº 32, da Contrarreforma Trabalhista.

## Saúde Privada

### **Unidade nas agendas de luta busca avançar contra a resistência do empresário de Saúde em discutir direitos e salários**

Os sindicatos dos trabalhadores da Saúde Privada tiveram uma agenda de muitas lutas no último período. As várias entidades representativas do empresariado deste setor têm dificultado o diálogo sobre as pautas dos trabalhadores justificando, para tanto, a crise econômica vivenciada pelo país. O surgimento da pandemia acrescentou ainda mais resistência às negociações, sobretudo sobre os itens financeiros. A crise sanitária trouxe outros expressivos desafios aos sindicatos dos trabalhadores: garantir as condições de segurança sanitárias e de saúde do trabalhador, a recuperação da renda e direitos e a preservação dos empregos.

A situação geral dos trabalhadores do setor privado da Saúde já era difícil antes da pandemia: sobrecarga de trabalho, baixos salários, péssimas condições de infraestrutura, número abaixo do indicado de trabalhadores nas unidades, falta de insumos e equipamentos para o exercício das funções. O problema do assédio moral também é intenso nessas categorias, com um quadro de demissões muito grande, além de atraso em salários e pagamentos de benefícios. Tudo isso levou os sindicatos a procurarem alternativas de resistência. A organização da categoria permitiu que fossem conquistadas vitórias no campo dos direitos e salarial.

Muitas greves, paralisações e manifestações foram realizadas pelas entidades para que pudessem ser atendidas para negociação. A busca dos direitos na Justiça do Trabalho foi uma forma de forçar o setor empresarial a rever suas posições. Tudo foi conquistado com muita luta. Outra forma de ampliar as conquistas foi a unidade entre sindicatos na disputa com o setor empresarial nas campanhas salariais. Iniciativas bem-sucedidas deste tipo ocorreram no Rio Grande do Sul e no ABC paulista. Pautas como Piso Salarial Nacional, redução da jornada de trabalho, cumprimento de acordos, direitos trabalhistas, Acordos e Convenções Coletivos, melhores condições e relações de trabalho ainda persistem na agenda das entidades.

A pandemia trouxe uma questão ainda mais prioritária: preservar a vida dos trabalhadores. O levantamento solicitado pela Confederação sobre a situação das redes de Saúde foi atendido pelos sindicatos. Evidenciou-se o quadro de precarização. A estratégia foi unir forças com as demais entidades da Confederação e com parceiros nacionais e internacionais para conquistar avanços na defesa desses profissionais. Houve a participação nas pesquisas sobre as condições de trabalho dos profissionais da Saúde durante a pandemia realizadas com a ISP - Internacional do Serviço Público e com a Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz.



## Parcerias importantes

Com os diagnósticos obtidos, foi possível traçar estratégias e ações que garantissem infraestrutura, equipamentos de proteção, insumos, protocolos sanitários, treinamento e os demais itens para garantir a vida dos trabalhadores. Novamente houve muita luta, mobilização e uso da Justiça do Trabalho para que fossem cumpridas medidas necessárias para o trabalho seguro durante a pandemia. Os sindicatos participaram das iniciativas das entidades internacionais parceiras da CNTSS/CUT, como ISP e UniGlobal, que protocolaram denúncias contra o governo brasileiro pela atitude criminoso como conduzia o combate à pandemia e a situação dos trabalhadores da Saúde. Entre elas, destaca-se a que foi protocolada no Tribunal Penal Internacional de Haia, Holanda, pela Uniglobal: representação criminal contra Bolsonaro pela prática de crime contra a humanidade.

As campanhas realizadas pela Confederação em defesa do SUS e dos trabalhadores da Saúde – “Eu sou o SUS” e “SUS Forte: eu defendo” – tiveram a colaboração dos sindicatos da Saúde Privada na criação e divulgação. As entidades implementaram ações na área de Comunicação para dialogar com a sociedade sobre a pandemia e a realidade dos trabalhadores. Foram realizadas campanhas próprias por algumas entidades neste sentido. Também foi criada uma rotina de formação e discussões a partir de lives, ferramenta que no início da pandemia contribuiu muito para o debate e sobre a precariedade dos setores de Saúde e para apresentar à sociedade os cuidados para se evitar a contaminação do vírus.

Um olhar especial foi dado sobre a realidade que afeta enormemente os trabalhadores do setor privado: a ação predatória dos grandes conglomerados internacionais sobre o setor no país, cujo resultados mais imediatos são precarização das relações e condições de trabalho e ampliação das dificuldades de negociação com os sindicatos. Esse projeto, realizado a partir de parcerias com a ISP, SEIU - Sindicato Internacional de Prestadores de Serviços e UniGlobal - Américas, trouxe grandes avanços na reflexão e na condução das lutas realizadas por este setor na defesa dos trabalhadores. Também houve o envolvimento de outros setores da Confederação.

Várias etapas destes projetos foram realizadas desde 2015, envolvendo grande número de lideranças da Confederação. Discutiu-se, por exemplo, a realidade do sistema de Saúde no Brasil, ataques aos direitos sindicais, como fortalecer os sindicatos, os desafios do SUS diante das Contrarreformas e da Regulação do Capital Privado, a fusão de organizações sindicais pelo mundo e os desafios na América Latina, direitos humanos e práticas predatórias das empresas de capital internacional. Foram Encontros e Seminários que tiveram os apoios da UNISON - Fundo Internacional de Desenvolvimento e da FES.

## Avanço do capital internacional

A parceria com a UniGlobal aprofundou o diálogo sobre empresas que estavam se apropriando de estruturas de Saúde onde os sindicatos da Confederação possuíam suas bases de trabalhadores. Workshop com o tema “Panorama do setor da Saúde Privada e as Empresas Transnacionais de Saúde no Brasil e nas Américas” focou sobre a ação predatória das empresas UnitedHealth Group (Amil), Grupo Fresenius, Grupo NotreDame Intermédica e Rede D’Or São Luiz no país. As discussões desdobraram-se numa estratégia de interação entre esses sindicatos para manutenção da comunicação e realização de pautas integradas. Foram definidas iniciativas para a confecção de um Plano de Ação Nacional e projeto para sindicalização, por conta dos ataques oriundos da Contrarreforma Trabalhista.

Com a pandemia, as entidades participaram da iniciativa da UniGlobal para elaboração de lives sobre o tema “Cuidar de quem cuida: um debate sobre a proteção dos profissionais da saúde”. Os sindicatos auxiliaram na organização e participaram do evento “Não nos calarão! O genocídio e a crise do Covid-19”. Foi uma iniciativa de várias entidades nacionais na construção de um grande ato/live em homenagem aos trabalhadores da Saúde, cobrando dos governos e setor privado os cuidados com estes profissionais. Nesses momentos sempre esteve em destaque a pauta pela valorização do SUS, dos profissionais da Saúde e pela revogação da EC nº 95.

Os sindicatos participam das lutas do Fórum Nacional da Enfermagem, que atualmente prioriza a aprovação do PL nº 2.564/20, do Piso Salarial Nacional e pelas 30 horas semanais de trabalho. Outra instância organizativa em que houve a aproximação foi com o Fórum das Centrais Sindicais do Setorial de Saúde, que envolve CUT, CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil, NTSC - Nova Central Sindical dos Trabalhadores, UGT - União Geral dos Trabalhadores, CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros e Força Sindical. Entre as muitas ações do Fórum, está a integração com o CNS - Conselho Nacional de Saúde na busca de mais recursos para o SUS e a revogação da EC nº 95.

Os sindicatos contribuíram com o I Congresso Brasileiro de Políticas e Sistemas de Atenção às Urgências e Acesso Hospitalar realizado pela RBCE - Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, que congrega entidades e movimentos que lutam pelo SUS, e acompanha os trabalhos desde então.

As pautas da luta nacional fizeram parte da agenda dos sindicatos. A resistência foi intensa para não ver aprovadas as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, a EC nº 95, a política de terceirização e as demais medidas dos governos pós-golpe, que focaram sempre a retirada de direitos e a destruição do Estado de Bem-Estar Social. A mais recente destas pautas nacionais diz respeito à não aprovação da PEC nº 32, da Contrarreforma Administrativa, além da pauta permanente de defesa do SUS, por vacina, emprego e renda e o “Fora Bolsonaro”.

## ACSs e ACEs

### **Agentes Comunitários e de Endemias demonstram unidade nas lutas por reajuste e segurança sanitária na pandemia**

A FENASCE - Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias atuou neste período em várias frentes de defesa destes profissionais. Houve um intenso processo de lutas pelo reajuste do piso salarial. A “Campanha Nacional Reajuste Já” foi levada aos Estados e estendeu-se numa ofensiva junto aos parlamentares do Congresso Nacional. Foi aprovada a greve geral, em 2017, em virtude do congelamento por três anos do piso salarial e para que o governo aceitasse um canal de diálogo com a criação de uma mesa nacional de negociação. A greve agregou reivindicações específicas das realidades locais e teve apoio dos sindicatos da Saúde e da Previdência que possuíam ACSs e ACEs em seus quadros.

Esses profissionais conquistaram, por meio da Lei de nº 13.342/2016, a averbação do tempo de serviço anterior à regulamentação da profissão. A FENASCE promoveu processo de discussão sobre a reformulação da PNAB - Política Nacional de Atenção Básica, por haver risco de que traria retrocessos. O país vivia um contexto de desmantelamento das políticas sociais com redução do orçamento público federal, que conduziria ao efeito cascata, atingindo Estados e municípios. Sendo assim, ingressou com uma Ação Civil Pública, com pedido de antecipação de tutela, para garantir a ampla participação social no debate em torno da alteração desta política.

A Federação realizou seu 1º Congresso Nacional. O evento permitiu debater sobre a conjuntura e os desafios desses profissionais impostos com o recrudescimento dos retrocessos nas políticas públicas. Foram debatidas as alterações do Projeto de Lei nº 6437, que tratava das atribuições dos agentes e, por unanimidade, os delegados foram contrários a esta Lei.

### **Remuneração dos Agentes**

A Federação acompanhou de perto as discussões sobre a PEC nº 22/2011, que acrescenta parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo SUS, na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de ACS e ACE. Também o fez com referência à PEC nº 14/2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos ACSs e ACEs, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Ocorreram mobilizações contra os vetos de Temer à Lei sobre Carreira dos ACSs e ACEs, que expressavam um forte ataque contra esses trabalhadores e permitiam mudanças na PNAB, o que poderia acabar com as garantias dos agentes. Ao sancionar a lei, o governo tinha a intenção de desobrigar a presença destes profissionais no Programa Saúde da Família. Temer já havia deixado para depois a discussão da PEC nº 22, do aumento do piso salarial. Porém, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados a aprovou em 2017, definindo, assim, as regras para a remuneração dos ACSs e ACEs.

A definição da Portaria nº 83, que instituiu o PROFAGS - Programa de Formação Técnica, aconteceu sem a participação dos trabalhadores e suas entidades. Além de aprofundar a flexibilização do trabalho, outro problema foi a inclusão de mais uma atribuição no rol de atividades dos agentes, podendo comprometer o combate às endemias. A FENASCE aprofundou os debates sobre os vetos à Lei nº 13.545/2018 e as consequências da Portaria.

A CNTSS/CUT e a Federação denunciaram os ataques ao SUS durante reunião ampliada do CIRHRT - Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho. O encontro destacou "A atuação do Agente Comunitário de Saúde na Estratégia de Saúde da Família: desafios atuais às relações de trabalho na Atenção Básica", tendo como foco a Portaria nº 2.436, que aprovou a "nova" PNAB, e a de nº 83, que instituiu o PROFAGS para 2018 e 2019.

A Federação acompanhou as discussões sobre a Medida Provisória nº 827/18, que altera a legislação (Lei nº 11.350/06) dos agentes comunitários de Saúde e dos agentes de combate às endemias. De acordo com a Norma, ficava definida a obrigatoriedade da presença de ACS na Estratégia de Saúde da Família e de ACE na vigilância epidemiológica e ambiental. A MP estabelecia processo de formação gratuita aos trabalhadores e jornada de até 40 horas.

### **Frente Parlamentar Nacional**

A mobilização da FENASCE resultou na criação da Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos ACSs e ACEs. De acordo com o Estatuto, estabeleceram-se as seguintes finalidades: trabalhar pela implantação do Piso Salarial Nacional e as diretrizes para os Planos de Carreira definidos pela Lei 12.994/14; propor e debater a regulamentação da data base e do indexador de reajuste do piso salarial; promover interlocução para implantação do curso técnico de ACSs e ACEs; articular o reconhecimento da atividade insalubre e lutar pelo adicional de periculosidade; valorizar os profissionais na estratégia da Saúde da Família; promover debates, simpósios, seminários e outros eventos em todo o território nacional, entre outros pontos.

A Federação acompanhou o processo que levou à aprovação, pela Comissão de Trabalho de

Administração e Serviço Público, da proposta contida no Projeto de Lei nº 802/19, que classifica como profissionais de Saúde os ACSs e ACEs. Com isso, tornou-se possível acumular cargo, atividade e remuneração com o exercício e o salário de outro cargo público. O texto acrescenta um parágrafo à Lei nº 11.350/06, que regulamenta as atividades de ACS e ACE. O relator do PL na CCJ - Comissão de Constituição e Justiça da Câmara confirmou ser favorável ao acúmulo de dois cargos públicos para os ACSs e ACEs. O projeto, à época, seguiu para a CCJ para aprovação da redação final e em seguida para o Senado.

Muitas ações em defesa da segurança sanitária dos ACSs e ACEs defendidas pela Federação por conta da pandemia estavam a Nota Técnica sobre “Trabalho Seguro, Proteção à Saúde e Direitos dos ACSs no Contexto da Pandemia do Covid-19”. A nota foi dividida em duas partes: a primeira abrangeu contraposições às ações discriminatórias sofridas pelos ACSs quanto à garantia dos direitos associados ao trabalho e aos argumentos que buscam sustentá-las; e a segunda enfoca a organização do trabalho do ACS na vigência das condições socio sanitárias decorrentes da pandemia do Covid-19.

## **Assistência Social**

### **CNTSS/CUT denuncia desmonte e quer mais recursos para Assistência Social**

A CNTSS/CUT organiza os profissionais da Assistência Social e combate os retrocessos impostos às políticas públicas desenvolvidas pela área. A articulação para ampliação da ação de resistência é uma das medidas adotadas para reverter e impedir este desmantelamento. A Confederação atua em parceria com a Frente Nacional em Defesa do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social e com o FNTSUAS - Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Em 2016, a CNTSS/CUT assumiu a Secretaria Executiva do FNTSUAS, colegiado composto por sete entidades. Esta articulação se ramifica, de forma virtuosa, pelos Estados.

Desde o golpe, teve início uma agenda ampla de lutas, mobilizações e atos em Brasília e nos Estados. Foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Seguridade Social, com a realização de ato em defesa do SUS organizado pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde. Esta unidade de agendas teve a integração da “Frente Brasil Popular”, que realizou a Jornada Nacional de Lutas Contra o Golpe e pela Democracia. Os Fóruns Nacional dos Trabalhadores e dos Usuários do SUAS estiveram presentes nas diversas agendas em defesa da Assistência Social.

Nas atividades realizadas no Congresso Nacional em defesa da Assistência Social, estiveram presentes os representantes da Confederação que estavam na coordenação do FNTSUAS. Foi realizada uma Audiência Pública na Câmara com o tema “Novos Rumos do Desenvolvimento Social no Governo Provisório”. A Confederação defendeu a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, os avanços conquistados nos últimos anos e os profissionais da Assistência Social. Foi feita a defesa da profissionalização da assistência contra o assistencialismo.

Posteriormente, já no governo Bolsonaro, outra Audiência Pública contou com a participação da Confederação. Com o tema “Defesa do direito à Assistência Social e do financiamento público”, foram denunciados os ataques ao setor e a redução no financiamento. A CNTSS/CUT defendeu os profissionais que estavam sendo vítimas de uma intensa política de desvalorização e precarização. Denunciou a ação do governo contra os assistentes sociais do INSS. Sentenciou que o governo iria desmontar a área e pôr fim ao Serviço Social no Instituto.

A FENAS realizou o III Seminário Nacional para discutir os Projetos de Leis sobre a Assistência Social que tramitavam no Congresso. A Confederação participou e mobilizou suas entidades para participarem do “Dia Nacional de Luta em Defesa dos Serviços Previdenciários, Serviço Social e Reabilitação Profissional”. O ato foi uma resposta contra a política de extinção e desmonte que ocorria no INSS e que atingia os profissionais da Assistência Social. Foi quando houve a divulgação de nota em defesa dos trabalhadores do Serviço Social do Instituto.

### **Mais política, menos assistencialismo**

A Assistência Social foi ponto de pauta em reunião da Direção da CNTSS/CUT realizada em 2017 para o aprofundamento e planejamento das ações a serem realizadas nos próximos períodos em defesa dos trabalhadores. Os ataques decorrentes de mecanismos como a DRU - Desvinculação das Receitas da União e a EC nº 95 foram avaliados, assim como as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência e o aprofundamento da Terceirização. Tornaram-se pautas o papel dos assistentes sociais e o processo de profissionalização do SUAS.

A Confederação vinha se mobilizando para fortalecer o FNTSUAS e os Fóruns Estaduais que pautam muitas das lutas da área. Foram incentivadas as criações de Frentes Estaduais em defesa da Seguridade Social e do SUAS. Uma vitória, à época, tinha sido a reinstalação da Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS, com a participação de dirigentes da Confederação em sua composição. A ação desses dirigentes possibilitou formar um Comitê para discutir PCCS - Plano de Cargo, Carreira e Salário.

Houve a participação na 11ª Conferência Nacional da Assistência Social promovida pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. O tema escolhido foi “Garantia de Direitos no Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social”. A tônica do evento foi a luta em prol do SUAS, da PNAS - Política Nacional de Assistência Social e da Política de Seguridade Social consolidada na Constituição Federal de 1988. A CNTSS/CUT participou da Comissão Organizadora da Conferência. Mais uma vez, a LOAS mereceria destaque nas discussões.

A representante da Confederação realizou oficina sobre a situação dos trabalhadores para subsidiar ações na Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS. O quadro apresentado decorrente de pesquisa demonstrou a incidência de baixos salários para todas as categorias da Assistência Social e a precarização das condições e relações de trabalho. O FNTSUAS divulgou documento com críticas ao desmonte realizado pelo governo e as consequências que traziam para a população por conta do retrocesso nas políticas. Houve o compromisso de solicitar a implantação das Mesas nos Estados e Municípios.

### **Controle Social na Assistência**

A Confederação participou da V Plenária Nacional do FNTSUAS. Além de atualizar a pauta sobre a defesa dos trabalhadores, a Plenária escolheria as entidades que comporiam a Coordenação Nacional e a Executiva. Dentre os eixos do evento estavam: “a que define priorizar ações em defesa da Assistência Social como direito, do SUAS como política pública e das condições de trabalho dos assistentes sociais e demais trabalhadores, na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados; a que determina a articulação com outras categorias profissionais, por meio da inserção no FNTSUAS nos espaços de Controle Social e das organizações políticas de trabalhadores, para defesa da gestão do trabalho e que tenha incidência nas mesas de negociação como estratégia de organização da classe trabalhadora na luta por melhores condições e relações de trabalho”.



A CNTSS/CUT esteve entre as entidades da sociedade civil eleitas para compor o CNAS, com dois representantes titulares e um suplente para o período de 2018 a 2020. O CNAS tem um grande significado para o desenvolvimento da PNAS - Política Nacional da Assistência Social, por ser um espaço deliberativo da política nacional do SUAS. Havia o desafio de pôr a Mesa de Gestão do Trabalho do SUAS para funcionar. À época, já era intensa a luta contra a precarização, por concurso público, por salários dignos, por uma política de Saúde para a Assistência Social.

Os trabalhadores da Assistência Social disputaram um verdadeiro “braço de ferro” contra o governo para realizar a XII Conferência Nacional de Assistência Social. A Confederação, como membro do CNAS no segmento trabalhadores, defendeu a realização da Conferência e lutou por sua realização. A contrariedade do governo em não querer realizá-la já era de conhecimento do CNAS desde dezembro de 2018. Mas o SUAS está resguardado pela LOAS como uma política pública de estado, federativa, descentralizada e com pactuação nas três esferas de governo.

A resistência do governo em discutir o desmonte e o desfinanciamento das políticas de Assistência Social foi vencida. Com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”, a Conferência reuniu mais de 800 participantes. O orçamento foi pauta prioritária na agenda de lutas aprovada no CNAS, tendo em vista a necessária recuperação de cerca de R\$ 2 bilhões de recursos de exercícios anteriores e garantia de 2,7 bilhões para 2020 para ações no SUAS.

### **Mais recursos para Assistência**

Desde o início da pandemia, a FENAS adotou a postura de defesa dos trabalhadores da Assistência Social para que fossem respeitados todos os protocolos de segurança sanitária. Assim como a Confederação, participou de pesquisas importantes para identificar as necessidades dos profissionais no momento. Estabeleceu e divulgou protocolos nesse sentido. Formulou orientações direcionadas aos gestores federais, estaduais e municipais para assegurar as condições de trabalho necessárias para a preservação da saúde dos trabalhadores em virtude do avanço da pandemia. A Frente Nacional em Defesa do SUAS emitiu uma nota sobre o enfrentamento do coronavírus e a defesa de medidas urgentes.

A FENAS assinou o manifesto conjunto de entidades que compõem a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. O texto apresenta críticas à política do governo federal no combate ao Covid-19. Foram realizadas lives sobre os problemas que os assistentes sociais vinham enfrentando. O Ministério da Cidadania publicou Nota Técnica sobre ações estratégicas para a atuação da Política de Assistência Social e para a implementação de mecanismo de segurança para os profissionais e usuários do SUAS em meio à pandemia. A Nota foi uma reivindicação da FENAS, em parceria com as demais entidades que representam os trabalhadores do SUAS na composição do CNAS.

Outra bandeira levada pela FENAS, em unidade com a Confederação e a CUT, está centrada na derrubada da EC nº 95, fato que foi reiterado quando do apoio à nota divulgada pela Frente em Defesa do SUS e do CNS. O texto destacou que a Saúde, por exemplo, teria uma perda em investimentos na ordem de R\$ 400 bilhões em 20 anos. O CNS apoiava naquela época a ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.658, que já tramitava no STF - Supremo Tribunal Federal com o objetivo de revogar a emenda. A ADI trata das graves consequências da EC nº 95.

A FENAS acompanha os Projetos de Lei específicos da categoria que tramitam no Congresso Nacional: PL 430/2015 - dispõe sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais; PL 428/2015 - dispõe sobre a inclusão obrigatória de assistentes sociais nas equipes do programa Saúde da Família; PL 5278/2009 - altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o salário mínimo profissional do Assistente Social; PL 3145/2008 - dispõe sobre a contratação de assistentes sociais; PL 3688/2000 - dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

## **Psicólogos**

### **Resistência dos psicólogos marca luta por valorização e contra retrocesso na política de Saúde Mental**

As conquistas no campo das políticas de Saúde Mental e os profissionais da área de Psicologia não passaram ilesos aos ataques dos governos pós-golpe. Como resposta, os dirigentes da FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos e do SinpsiSP - Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, entidades filiadas à Confederação, desenvolvem esforços na formatação de agendas que mobilizem a categoria a resistir e que estabeleçam diálogos nacional e internacionalmente. Uma dessas oportunidades foi o 5º Congresso Brasileiro de Saúde Mental realizado pela ABRASME - Associação Brasileira de Saúde Mental. Também acompanharam o VI Congresso da ULAPSI - União Latino-americana de Entidades de Psicologia, em Buenos Aires, Argentina.

A luta pela unificação da jornada de 30 horas de trabalho dos profissionais da Psicologia em todo o Brasil permaneceu ativa. Um dos primeiros projetos de lei nesse sentido foi em 1991; de lá para cá várias Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais aprovaram projetos nesse sentido para servidores públicos da área de Psicologia, mas ainda não existe uma regulamentação nacional. As entidades incorporaram às suas lutas específicas o conjunto de pautas nacionais contrárias às Contrarreformas, política de terceirização, EC nº 95, em defesa do SUS e SUAS, por emprego e renda, vacinas e o “Fora Bolsonaro”.

Os profissionais mobilizaram-se com referência ao Projeto de Lei nº 769/2015, que altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo” para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do psicólogo, que recebeu parecer favorável da relatoria e passou para votação na CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Outra ação junto ao Parlamento aconteceu quando da convocação contra o Projeto de Lei nº 439/2015, que comprometia a multidisciplinaridade na área de Recursos Humanos.

### **Psicologia na Educação Básica**

Os dirigentes estão acompanhando a regulamentação da Lei nº 13.935, de 12/12/2019, que versa sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Apesar de aprovada, não há interesse por parte do governo em acelerar sua regulamentação e implantação. Trata-se de uma demanda que se estende há mais de 20 anos no Congresso Nacional. Em 2019, houve uma intensificação das mobilizações das entidades representativas dos trabalhadores, com uma ação integrada com os parlamentares para aprovação da lei. O esforço garantiu a aprovação no Congresso Nacional e, depois, a derrubada do veto integral da Presidência ao PL nº 3.688/2000.

Foi aprovado o parecer CNE/CES nº 1071/2019, que inclui o Projeto de Resolução de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia no âmbito do CNE - Conselho Nacional de Educação. A aprovação no CNE foi uma primeira importante vitória. O Sindicato, a Federação, os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e diversas outras entidades repudiaram a Portaria nº 2.117/19, que dispôs sobre a oferta de 40% da carga horária na modalidade Ensino à Distância - EAD para cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior.

A luta contra os retrocessos na pauta de direitos humanos e costumes deu-se quando a categoria apoiou a Resolução nº 01/99 do CFP - Conselho Federal de Psicologia, que destacava que o uso de práticas de reorientação sexual se configura como afronta aos direitos humanos, pois reforça estigmas e aumenta o sofrimento das pessoas. A medida foi reiterada quando a Justiça Federal do Distrito Federal acatou liminar contra a Resolução do Conselho.

Unidos em torno da FEASP - Frente Estadual de Luta Antimanicomial, os profissionais de Psicologia das diversas entidades mantêm luta constante contra os retrocessos nos cuidados com pessoas com problemas de Saúde Mental. Há um longo processo realizado pelos trabalhadores da área. Em 2001, foi aprovada a Lei Federal de Saúde Mental nº 10.216, que regulamentou o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil. Assim, os direitos dessas pessoas passaram a ser assegurados "sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra".

### **Controle Social na Saúde**

O SinPsi - Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo apoia o trabalho nas políticas públicas em Saúde Mental, contando com a Atenção Básica e CAPS - Centro de Assistência Psicossocial, CAPS AD e CAPS I, respeitando a Lei nº 10216, de 2001, ancorada não apenas na medicalização e sim no meio e família em que vive a pessoa em sofrimento psíquico, assim como está também alinhada com a política de redução de danos para usuários de álcool e outras drogas. Dessa forma, tem-se mobilizado contra as diversas medidas do governo Bolsonaro que representam o retrocesso aos avanços conseguidos neste tema nas últimas décadas, com investidas para a volta dos manicômios (privados, travestidos de hospitais psiquiátricos) e práticas condenadas por profissionais da Saúde Mental, além do corte de investimentos e fechamentos de CAPs.

Nesse período, a entidade enfrentou campanhas salariais acirradas em defesa dos trabalhadores. O SinPsi negocia com uma série de entidades patronais em nível estadual, promovendo acordos coletivos de trabalho com validade anual ou bienal. São entidades patronais privadas, de hospitais e medicina em grupo, principalmente, Hospitais Santa Casa e poderes públicos, como a Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado, que possuem em seus quadros de servidores milhares de profissionais da área de Psicologia.

Uma das constantes bandeiras do SinPsi é pelo Controle Social da Saúde, ou seja, a população, organizada em conselhos de diferentes níveis, deveria exercer maior fiscalização e controle sobre o destino de verbas da Saúde e atuação dos equipamentos públicos da área. Luta por uma Saúde Pública de qualidade, inclusiva e cidadã, que respeite a diversidade da população e promova o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Os cuidados com a saúde da população não devem ser fonte de lucro para alguns poucos.

Sua mais recente frente de luta é contra a aprovação da PEC nº 32, da Reforma Administrativa, que privatiza ainda mais o Estado brasileiro e desestrutura o aparato estatal constituído em benefício da iniciativa privada. Se aprovada, a PEC significará um duro golpe no Estado, com profundas repercussões a curto, médio e longo prazos para a sociedade. Essa PEC é a configuração da concepção ultra neoliberal de Paulo Guedes.

## Médicos

### **Terceirização da Saúde compromete o SUS e desvaloriza profissional de Medicina**

O Simesp - Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo incorporou às suas lutas em defesa da categoria as demais pautas da conjuntura, contra a retirada dos direitos trabalhistas e civis, contra as Reformas realizadas por Temer e Bolsonaro, contra a política de terceirização, pela derrubada da EC nº 95, entre tantas outras que afetam drasticamente a classe trabalhadora. A categoria médica foi atingida pelos efeitos das políticas destes últimos governos. No campo da Saúde, o mercado privado contrata cada vez mais a partir de vínculos precários e os poderes públicos utilizam-se de mecanismos como contratos de emergência para não terem que realizar concursos públicos. A defesa do SUS é cada vez mais importante para conter os ataques orquestrados contra sua estrutura, seus trabalhadores e sobre sua forma de financiamento.

Após a aprovação da Contrarreforma Trabalhista, o Simesp participou do fórum “Os Impactos da Reforma Trabalhista no Movimento Sindical Médico”, promovido pela Federação Médica Brasileira. Em meio a tudo isso, a Saúde Pública passará por longos 20 anos sem investimentos com a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, de 2016. A Contrarreforma da Previdência foi um grande golpe nos direitos dos trabalhadores. Combinada à Trabalhista, o que se vê são trabalhadores precarizados durante a vida produtiva e que não terão direito à aposentadoria na velhice.

A categoria participou das lutas recentes das grandes pautas nacionais, como a greve geral dos servidores da cidade de São Paulo, que levou mais de 100 mil pessoas às ruas pelo direito à aposentadoria. Mobilizou os trabalhadores contra o sucateamento de serviços como o Hospital da Universidade de São Paulo, o Instituto de Infectologia Emílio Ribas e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Na perspectiva de gênero, defendeu, em todas as negociações com os empregadores, que a mulher médica tivesse a mesma remuneração que seus pares, inclusive lançou a campanha “Trabalho Igual, Salário Igual – Pela Mesma Remuneração de Mulheres e Homens na Medicina”.

O Sindicato também mobilizou-se contra o Projeto de Lei nº 529, da Contrarreforma Administrativa de São Paulo. As campanhas salariais foram árduas para evitar o achatamento de salários e por direitos trabalhistas para todos os médicos, independentemente do vínculo empregatício. Foi comum neste tempo os patrões oferecerem reajuste muito abaixo da inflação e se recusarem a incluir médicos PJs na Convenção Coletiva de Trabalho.

### **Terceirização na Saúde**

O Simesp trava um embate a favor da Saúde Pública e contra a política criminoso de terceirizações nos âmbitos municipal e estadual em São Paulo. Esta luta não tem tido tréguas. O Sindicato é contra a entrega da área da Saúde para as OSs - Organizações Sociais, denuncia e manifesta-se contra esse posicionamento político dos últimos governos de São Paulo. Acompanhou a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa para investigar

as OSs, cujos trabalhos resultaram na revelação de esquemas de contratos fraudulentos, altos salários, entre outros pontos questionáveis do uso do dinheiro público.

Acompanhou a CPI das Quarteirizações criada pelo presidente da Assembleia com a finalidade de “apurar irregularidades nos contratos de quarteirização praticados nos convênios, parcerias, contratos de gestão e outros ajustes firmados pelo Governo do Estado de São Paulo com o terceiro setor”. Esta CPI foi gerada devido às denúncias ocorridas durante a pandemia, de contratos irregulares, de cargos de médicos em empresas sem comprovação de garantia de mão de obra para os hospitais de campanha, muito menos de condições de assegurar saúde do trabalhador, afastamento remunerado e assistência em caso de doença. No campo econômico, garantiu que cerca de 1,4 mil médicos fossem ressarcidos após o acordo de precatórios com a Prefeitura de São Paulo. De 2014 a 2019 foram firmadas 33 CCTs - Convenções Coletivas de Trabalho.

### **Defesa na pandemia**

Com a pandemia, o SIMESP buscou preservar a vida dos trabalhadores e garantir as melhores condições de atendimento à população. Acompanhou in loco o trabalho em inúmeras unidades de Saúde e denunciou locais onde não havia condições de trabalho, por falta de estrutura, de equipamentos de segurança e que não cumpriam as normas sanitárias requeridas na pandemia. Segue com esta política de cuidados e utiliza de todas as ferramentas para denunciar irregularidades e para preservar vidas. Fez parte das entidades que trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo que criaram a Frente Pela Vacina, uma iniciativa que visa a impulsionar e marcar posição responsável em relação à crise sanitária enfrentada no Brasil, com o objetivo de alcançar uma campanha nacional de vacinação contra o Covid-19.

A pandemia exaltou as condições aviltantes a que os médicos quarteirizados pelas OSs vivem: subcontratações sem garantia de quantitativo adequado nos plantões; ausência de garantias de condições de trabalho; ameaças quanto a reclamações e retiradas dos plantões; recusas em realizar CAT - Comunicado de Acidente de Trabalho. O Sindicato recebeu denúncias de que se tornou praxe os profissionais serem contratados sem nenhum vínculo formal de trabalho, via aplicativo WhatsApp, para plantões com buracos e com baixa remuneração, tanto em serviços públicos quanto privados. A luta contra a precarização através das OSs nos serviços públicos deve ser uma prioridade da Confederação no próximo período, conjuntamente com a defesa da Saúde Pública e do SUS público, universal e para todos.

É importante a luta contra a PEC nº 32, da Contrarreforma Administrativa, que altera a forma do Estado, reduz a Saúde como garantia, altera na Constituição Federal o princípio da subsidiariedade, não tendo mais a responsabilidade constitucional de garantir a Saúde entre os outros direitos. Além de precarizar as formas de contratação dos servidores, expondo ao retorno ao “político da vez” a contratação de técnicos da Saúde, que são quem mantêm a garantia dos serviços públicos de qualidade e submetendo-os à possibilidade de serem demitidos.

### **Enfermagem**

#### **Valorizada na pandemia, Enfermagem quer aprovados Piso Salarial Nacional e jornada de 30 horas**

O longo e doloroso processo de combate à pandemia trouxe a reflexão sobre a importância dos trabalhadores da Saúde, com destaque aos profissionais do setor da Enfermagem. Na mesma proporção desse reconhecimento, foi exposta a situação tantas vezes denunciada pe-



los sindicatos de precarização das condições e relações de trabalho, assim como o pouco reconhecimento financeiro desses trabalhadores. A CNTSS/CUT e seus sindicatos defendem as pautas da categoria, com destaque para o Piso Salarial Nacional, 30 horas de trabalho semanal, aposentadoria especial, defesa do SUS, isonomia com outros profissionais da Saúde, segurança e saúde no exercício da profissão, formação e qualificação profissional, horas extras, insalubridade, acordos e dissídios coletivos, combate ao assédio moral, regulamentação da NR nº 32, entre outras.

A intransigência do setor patronal trouxe disputas acirradas sobre as questões salariais e de protocolos de segurança sanitária. Houve muita mobilização sobre as pautas locais, com greves realizadas e pendências sendo discutidas na Justiça do Trabalho. Em muitas localidades, foram cobradas as instalações de mesas de negociação permanente. A discussão de Planos de Cargos, Carreiras e Salários esteve presente em muitos municípios. Foram realizadas negociações de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. O setor da Enfermagem encampou as pautas nacionais estabelecidas pelas Centrais na defesa dos direitos e da Democracia.

A Confederação acompanhou eventos relativos ao setor. A 21ª edição do Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, considerado o maior evento anual do setor da América Latina, teve a participação da Confederação, que pôde contribuir com o tema “Enfermagem em evidência: foco na valorização profissional”. Os eixos temáticos do evento abordaram os seguintes pontos: valorização, cuidado e tecnologia, ética, legislação e trabalho, políticas públicas, educação e gestão. O Congresso colocou em discussão os rumos políticos que interferem na vida profissional da categoria e na Saúde Pública brasileira. Participaram do Congresso o Conselho de Enfermagem do Mercosul e a OPAS/OMS - Organização Pan-americana de Saúde.

A mobilização das entidades conquistou força junto ao Congresso Nacional com o lançamento, em 2019, de duas frentes parlamentares em prol da categoria: a Frente Parlamentar das 30 horas e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem. O ato reuniu cerca de 250 profissionais e foi acompanhado por dirigentes da Confederação. A defesa da jornada de trabalho de 30 horas semanais para os profissionais de Enfermagem é o ponto central da reivindicação. Após a instalação das Frentes, as lideranças foram recebidas pelo então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e cobraram que colocasse em votação o Projeto de Lei nº 2295/2000, que trata da jornada de trabalho da Enfermagem.

Naquele ano, uma Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados discutiu o PL nº 2.295/2000 a partir do tema “Debate sobre jornada de trabalho dos enfermeiros”. Foram apresentados dados referentes à Pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem no Brasil, trabalho finalizado pela Fiocruz, em 2015, sobre as dificuldades que os profissionais enfrentam e os danos à saúde em virtude da atual carga de trabalho e o forte estresse vivido no desenvolvimento de suas funções. A CNTSS/CUT foi representada por seus dirigentes que compõem o Fórum e inúmeros trabalhadores que foram em caravana ao ato.

### **Contingente enorme de profissionais**

A enfermagem corresponde a um contingente de quase 2,5 milhões de profissionais, em sua grande maioria mulheres – muitas delas chefes de família, que são majoritárias nas equipes das unidades de atendimento e que exercem suas funções com todo o profissionalismo. Na pandemia, de acordo com o Observatório de Enfermagem, o país já computava, até a primeira quinzena de agosto, 858 óbitos e 58.069 contaminados (de acordo com os casos notificados)

na categoria. Este quadro e a precariedade existente na Enfermagem são destaques nas denúncias e ações da Confederação para garantir a vida, a valorização e as condições de trabalho dignas para estes profissionais.

Os compromissos não são de agora e fizeram com que a Confederação buscasse unidade com outras entidades para levar à frente a luta pela enfermagem. O posicionamento levou a CNTSS/CUT a participar da criação do Fórum Nacional da Enfermagem e ser pioneira na luta pelas 30 horas semanais. Esta articulação fez com que assumisse vários cargos na coordenação do Fórum, incluindo, agora, a primeira coordenadoria. Nos Estados, a organização nos locais de trabalho é permanente e dá-se pautada pelas demandas locais e nacionais. Em algumas localidades já foram obtidas conquistas sobre as 30 horas, como os Enfermeiros do Rio de Janeiro. A cada Semana da Enfermagem ou ato pautado pela dinâmica da luta, aumenta a participação da categoria e a compreensão da sociedade. A expectativa é que os debates sobre a valorização do profissional e a qualificação das redes de Saúde possam ter o envolvimento ainda maior da sociedade.

A relevância da Enfermagem extrapola os cuidados técnicos em Saúde e tem forte representação em ações das mais variadas e que dão maior qualidade de vida à população. A Confederação integrou a luta contra a EAD - Educação à Distância como forma de ensino na graduação para Enfermagem por entender que poderia comprometer o processo de qualificação desse profissional.

Neste sentido, esteve entre as entidades que, em parceria com o CNS – Conselho Nacional de Saúde, assinou Moção de Apoio nº 004, de 25/05/2021, ao posicionamento da ABEN – Associação Brasileira de Enfermagem contra os retrocessos na formação em enfermagem. Desde 2016, com a Resolução nº 515, o CNS já havia se manifestado contrário à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde na modalidade EAD.

Intitulado “ABEn contra retrocessos na formação em Enfermagem”, o manifesto é contrário ao documento apresentado pelo CNE/CES - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior que flexibiliza normas para o curso, favorecendo a modalidade de Educação a Distância (EAD). Para o CNS, o documento do CNE/CES “é inaceitável e não deve ser reconhecido, uma vez que exclui de sua proposta as referências ao SUS; pretende instituir a modalidade semipresencial no ensino da Enfermagem; descaracteriza a centralidade da ‘prática’ na formação profissional; não define claramente um referencial teórico e filosófico para a formação em Enfermagem”, entre outras questões.

Outro ponto que a Confederação se manifestou contrária foi quando da apresentação da proposta de criação de um piso salarial ético para o setor. Esta situação fez com que estivesse entre as entidades que assinaram manifesto contra a proposta. O documento também conclama a unidade na busca da defesa dos interesses sociais e trabalhistas e da valorização da categoria. Reitera que há uma extensa pauta de reivindicações: jornada de 30 horas, isonomia com outros profissionais da Saúde, segurança e saúde no exercício profissional, formação e qualificação profissional, o combate ao ensino à distância, o combate ao assédio moral, a regulamentação da NR nº 32.

A Confederação subscreveu nota de apoio aos profissionais divulgada pelo Fórum Nacional da Enfermagem, estabelecendo os cuidados sanitários durante o período da pandemia. O documento assinado pelas entidades exige do Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Conselhos de Saúde e instituições públicas e privadas de Saúde que

sejam fornecidos aos profissionais de Enfermagem os Equipamentos de Proteção Individual e insumos necessários para seu trabalho de atendimento dos pacientes e que disponibilizem a orientação e a capacitação técnica para que sejam garantidas a proteção e segurança destes profissionais e seus familiares durante todo o período de combate à pandemia.

### **Diagnóstico e valorização do setor**

Os sindicatos da Confederação aderiram às pesquisas realizadas pela ISP e pela Fiocruz para realização dos diagnósticos sobre as condições de trabalho. E, assim como foi observado nas demais categorias da Saúde, a área da Enfermagem também apresentava os mesmos graus de precarização, com falta de equipamentos de proteção, carga horária de trabalho extensa, falta de capacitação para atuar em pandemia, comprometimento da saúde de trabalhadores por Covid-19, casos de estresse e adoecimento psíquico pela realidade do trabalho, entre outros. Este diagnóstico orientou as lideranças nas denúncias locais para conquistas de melhorias. Houve ainda o acompanhamento às demais estratégias apontadas pela Confederação, como por exemplo, infraestrutura adequada, protocolos de segurança, testagem e vacinação.

Tal esforço em defesa da categoria desdobra-se em ações junto ao Parlamento para aprovação das leis de interesse dos trabalhadores. Visitas, reuniões e audiências com parlamentares são constantes. A agenda mais intensa e atual da luta da categoria tem sido para ser colocado em votação e aprovado no Senado o Projeto de Lei nº 2564/2020, que estabelece um piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem e parteiras das redes pública e privada, correspondentes a uma jornada de 30 horas semanais. O PL já recebeu parecer favorável da relatora e aguarda que o presidente da Casa coloque na agenda para apreciação e aprovação.

O texto estabelece os seguintes valores do piso: de R\$ 7.315,00 para enfermeiros; 70% desse valor (R\$ 5.120,50) para técnicos de Enfermagem; 50% (R\$ 3.657,50) para auxiliares de Enfermagem e parteiras. Caso haja uma extensão da jornada de trabalho definida no PL, haverá a elevação dos valores em proporcionalidade às horas trabalhadas. Os pisos devem ser cumpridos pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e instituições privadas. O Projeto de Lei nº 2.564/2020 corresponde ao esforço de anos de luta da categoria e suas entidades. Não é a primeira iniciativa parlamentar nesse sentido.

A integração das agendas construídas no Fórum por meio da luta nos sindicatos tem levado a categoria a participar mais ativamente das mobilizações que estão acontecendo em todo o país para cobrar a aprovação do PL nº 2.564/2020. A Semana da Enfermagem deste ano deu destaque ao PL. Foram dois dias de mobilizações nos Estados e em Brasília. As manifestações e atos destacaram os cuidados com a vida do profissional da Enfermagem, a aprovação do Piso Salarial Nacional com jornada de 30 horas semanais, as ações por valorização desses profissionais, a luta por melhores condições e relações de trabalho.

Ocorreu uma homenagem, na Esplanada dos Ministérios, com o tema “Ato pelos trabalhadores da Enfermagem que foram vítimas da Covid-19”. Houve uma Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados com o tema “As condições de trabalho da Enfermagem na pandemia e a importância da aprovação do PL 2295/2000”. Além da organização e participação nessas agendas, os dirigentes da Confederação ampliaram seus esforços para aumentar a rotina de diálogo no Congresso e assim conquistar votos favoráveis ao PL. Os sindicatos estão mobilizados, com várias campanhas nas redes sociais sobre o tema.

# Propostas dos Setores ao Plano de Lutas para a gestão 2021/2025 da direção da CNTSS/CUT a serem aprovadas em seu 8º Congresso Nacional

## Propostas Encontros ACSs e ACEs

- 1) Lutar por formação de Mesa Permanente de Negociação;
- 2) Lutar por reajuste do piso salarial nos próximos anos;
- 3) Lutar por abertura de edital de seleção e/ou concurso público, nos municípios, para as categorias de ACSs - Agentes Comunitários de Saúde e ACEs - Agentes de Combate às Endemias;
- 4) Lutar pelo reconhecimento das categorias de ACSs - Agentes Comunitários de Saúde e ACEs - Agentes de Combate às Endemias conforme o Projeto de Lei nº1802/19;
- 5) Estabelecimento do reajuste do piso salarial, anualmente;
- 6) Lutar por aposentadoria especial, considerando que as funções são de profissional de saúde em exercício de atividade insalubre;
- 7) Lutar pelo fim das contratações temporárias e precárias, seguindo o que reza a lei da categoria, que estabelece o vínculo direto com o ente público mediante processo seletivo ou concurso público, excetuando-se as situações de necessidade, como em tempos de pandemia (Lei Federal nº 11.350/2006);
- 8) A CNTSS/CUT deve lutar para o reconhecimento das atividades de ACSs - Agentes Comunitários de Saúde e ACEs - Agentes Comunitários de Endemias como essenciais na área da saúde;
- 9) Lutar para o estabelecimento de sistema de proteção à saúde física e psicológica para os ACSs e ACEs que atuam em áreas de risco de segurança, além de acolhimento aos profissionais que sofrem algum tipo de violência física ou psicológica por parte da comunidade ou de gestores;
- 10) Lutar pela aprovação da PEC nº 22/2011, que estipula que o salário dos agentes comunitários de saúde e de endemias não pode ser inferior a dois salários mínimos e também assegura às duas categorias a garantia de adicional de insalubridade e aposentadoria especial devido aos riscos das funções diárias, que foram ampliadas neste momento da pandemia do Covid-19;
- 11) A CNTSS/CUT deve lutar contra o julgamento no STF - Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 1.279.765, que é contrário à implementação do Piso Nacional de Salários dos ACSs e ACEs;
- 12) Lutar contra a Reforma Administrativa (PEC nº 32);
- 13) Lutar pela utilização do e-SUS como único sistema de informação de Atenção Primária em nível nacional;
- 14) Lutar pela jornada de trabalho de 30 horas semanais para ACSs e ACEs;
- 15) Lutar pela regularização de gratificação do adicional de insalubridade de 20% para ACSs e de 30% para ACEs, quando do uso de agentes biológicos ou outros produtos que possam causar danos à saúde desses profissionais, conforme Lei nº 13.342/2016;

- 16) Lutar pela regularização, através de lei, de aposentadoria especial para ACSs e ACEs;
- 17) Lutar para que ACSs e ACEs tenham PCCR - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração como forma de valorização das categorias;
- 18) Lutar contra quaisquer formas de retiradas de direitos dos servidores e servidoras conquistados através da luta de classe;
- 19) Lutar pela criação, através de lei, de gratificação ou bonificação extra como reconhecimento do trabalho laboral de ACS e ACE.

## Propostas Encontro da Assistência Social

- 20) A CNTSS/CUT deve lutar e desenvolver ações políticas por vacinas, testagens e EPI's para os profissionais que atuam no SUAS - Sistema Único de Assistência Social em todo o Brasil. De acordo com Censo SUAS de 2019, eles somam mais de 304 mil e estão na linha de frente do enfrentamento da pandemia, na execução de serviços e benefícios socioassistenciais. São profissionais que realizam atendimentos e acompanhamentos sociais adaptados para momento de emergência e de calamidade pública e, por isso, devem ser incluídos imediatamente no Plano Nacional de Imunização;
- 21) A CNTSS/CUT deve defender e divulgar a determinação que coloca o trabalho desenvolvido na Assistência Social como essencial e, por isso, não pode ser interrompido (Decreto nº 10.282/2020; Lei Federal nº 14.023/2020). Ademais, a crise promovida pelo golpe contra Dilma, em 2016, e posteriormente agravada pela crise pandêmica, produz graves problemas sanitários e sociais, com repercussões dramáticas na vida da maioria da população brasileira;
- 22) Construir políticas de Seguridade Social da CNTSS/CUT, dando consistência e relevância ao tripé constitucional Saúde, Previdência e Assistência Social, sendo esta última a política de proteção social não contributiva; portanto, cabe a ela promover ações preventivas e protetivas face às vulnerabilidades, riscos e danos sociais. Ela deve prover proteção social básica e especial, independente da questão contributiva, garantindo a Assistência Social como política pública, independente da situação legal do usuário ou mesmo do fato de ele ter, ou não, endereço ou domicílio fixo;
- 23) Reafirmação, por meio de campanhas, da Assistência Social como política social, a exemplo da campanha em defesa do SUS implementada pela CNTSS/CUT, ratificando que, a partir do disposto na Constituição Federal de 1988 e na LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, ela possui status de política social, de direito do cidadão e dever do Estado, com financiamento público;
- 24) Lutar pelo respeito e implementação da NOB-SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (Resolução nº 33, 2012), destacando seus princípios: **a)** universalidade - a proteção Socioassistencial é um direito de qualquer cidadã(ão) brasileira(o) que dela necessitar e deve ser prestada com respeito à dignidade e à autonomia da(o) usuária(o), sem discriminação de qualquer tipo ou comprovação vexatória da sua condição; **b)** gratuidade - na Assistência Social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida; **c)** integralidade da proteção social - as provisões devem ser ofertadas em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, projetos, programas e



benefícios socioassistenciais; **d)** intersectorialidade - a rede Socioassistencial deve operar de forma integrada e articulada com as demais políticas e órgãos setoriais **e)** equidade - as diversidades regionais, culturais, políticas, socioeconômicas e territoriais devem ser consideradas nas ações;

- 25)** Fomentar e apoiar as Entidades filiadas à CNTSS/CUT que atuam na Assistência Social para que realizem planejamento das ações intersectoriais, articulando o combate às vulnerabilidades, o desenvolvimento das potencialidades dos atendidos e a proteção dos vínculos que respaldam o acesso aos Direitos de Cidadania e aos Direitos Humanos, viabilizando a gestão do trabalho e Vigilância Socioassistencial;
- 26)** Realizar gestões políticas na CNTSS/CUT para retomada da aplicabilidade do II Plano Decenal do SUAS 2016-2026 (Resolução CNAS nº 7, 2016) que, entre diretrizes e metas, busca concretizar ações sociais e ter capacidade de resposta para a continuidade das políticas de Assistência Social com diagnóstico atual e das tendências futuras para o SUAS, pós-cenário da pandemia de Covid-19;
- 27)** Definir na CNTSS/CUT movimentos políticos para concretizar ações pela desprecarização do trabalho no SUAS;
- 28)** Acompanhar e incentivar a participação das instâncias de Controle Social do SUAS, defendendo a presença da(o) cidadã(ão) na gestão pública. O Controle Social inclui fiscalização e monitoramento das ações da administração pública que a população realiza. É um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania, que contribui para aproximar a sociedade do Estado;
- 29)** Defender a manutenção e a aplicação da Resolução nº 269, de 13/12/2006, do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. É o mecanismo normativo inicial do SUAS, que aponta a constituição de equipes, com destaque às(aos) assistentes sociais e psicólogas(os) enquanto profissionais de referência dos serviços socioassistenciais, bem como os(as) demais trabalhadores(as), incluídos nas seguintes Resoluções: Resolução CNAS nº 17, de 20/06/2011, que ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS, e a Resolução nº 9, de 15/04/2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de atuação dos profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS;
- 30)** Lutar pelas diretrizes da PNAS - Política Nacional de Assistência Social, considerando a questão dos riscos e vulnerabilidades, para a sua efetivação no SUAS nos serviços e programas desenvolvidos, destacando as questões principistas do território e da família. O território aparece como condição para o desenvolvimento da proteção social e a centralidade da família;
- 31)** A CNTSS/CUT deve dar visibilidade e defender o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social em todos os municípios brasileiros, como “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS. O CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Os serviços do CRAS são realizados com referência territorializada, visando à valorização das heterogeneidades, às particu-

laridades de cada grupo familiar, à diversidade de culturas e à promoção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sua importância deve ser destacada e é preciso construir a visibilidade social do CRAS como um equipamento da política de Assistência Social, fundamental para toda sociedade, tanto quanto os equipamentos do SUS;

- 32)** A CNTSS/CUT deve apoiar a defesa da PSE/MC - Proteção Social de Média Complexidade, que organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Para isso, há duas unidades de referência: o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua;
- 33)** Lutar pela realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social convocada para dezembro de 2021. O Conselho Nacional de Assistência Social aprovou Resolução de convocação da Conferência Nacional para o período de 7 a 10 de dezembro, com o tema “Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”;
- 34)** A CNTSS/CUT deve defender a efetivação das deliberações das Conferências de Assistência Social;
- 35)** A CNTSS/CUT deve defender e cobrar a aplicabilidade da Resolução nº 04 do CNAS, de 13/03/2013, que institui a PNEP/SUAS - Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social;
- 36)** A CNTSS/CUT deve apoiar e cobrar a implementação da PNEP/SUAS - Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, entendendo a educação permanente como “processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis”. Deve defender a participação de todos (as) os (as) profissionais do SUAS em ações de educação permanente;
- 37)** A CNTSS/CUT deve participar da mobilização contra o Decreto nº 9759/2019 e dos demais atos normativos que levaram ao desmonte dos colegiados nacionais de Controle Social;
- 38)** A CNTSS/CUT deve defender o Programa Bolsa Família de acordo com seus princípios de criação, sem alterações em sua forma de acesso e distribuição. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo Programa e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde;
- 39)** A CNTSS/CUT deve defender a manutenção do CadÚnico - Cadastro Único no formato original proposto e não como ferramenta digital, pois o Cadastro Único é uma forma de fazer a manutenção e o acompanhamento da pobreza no Brasil. É por meio de sua eficácia, alia-

do ao SUAS, que o governo deve elaborar medidas e projetos que resultem em políticas públicas sociais de assistência à parte menos favorecida da população. Deve lutar contra o desmonte deste banco de dados da Assistência Social, pois esta ação da digitalização fecha a porta para os pobres e os devolve à invisibilidade;

- 40) A CNTSS/CUT deve defender que o BPC - Benefício de Prestação Continuada não seja computado no cálculo da renda familiar para efeito do acesso aos programas de transferência de renda;
- 41) A CNTSS/CUT deve defender os programas de transferência de renda, Auxílio Emergencial e retomar o debate do projeto da renda básica cidadã;
- 42) Defender o Auxílio Emergencial de, no mínimo, R\$ 600,00 até o final da pandemia, lembrando que este auxílio é a principal medida de amparo social adotada em meio à crise gerada pela pandemia do novo Coronavírus;
- 43) Lutar pelos direitos e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, uma ação direta da Seguridade Social;
- 44) Posicionar-se e lutar contra o financiamento público das comunidades terapêuticas em detrimento dos investimentos necessários aos serviços de saúde que atendem o mesmo público alvo, como os CAPS Ad, Residência Terapêutica em Saúde Mental e Consultórios de Rua, reconhecendo o uso abusivo de álcool e outras drogas como um problema de Saúde Pública;
- 45) Lutar contra o “Primeiro Damismo”, que consiste no deslocamento do direito social para uma ode à filantropia, ao voluntariado e à solidariedade indiferenciada, ações equivocadas e propositadamente realizadas para desmontar o SUAS e deslocar a Assistência Social, tardiamente reconhecida como direito social, para o campo do clientelismo, do assistencialismo, da solidariedade mecânica e, portanto, do não direito;
- 46) Defender a “recomposição ou adequação” dos recursos ao SUAS. Isso porque o corte orçamentário feito pelo governo vai prejudicar 30 milhões de brasileiros que precisam da Assistência Social. É um corte nocivo para as políticas sociais do país, que deveriam ser reconhecidas como política de Estado;
- 47) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa de um SUAS 100% estatal, universal e de qualidade;
- 48) A CNTSS/CUT deve fazer gestões junto ao FNTSUAS - Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS e ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Assistência Social para alterar o Decreto nº 10.128/2019, que institui a Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social a partir de apresentação de proposta de alteração, conforme diretrizes do FNTSUAS;
- 49) A CNTSS/CUT deve participar do FNTSUAS - Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS e lutar pela implementação do seu Plano de Lutas;
- 50) A CNTSS/CUT deve criar em sua estrutura política e administrativa a Secretaria de Assistência Social, para fortalecer a organização dos(as) trabalhadores(as) do SUAS e a política da Assistência Social no Ramo;
- 51) Lutar pela redução de jornada para 30 horas para as(os) trabalhadoras(es) do SUAS;
- 52) Lutar pelo Piso Salarial Nacional dos trabalhadores do SUAS.

## Propostas Encontro de Saúde Privada e Categorias sobre Política de Assistência Social

- 53)** A CNTSS/CUT deve ampliar suas ações e dar visibilidade ao SUAS, o sistema específico de assistência social criado na última década, presente nos 5.565 municípios, e que vem garantindo que mais de 120 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em situação de abandono (idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, mulheres, crianças, comunidades tradicionais, dentre tantos outros segmentos) em territórios urbanos e rurais, excluídas de outros sistemas protetivos, tenham acesso aos cuidados públicos do Estado, principalmente em situações de desamparo, assegurando-lhes acolhida, convívio e acesso à renda;
- 54)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha que demonstre que o SUAS cumpre o papel de porta de entrada para outras políticas públicas e sua importância no tripé da Seguridade Social;
- 55)** A CNTSS/CUT deve lutar, em conjunto com a CUT, contra a centralização da área assistencial pela União, “como um projeto claramente populista”, e denunciar a forma como se deu o Auxílio Emergencial, levado diretamente para o nível central, visando votos e concretizando projeto de destruição federativa;
- 56)** A CNTSS/CUT deve lutar, em conjunto com a CUT e os Movimentos Sociais, pelo Auxílio Emergencial com valor digno, posto que ele faz diferença na vida das mulheres. O Auxílio Emergencial foi um poderoso mecanismo de alívio da fome em meio à crise econômica e sanitária. A interrupção do benefício penalizou mais as mulheres, em especial as negras;
- 57)** A CNTSS/CUT deve realizar ações (inclusive jurídicas), em conjunto com a CUT e os Movimentos Sociais, contra o esvaziamento do papel dos municípios no cadastramento de novos beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, para centralizar esse processo na instância federal; e na busca por se substituir o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – porta de entrada humanizada na Assistência – pelo autocadastramento dos beneficiários via aplicativo para celular (hoje, as famílias são incluídas nos programas a partir dos CRAS e unidades de saúde, entre outros equipamentos públicos);
- 58)** A CNTSS/CUT deve informar, por seus meios de Comunicação, que o CadÚnico está sob ataque. Não podemos perder uma ferramenta importante para mapear a população em situação de vulnerabilidade social, que garante a lógica “conhecer para incluir” e aponta para um conjunto amplo de serviços, benefícios, programas, com reconhecimento de seus direitos sociais. Esse ataque visa obnubilar consciências e invisibilizar a miséria e a vulnerabilidade social. E atinge fortemente a classe trabalhadora;
- 59)** A CNTSS/CUT deve denunciar esta destruição da inteligência do Estado, mirando nos sistemas de informação das áreas de Saúde e Assistência. E ainda existe a possibilidade criminosa de comercialização dos dados que estão nesses sistemas de informação;
- 60)** A CNTSS/CUT deve denunciar e fazer ações em conjunto com a CUT para mostrar que o SUAS passa por um processo de desmonte dramático e violento, deixando sob ameaça anos de trabalho baseado na noção de direitos na Atenção, como política pública, às populações vulneráveis, conforme estabelece a Constituição de 1988. Os ataques configuram-se, por exemplo, pelo fechamento dos CRAS - Centros de Referência em Assistência Social por todo o país;

- 61)** A CNTSS/CUT deve construir campanha midiática para reafirmar a importância dos CRAS, unidades públicas estatais, situados em locais de maior vulnerabilidade urbana ou rural que oferece – por meio de assistentes sociais, psicólogos, educadores, dentre outros – apoio e suporte às famílias, principalmente mulheres, na sua função de prover e cuidar dos membros da família;
- 62)** Do mesmo modo, deve fazer campanha midiática para reafirmar a importância dos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que são unidades públicas estatais destinadas a proteger pessoas em situações de violência doméstica e outras violações de direitos, bem como garantir as crianças e adolescentes em conflito com a lei, a cumprirem com dignidade, e com o devido acompanhamento, as medidas socioeducativas em meio aberto;
- 63)** A CNTSS/CUT deve desenvolver ações pela despreciação do trabalho no SUAS.

### **Propostas Encontro de Saúde Privada e Categorias**

- 64)** Lutar pela implantação de mesas de negociação coletiva com os Sindicatos patronais, em conjunto com os Sindicatos de trabalhadores(as), para fortalecer as negociações;
- 65)** A CNTSS/CUT deve elaborar pauta única de reivindicações das(os) trabalhadoras(es);
- 66)** A CNTSS/CUT deve elaborar ações para o fortalecimento do Fórum Nacional da Enfermagem - 30 horas;
- 67)** A CNTSS/CUT deve fortalecer as mobilizações em defesa dos projetos de Lei dos trabalhadores da Saúde Privada;
- 68)** Lutar em defesa da extinção da Emenda Constitucional nº 95;
- 69)** A CNTSS/CUT deve elaborar e implementar cursos que promovam a capacitação dos(as) dirigentes para as negociações coletivas;
- 70)** A CNTSS/CUT deve criar o observatório das privatizações dos serviços de saúde;
- 71)** Lutar para melhorar a representatividade do setor da Saúde Privada na direção da CNTSS/CUT;
- 72)** Lutar para fortalecer a regionalização das ações entre os(as) trabalhadores(as) das Federações da Saúde Privada e da Federação da Seguridade Social;
- 73)** A CNTSS/CUT deve fazer o debate sobre as estruturas sindicais;
- 74)** A CNTSS/CUT deve defender uma política de gestão do trabalho, na perspectiva dos direitos da classe trabalhadora, nos diversos espaços sócio-ocupacionais;
- 75)** A CNTSS/CUT deve organizar a construção conjunta de espaços regulares de negociação nos setores público e privado;
- 76)** A CNTSS/CUT deve realizar ações pela recuperação das perdas salariais;
- 77)** Lutar em defesa dos concursos públicos e abertura de vagas, contra a terceirização dos serviços;
- 78)** A CNTSS/CUT deve acompanhar e incentivar a participação das instâncias de Controle Social;
- 79)** Lutar pela redução de jornada de trabalho para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário, a todas as categorias profissionais;



- 80)** Lutar pela regulamentação de um piso salarial a todas as categorias profissionais;
- 81)** Lutar pela valorização dos profissionais da Seguridade Social na sociedade;
- 82)** Lutar pelo combate à precarização nos locais de trabalho e por melhorias desses locais, possibilitando condições de exercer a profissão de forma adequada;
- 83)** Lutar para combater o assédio moral, ameaças e punições no exercício da profissão;
- 84)** A CNTSS/CUT deve defender uma política de saúde da(o) trabalhadora(or);
- 85)** A CNTSS/CUT deve lutar contra a Reforma Administrativa e as PECs em torno do tema;
- 86)** Defender a Luta Antimanicomial e dos princípios da reforma psiquiátrica e contra todas as formas de manicômios;
- 87)** A CNTSS/CUT deve estimular a criação e participar de fóruns e outros espaços democráticos no campo da saúde mental e da política nacional de álcool e outras drogas, que estão sendo atacadas;
- 88)** A CNTSS/CUT deve lutar e participar da construção da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental;
- 89)** A CNTSS/CUT deve defender o Sistema Nacional e Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, o III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), incluindo os conteúdos vetados, os pactos e acordos existentes, pois estão sob ataque;
- 90)** A CNTSS/CUT deve dar continuidade às ações e fortalecer as pesquisas e projetos desenvolvidos em conjunto com a ISP e a UniGlobal, na perspectiva de manter as parcerias internacionais, garantir espaço de denúncias de violação de direitos e proteção das trabalhadoras e trabalhadores. Para o fortalecimento destas relações, a CNTSS/CUT deve filiar-se à UniGlobal;
- 91)** A CNTSS/CUT deve realizar ampla campanha pela ratificação da Convenção nº 149 e da recomendação nº 157 da OIT - Organização Internacional do Trabalho pelo governo brasileiro, que tratam de questões que dizem respeito às políticas de proteção das(os) trabalhadoras(es) da Enfermagem no mundo. Estas convenções serão tratadas e apreciadas no próximo encontro da OIT;
- 92)** A CNTSS/CUT deve aprofundar o conhecimento das relações sobre a telesaúde (telemedicina, de acordo com a ANS - Agência Nacional de Saúde), que tem se ampliado para diversas categorias profissionais e que precisa de regulamentação, reconhecimento, remuneração adequada e garantia do sigilo profissional, com aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados;
- 93)** A CNTSS/CUT deve retomar os debates previstos na Vigilância Epidemiológica e na Vigilância Socioassistencial, para colocarmos em prática planos nacionais de contingência e gestão integral de riscos em emergência e desastres;
- 94)** A CNTSS/CUT deve posicionar-se de acordo com as determinações da CIRTHRT CNS - Comissão Nacional de Recursos Humanos e Relações de Trabalho, que estabeleceu determinações contrárias ao ensino à distância nas profissões de saúde;
- 95)** Lutar pela manutenção das políticas de residências multiprofissionais em saúde que fazem interface entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura, garantindo a volta da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde na aplicabilidade de suas Resoluções e a garantia do pagamento integral de bolsas aos residentes e respeito aos Fóruns monitores e preceptores das residências multiprofissionais;

**96)** A CNTSS/CUT deve posicionar-se contra qualquer chamada de trabalho voluntário para o exercício profissional, dentro e fora da situação de pandemia, pois isso se configura como exploração da força de trabalho que não será remunerada, não terá supervisão do exercício profissional, acarretando situações que podem, inclusive, levar a processos éticos e denúncias nos Conselhos Profissionais.

## **Propostas Encontro de Saúde Pública Estadual**

**97)** Lutar pelo aumento do valor para o SUS de acordo com as prerrogativas estabelecidas pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde através de estudos da COFIN e de sua petição pública "Mais recurso para o SUS";

**98)** A CNTSS/CUT deve propor ações pela desprecarização do trabalho no SUS;

**99)** Lutar pelo Piso Nacional de Salários aos trabalhadores e trabalhadoras de saúde;

**100)** Lutar pelo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para todos os servidores da saúde;

**101)** Lutar por Projeto de Lei que regulamente o Covid-19 como doença ocupacional;

**102)** Que a CNTSS/CUT defenda a jornada de 30 horas semanais aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde Pública e Privada;

**103)** Lutar contra quaisquer formas de retiradas de direitos dos servidores e servidoras da saúde, conquistados através da luta de classe;

**104)** Que a CNTSS/CUT organize e articule as entidades sindicais da Seguridade Social com o objetivo de representar nacionalmente os(as) trabalhadores(as), consolidando o Ramo;

**105)** Que a CNTSS/CUT elabore políticas que fortaleçam e unifiquem as entidades sindicais e que possibilitem intervir nas políticas públicas;

**106)** A CNTSS/CUT deve defender o SUS 100% estatal, universal e de qualidade, com base nos princípios da reforma sanitária brasileira;

**107)** Lutar pela defesa da Democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais;

**108)** Lutar contra toda e qualquer violação dos Direitos Humanos e da vida das pessoas;

**109)** Lutar pela proteção às(os) trabalhadoras(es) no enfrentamento da pandemia de Covid-19;

**110)** Que a CNTSS/CUT participe da mobilização contra o Decreto nº 9759/2019 e dos demais atos normativos que levaram ao desmonte dos colegiados nacionais de Controle Social;

**111)** Lutar pela retomada da MNNPSUS e sua implementação em todos os Estados e DF, com implementação também dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários em todos nos municípios;

**112)** Lutar pela realização de cursos de negociação coletiva, visando implementar ou aperfeiçoar os planos de cargos, carreiras e salários ou para fomentar a negociação dos acordos coletivos;

**113)** Lutar pela formulação e acompanhamento nas Casas Legislativas dos Projetos de Lei de interesse da categoria;

**114)** Lutar pela redução de jornada de trabalho para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário, a todas as categorias profissionais;

- 115)** Lutar pela unificação das lutas prioritárias e gerais dos Sindicatos Gerais da Saúde com os Sindicatos das Categorias Profissionais;
- 116)** Lutar pela revogação do teto dos gastos públicos expressos na EC 95/2016;
- 117)** A CNTSS/CUT deve intensificar a discussão na categoria sobre a importância do Controle Social;
- 118)** A CNTSS/CUT deve incentivar e cobrar a realização de cursos de capacitação para as(os) trabalhadoras(es) da Saúde sobre a história e importância do SUS, para que estas(es) multipliquem as informações, por meio de ações de Educação Permanente e Continuada em Saúde que dialoguem, de forma efetiva, com as necessidades dos Municípios e demais localidades, com a participação dos Conselhos de Controle Social;
- 119)** A CNTSS/CUT deve realizar ações que visem ao fortalecimento da Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS;
- 120)** A CNTSS/CUT deve realizar ações de fortalecimento da Educação Permanente no SUS;
- 121)** Lutar pela implantação e organização dos Conselhos locais de saúde em todas as unidades de saúde;
- 122)** A CNTSS/CUT deve cumprir as deliberações do Encontro de Mulheres desta Confederação, intensificando as lutas contra a violência e discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras, desenvolvendo ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho, entre outras;
- 123)** Que a CNTSS/CUT implemente ações pela defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;
- 124)** Que a CNTSS/CUT implemente ações pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;
- 125)** Que a CNTSS/CUT unifique a luta contra a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020), que altera disposições sobre servidoras(es), empregadas(os) públicas(os) e organização administrativa;
- 126)** Lutar contra as privatizações;
- 127)** Lutar pela garantia de que nenhum(a) servidor(a) público(a) receba menos que o salário mínimo nacional em seu salário base;
- 128)** Lutar pela garantia de Concursos Públicos, pela defesa do concurso público como forma de contratação no SUS, estimulando o diálogo com trabalhadoras(es) não efetivas(os) sobre a necessidade de sua efetivação como servidoras(es) de carreira;
- 129)** Lutar pelo fortalecimento da luta contra as privatizações e terceirizações na Saúde, seja nas esferas federal, estadual ou municipal;
- 130)** Lutar pela não terceirização e/ou quarteirização da Saúde e pela diminuição progressiva das organizações sociais de saúde;
- 131)** Que a CNTSS/CUT implemente ações contra a nova Política de Financiamento da Atenção Básica, que restringe o acesso dos usuários ao SUS ao definir, como um dos componentes para a transparência de recursos, a captação ponderada, ou seja, o repasse baseado no cadastro de usuários, em contraposição ao PAB Fixo - Piso da Atenção Básica Fixo que financia a cobertura universal da população;

- 132)** Lutar pela democratização dos locais de trabalho por meio da implantação de uma política de gestão participativa em todas as unidades do SUS e esferas de governo com eleições da gestão;
- 133)** Lutar pela implementação da política de saúde da(o) trabalhadora(or) envolvendo trabalhadoras(es) e gestores da Saúde no debate e na troca de experiências sobre ações para a melhoria da qualidade de vida no trabalho e na saúde da(o) trabalhadora(or);
- 134)** Lutar em defesa da atuação das COMSATs em tudo o que envolve condições de trabalho. A COMSAT tem como responsabilidade investigar, discutir e combater as condições de trabalho insalubres, inseguras e perigosas. Deve atuar em todos os campos relacionados com a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Deve participar de todas as decisões referentes ao trabalho em saúde;
- 135)** Lutar em defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador;
- 136)** Lutar pela paridade salarial entre ativas(os) e aposentadas(os).

### **Propostas SINDSAÚDE Pará**

- 137)** Lutar pelo Piso Nacional das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde;
- 138)** Lutar pelo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para todas(os) as(os) servidoras(es) da Saúde;
- 139)** Lutar por Projeto de Lei que regulamente o Covid-19 como doença ocupacional;
- 140)** Que a CNTSS/CUT defenda a jornada de 30 horas semanais aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde Pública e Privada;
- 141)** Lutar contra quaisquer formas de retiradas de direitos das servidoras e servidores, conquistados através da luta de classe.

### **Proposta SINDSAÚDE Goiás**

- 142)** Pela defesa da Democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais;
- 143)** Pela manutenção de conselhos e fóruns de participação popular, incluindo os Conselhos de Saúde;
- 144)** Pela democratização da Comunicação;
- 145)** Contra toda e qualquer violação dos Direitos Humanos e da vida das pessoas;
- 146)** Pela revogação da EC nº 103/2019 que trata da Reforma da Previdência Nacional;
- 147)** Pela revogação da Contrarreforma Trabalhista (Lei Federal 13.467 de 2017);
- 148)** Pela redução da jornada de trabalho das(os) trabalhadoras(es) do SUS, sem redução salarial;
- 149)** Pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contra as medidas que precarizam o trabalho;
- 150)** Pela implementação da política de saúde da(o) trabalhadora(or);

- 151)** Pela defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;
- 152)** Pelo combate à violência contra a mulher e o fim da violência obstétrica;
- 153)** Pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;
- 154)** Pela intensificação das lutas contra a violência e discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras e que se desenvolvam ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos;
- 155)** Pela defesa das empresas estatais, para que sejam 100% públicas;
- 156)** Pela retomada da concessão de partilha e aplicação dos royalties do petróleo do Pré-sal exclusivamente para Saúde e Educação;
- 157)** Pela defesa do Pré-sal e Petrobras como patrimônios do povo brasileiro;
- 158)** Pela composição, contribuição e reunião de forças sociais e políticas na construção das ações da frente popular e parlamentar em Defesa da Soberania Nacional;
- 159)** Pela defesa da Auditoria da Dívida Pública, para apurar esquemas, ilegalidades e irregularidades que promovem o endividamento do país e consomem mais da metade da receita federal para pagar juros, tirando recursos da Saúde, da Educação e outras áreas sociais;
- 160)** Pela defesa da Resolução nº 190 da OIT, que dispõe sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;
- 161)** Pela defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador e pela defesa da implementação de políticas de geração de emprego e renda;
- 162)** Pela retomada da política de valorização do salário mínimo;
- 163)** Pela política de segurança alimentar;
- 164)** Pela política de agricultura familiar, orgânica e sustentável;
- 165)** Pela política de desenvolvimento e proteção social;
- 166)** Pela política de desenvolvimento sustentável;
- 167)** Pela política de soberania popular e nacional;
- 168)** Pela política de defesa dos direitos sociais e fundamentais consagrados na Constituição Federal;
- 169)** Por iniciativas populares ou institucionais que defendam os direitos constitucionais, como Saúde, Educação, Moradia, Direitos Humanos, Terra, entre outros;
- 170)** Por uma reforma tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda;
- 171)** Pela defesa do SUS 100% público, gratuito e de qualidade;
- 172)** Pela revogação da EC nº 95 e o fim da política de contingenciamento;
- 173)** Pela EC nº 29 e resistir à desvinculação de receitas das políticas sociais, incluindo as receitas orçamentárias do SUS;
- 174)** Pelo fortalecimento da luta contra as privatizações e terceirização na Saúde, sejam nas esferas federal, estadual ou municipal;
- 175)** Pela revogação da EC nº 86, que implanta o orçamento impositivo e reduz os recursos



para a Saúde Pública deliberados pelo Controle Social e permite aos parlamentares a prática da corrupção eleitoral;

- 176)** Pela defesa de toda e qualquer política pública que garanta inclusão social e desenvolvimento socioeconômico;
- 177)** Pela defesa do Controle Social;
- 178)** Pela implantação e organização dos conselhos locais de saúde em todas as unidades de saúde;
- 179)** Pela defesa do concurso público como forma de contratação no SUS, estimulando o diálogo com trabalhadoras(es) não efetivas(os) sobre a necessidade de sua efetivação como servidoras(es) de carreira;
- 180)** Para que o SUS continue a ser uma política de inclusão social;
- 181)** Pela não terceirização e/ou quarteirização da saúde e contra as organizações sociais de saúde;
- 182)** Pela defesa de qualquer programa de saúde no âmbito nacional, estadual ou municipal que esteja em consonância com os princípios e diretrizes do SUS;
- 183)** Por ações que visem à implantação da Política Nacional de Educação Popular e Saúde e por ações que visem ao fortalecimento da Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS;
- 184)** Por ações de fortalecimento da Educação Permanente no SUS;
- 185)** Pela implantação de uma política de humanização no SUS e pelo fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização;
- 186)** Pela luta da mudança de vínculo dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias em todos os municípios do Estado de Goiás para estatutárias(os);
- 187)** Pela efetivação Piso Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combates a Endemias em todos os municípios do Estado de Goiás;
- 188)** Pela implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários nos municípios onde ainda não existe;
- 189)** Pela inserção de todas(os) as(os) servidoras(es) e categorias lotados na saúde, incluindo os administrativos e Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias nos Planos de Cargo, Carreira e Salários da Saúde;
- 190)** Pela oferta de cursos, palestras e seminários para capacitação, conscientização, organização e unidade das(os) trabalhadoras(es);
- 191)** Pela promoção de ações de cidadania, alimentação, saúde, entre outras, para o envolvimento da sociedade com o Sindicato;
- 192)** Pela luta para que todas(os) os(as) trabalhadores(as) recebam adicional de insalubridade, adicional noturno, entre outros direitos previstos em lei;
- 193)** Pela luta por melhores condições de trabalho e atendimento à população;
- 194)** Pela jornada de 30 horas semanais para as(os) trabalhadoras(es) da saúde;
- 195)** Pelo incentivo à formação das(os) trabalhadoras(es) sobre o SUS para o fortalecimento da luta nos municípios;

- 196)** Pela promoção, junto a outros Sindicatos, movimentos sociais e frentes parlamentares, de campanha contínua de valorização das(os) servidoras(es) públicas(os);
- 197)** Pela luta para elevar o salário mínimo dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde baseado no cálculo elaborado pelo DIEESE, considerando: **a)** cargo de nível elementar, um salário mínimo do DIEESE (R\$ 4.000,00); **b)** cargo de nível fundamental, 1,5 salário mínimo (R\$ 6.000,00); **c)** cargo de nível ensino médio, dois salários mínimos (R\$ 8.000,00); e **d)** cargo de nível superior, três salários mínimos (R\$ 12.000,00);
- 198)** Pela luta contra toda e qualquer proposta de alteração previdenciária que venha prejudicar as(os) aposentadas(os) e pensionistas e as aposentadorias futuras.

## Propostas Encontro Setor Público Federal

- 199)** A CNTSS/CUT deve cobrar dos gestores a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as(os) trabalhadoras(es) da Seguridade Social contra o Covid-19, tais como: EPI's e EPCs, protetor facial, álcool em gel e garantir distanciamento social;
- 200)** A CNTSS/CUT deve exigir o cumprimento imediato das ações judiciais com decisão favorável;
- 201)** Lutar pela participação do governo com, no mínimo, 50% per capita nos Planos de Saúde das(os) funcionárias(os);
- 202)** Lutar pelo pagamento imediato do piso da Enfermagem para todas(os) as(os) profissionais de Enfermagem;
- 203)** Lutar pela implantação das 30 horas semanais para as(os) profissionais de Enfermagem e administrativas(os);
- 204)** A CNTSS/CUT deve desenvolver campanha permanente contra a aprovação da Reforma Administrativa;
- 205)** Lutar pela implantação da data-base anual para correção dos salários do funcionalismo;
- 206)** A CNTSS/CUT deve exigir vacinação para todas(os) as(os) trabalhadoras(es) do Ramo da Seguridade Social;
- 207)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha permanente em defesa dos serviços públicos;
- 208)** Que a CNTSS/CUT participe efetivamente da organização do conjunto dos federais, como polo de formulação de políticas para o setor;
- 209)** Que a CNTSS/CUT participe da construção de mobilização/greve das(os) servidoras(es) públicas(os) federais por reposição salarial e plano de benefícios, que estão defasados desde 2017;
- 210)** Lutar pela revogação da lei que congela progressões e promoções;
- 211)** Lutar por uma política salarial permanente visando à recomposição das perdas inflacionárias;
- 212)** Lutar pelo aumento per capita dos Planos de Saúde;
- 213)** Lutar pela isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
- 214)** Lutar pela incorporação de todas as gratificações produtivistas;
- 215)** Que a CNTSS/CUT participe das lutas contra o desmonte do Estado promovido pelo go-

verno Bolsonaro;

- 216)** Lutar contra a aprovação da PEC nº 32 e outras formas de destruição ou diminuição do Estado e afronta aos serviços e servidores públicos;
- 217)** Lutar pela revogação da lei das terceirizações no serviço público;
- 218)** Lutar pela manutenção da estabilidade das(os) servidoras(os) públicas(os);
- 219)** A CNTSS/CUT deve exigir abertura de diálogo sobre Teletrabalho na sua totalidade, inclusive para ajuda de custo quando a(o) trabalhadora(or) for submetida(o) a essa modalidade;
- 220)** Lutar em defesa das entidades representativas e contra o ataque do governo federal aos Sindicatos e movimentos sociais;
- 221)** A CNTSS/CUT deve dar prioridade na margem de consignado das(os) servidoras(es) à contribuição sindical e ao Plano de Saúde;
- 222)** Lutar pela aprovação do PL nº 2.564/2020 do Piso Salarial Nacional da Enfermagem atrelado à jornada de 30 horas semanais;
- 223)** Lutar pela regulamentação e criação do comitê gestor da carreira do Seguro Social, em respeito ao acordo de greve de 2015 e à previsão legal;
- 224)** Lutar pelo reconhecimento da carreira como típica de Estado, entendendo as atividades do INSS como exclusivas de Estado e não na perspectiva da PEC nº 32;
- 225)** Lutar por melhores condições de trabalho, com modernização de equipamentos e rede ampliadas e previsibilidade nas atribuições dos(as) servidores(as);
- 226)** Lutar pela ampliação do atendimento à população e contra a exclusão de cidadãos(ãos) sem acesso às novas tecnologias, dando-lhes sempre a opção do atendimento presencial por servidor(a) público(a) da carreira do Seguro Social;
- 227)** A CNTSS/CUT deve exigir atualização da Instrução Normativa nº 77, de 2015, e adequação plena dos sistemas às atuais mudanças legislativas;
- 228)** A CNTSS/CUT deve discutir a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente;
- 229)** Lutar pelo Plano de Carreira, Cargo e Salário na Saúde;
- 230)** Lutar pela recriação do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- 231)** Lutar pela inclusão das(os) servidoras(es) dos extintos Ministério do Trabalho e Previdência na carreira do Seguro Social;
- 232)** A CNTSS/CUT deve ampliar o processo de politização e formação sindical permanente das direções dos Sindicatos e da Confederação, com a realização de cursos, seminários, encontros e debates;
- 233)** Lutar, prioritariamente, junto com as(os) servidoras(es) da ativa e aposentadas(os) por: política salarial permanente com reposição inflacionária, elevação do salário-base e incorporação das gratificações; Planos de Cargos e Carreira para todos os órgãos; valorização e qualificação profissional das(os) servidoras(es); defesa da jornada de trabalho de 30 horas semanais; realização de novas ações políticas sindicais de enfrentamento ao modelo de gestão do Governo Federal, que adota características produtivistas, com metas abusivas e que provoca o adoecimento das(os) servidoras(es); pagamento de Adicional de Insalubridade no percentual de 40% para todas(os) as(os) servidoras(es) que atuam

no enfrentamento do Covid-19; condições dignas de trabalho em todas as suas dimensões, desde o ambiente físico até a relação com os gestores; ações de enfrentamento ao assédio moral institucional;

- 234)** A CNTSS/CUT deve persistir na luta pela integralidade e paridade entre ativos(as), aposentados(as) e pensionistas;
- 235)** Lutar pela aprovação do PL nº 2.564/2020, que trata do Piso Salarial Nacional com jornada de 30 horas semanais para os(as) trabalhadores(as) da Enfermagem;
- 236)** A CNTSS/CUT deve continuar participando ativamente das ações nacionais e locais contra a Reforma Administrativa e demais atividades encampadas pela CUT;
- 237)** A CNTSS/CUT deve manter o compromisso com as lutas mais amplas dos movimentos sociais pela melhoria de políticas públicas para a Saúde, Previdência, Educação, segurança, emprego e renda, meio ambiente. Também na defesa dos direitos de idosas(os), mulheres, negras e negros, crianças e adolescentes, indígenas, quilombolas, estudantes e demais segmentos submetidos à discriminação e à exclusão social;
- 238)** A CNTSS/CUT deve exigir do governo a reativação do SIAS e realização de exames periódicos e ações no campo da política de saúde das(os) trabalhadoras(es);
- 239)** Lutar pela realização de concursos públicos, fim da terceirização e contratação de servidoras(es), de acordo com a necessidade de reposição da força de trabalho nos órgãos;
- 240)** Lutar pela reativação da Mesa de Negociação Setorial e Nacional da Saúde;
- 241)** A CNTSS/CUT deve defender as(os) servidoras(es) contra as arbitrariedades dos Planos de Saúde e buscar construir alternativas para atender as demandas das(os) servidoras(es);
- 242)** Lutar pela realização de concurso público para área de PAF (Portos, Aeroportos e Fronteiras) e ANVISA;
- 243)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha permanente contra o assédio moral;
- 244)** A CNTSS/CUT deve manter posição contrária à centralização da “Gestão de Pessoas” no Ministério da Economia;
- 245)** A CNTSS/CUT deve realizar ações para o que setor federal possa debater o crescimento do Ramo nos Estados.

## **Propostas Encontro de Mulheres da CNTSS/CUT**

### **Violência contra as mulheres**

- 246)** A CNTSS/CUT deve defender, resgatar e fazer valer a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, construída na gestão Dilma Rousseff. Deve realizar lives e rodas de conversa;
- 247)** A CNTSS/CUT deve realizar formação para as mulheres da Seguridade Social a partir do conceito de violência adotado pela Política Nacional, fundamentada na definição da Convenção de Belém (Pará), realizada em 1994, segundo a qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”;

- 248)** A CNTSS/CUT deve retomar a luta pela Assistência e garantia de direitos na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, com serviços articulados entre os diversos níveis de governo no enfrentamento da questão – posto que serviços têm sido fechados/ esvaziados –, através de campanhas e ações com entidades e movimento social organizado de mulheres;
- 249)** A CNTSS/CUT deve discutir o tema em vários setores da saúde, assistência e prevenção, preparando os setores que recebem a mulher a terem um olhar que identifique a violência para que acionem a Delegacia da Mulher;
- 250)** A CNTSS/CUT deve capacitar, com ciclos de formação e informações, as mulheres da Seguridade Social, no sentido de orientar as usuárias dos serviços quando percebem que estão sofrendo algum tipo de violência e direcioná-las a órgãos que cuidem especificamente da questão;
- 251)** Lutar para que na Atenção Básica hajam questionários preventivos e explicativos (sem precisar se identificar), nos quais as mulheres que levam seus filhos para vacinar responderiam algumas perguntas voltadas para o conhecimento da violência doméstica, com dados atualizados e depoimentos reais;
- 252)** Lutar em defesa da construção das casas de acolhimento às mulheres que sofreram violência;
- 253)** Lutar pela criação, em hospitais e unidades de saúde, de uma rede orientadora das mulheres que tenham sofrido violência;
- 254)** A CNTSS/CUT deve realizar cursos virtuais de orientação às trabalhadoras da Seguridade Social para acolhimento e orientação das mulheres violentadas;
- 255)** Lutar por políticas públicas de apoio à mulher, por reabertura de Delegacias e Centros Especializados específicos, com atendimento social e psicológico, pedagógico e de orientação jurídica em locais que reúnem mulheres vítimas de violência doméstica;
- 256)** A CNTSS/CUT deve desenvolver ações de conscientização e de combate à violência. É necessário que as mulheres da Seguridade Social se coloquem contra toda e qualquer forma de violência, seja esta física, psicológica ou emocional.

### **Aumento do feminicídio**

- 257)** A CNTSS/CUT deve divulgar o documento “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres”, como estratégias de proteção, considerando que o feminicídio no Brasil é a faceta final do machismo e que é importante dar a conhecer a tipificação jurídica do feminicídio como crime de gênero e que se faz necessário por estar diretamente ligado à violência de gênero;
- 258)** A CNTSS/CUT deve divulgar e estudar a Lei nº 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificador do crime de homicídio o feminicídio (pensar oficinas para a base da Seguridade Social);
- 259)** A CNTSS/CUT deve divulgar e buscar garantir a implementação da Lei nº 14.022/2020, que assegura o pleno funcionamento, durante a pandemia do Covid-19, de órgãos de atendimento a mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e cidadãs(os) com deficiência vítimas de violência doméstica ou familiar (ações em parcerias com a SNMT - CUT e a representação desta com o Controle Social CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher);



- 260)** Lutar por uma busca ativa de um GT Social, em conjunto com as delegacias de mulheres, fortalecendo as estratégias já aplicadas pelas diretrizes atuais, promovendo dentro das escolas ações focadas em estudantes, estimulando-os a levar em suas redes sociais sua visão sobre o tema (tipo competição de ideias);
- 261)** Lutar por investimento dos governos na proteção das mulheres, através de políticas claras protetivas, sendo uma delas as casas de acolhimento;
- 262)** Lutar para que as instituições deem suporte psicológico às mulheres violentadas;
- 263)** Lutar para que seja disponibilizado o dispositivo de monitoramento eletrônico de proteção em caso de medidas protetivas de urgência;
- 264)** A CNTSS/CUT deve realizar palestras com material didático e de conscientização das mulheres para denunciar o agressor na Delegacia da Mulher, para serem aplicadas as medidas cabíveis, considerando o aumento do feminicídio.

### **Preconceito racial contra as mulheres**

- 265)** Realizar rodas de conversa e lives sobre as questões raciais estruturantes que fazem parte da construção da nossa sociedade. As subjetividades que nos compõem — os nossos preconceitos, por exemplo — acabam construindo as relações sociais que estabelecemos. E essas relações estão impregnadas de uma construção histórica. O preconceito de gênero e a discriminação racial estão profundamente imbricados;
- 266)** A CNTSS/CUT deve realizar ação a ser construída com a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT, considerando o desafio de repensar e conhecer o mercado de trabalho da Seguridade Social, a ser pesquisado com base em três vertentes: o preconceito de gênero (vivido por toda mulher), o de raça (que versa sobre a população preta e parda) e o de classe (nos quais estão inseridos os mais vulneráveis);
- 267)** A CNTSS/CUT deve mostrar uma visão diferenciada do estado de pobreza, a partir de um debate mais abrangente junto às mídias sociais e às igrejas, devido à desigualdade social no país, valorizando a cor, a feminilidade e a crença;
- 268)** Luta permanente de combate ao racismo através de denúncias e debates, conscientizando os mais leigos de que o racismo adoce, humilha e fere e deve ser combatido, pois o mesmo encontra-se institucionalizado;
- 269)** A CNTSS/CUT deve organizar a luta contra o racismo, abrangendo toda a direção e Ramo da Seguridade Social, independente de raça;
- 270)** A CNTSS/CUT deve acompanhar todas as iniciativas do movimento negro, das mulheres negras, do povo identificado com religião afro-brasileira e que sofrem com o racismo, fortalecendo o mês de novembro, considerado o mês de luta antirracista;
- 271)** A CNTSS/CUT deve realizar em novembro um seminário das mulheres negras e de axé;
- 272)** A CNTSS/CUT deve incluir nas pautas de reivindicações propostas indenizatórias para punir o ato de racismo;
- 273)** A CNTSS/CUT deve estar inserida no Conselho da Igualdade Racial;
- 274)** Lutar por leis mais severas e políticas públicas para combater o preconceito racial contra as mulheres;

**275)** A CNTSS/CUT deve lutar contra o mito da “democracia racial”, no qual as mulheres negras são discriminadas em razão da cor da pele e são também preteridas pela mesma razão quando disputam posto de trabalho e ainda percebem salários menores comparados aos das mulheres não negras e com maior diferença ainda quando comparados com os salários dos homens.

### **Homofobia**

**276)** A CNTSS/CUT deve apoiar e fortalecer a participação do segmento LGBTQIA+ no combate à discriminação, criando novos grupos de trabalho para elaboração de instrumentos técnicos para acolher, apoiar e responder demandas dentro da Seguridade Social;

**277)** A CNTSS/CUT deve retomar a campanha da ISP Brasil e filiadas junto ao setor público pelo fim da discriminação no trabalho com base na orientação sexual. Uma delas é a campanha “LGBT é superlegal”, que tem como objetivo fortalecer a luta pela igualdade de oportunidades às trabalhadoras e trabalhadores LGBTQIA+ no setor público;

**278)** A CNTSS/CUT deve orientar as entidades filiadas que negociam Convenções Coletivas de Trabalho para estabelecer e inserir cláusulas de igualdade no tratamento de empregadas(os) com cônjuge do mesmo sexo e cláusulas de respeito ao nome social de travestis e transexuais;

**279)** A CNTSS/CUT deve realizar formação a respeito da Convenção da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (nº 111). A Convenção nº 111 é de 1958, mas contém referências ou pode ser aplicada na erradicação da homo-lesbo-transfobia e inspira ações que promovem os direitos, a diversidade e a igualdade no mundo do trabalho;

**280)** A CNTSS/CUT deve apoiar o movimento LGBTQIA+ em seus atos, contribuindo com a pauta apresentada por ele;

**281)** A CNTSS/CUT deve propor cláusula punitiva nos Contratos Coletivos de Trabalho dos Sindicatos;

**282)** A CNTSS/CUT deve realizar pesquisa, juntamente com eventos regionalizados, junto aos Sindicatos, sobre a questão da homofobia e suas consequências para a categoria LGBTQIA+ nas relações de trabalho (assédio moral, adoecimento físico e mental e desigualdade salarial).

### **Assédio moral e doenças psíquicas**

**283)** A CNTSS/CUT deve aprofundar o conhecimento e as ações em parceria com a ISP sobre a Convenção nº 190 da OIT, que versa sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho;

**284)** A CNTSS/CUT deve buscar fazer estudos diferenciados, no âmbito da Seguridade Social, sobre o assédio moral como ato discriminatório contra a mulher, como violência perversa que submete a trabalhadora a humilhações e perseguições veladas no âmbito do trabalho, que ofendem a dignidade da pessoa humana, causando consequências físicas e psíquicas à vítima;

**285)** A CNTSS/CUT deve buscar estabelecer ações nos locais de trabalho, como e cartilhas orientativas contra piadinhas sexistas, perseguições, exposição a situações vexatórias, supervi-

são excessiva, ameaças, exigência de tarefas impossíveis, críticas grosseiras, utilização de palavras de baixo calão, brincadeiras inapropriadas e isolamentos, que são exemplos de assédio moral no ambiente de trabalho, os quais, em diversos casos, está associado a uma relação de poder e expressão de machismo.

### **Desigualdade salarial**

- 286)** A CNTSS/CUT deve retomar e dar visibilidade à publicação da CUT “Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres - Experiências e Desafios e os Princípios da Campanha Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”, lançada em 1995, mas ainda tão atual e necessitando de aplicabilidade;
- 287)** A CNTSS/CUT deve realizar ações dentro do movimento sindical para dar visibilidade ao direito à Seguridade Social como público, subjetivo, irrenunciável, inalienável e intransmissível, já que temos poucos estudos que apontam mecanismos para buscar a superação da insuficiência de renda e a falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano no recorte de gênero e renda e na proteção previdenciária das mulheres;
- 288)** A CNTSS/CUT deve desenvolver pesquisa nas bases sobre o impacto atual destas diferenças;
- 289)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha pela igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores;
- 290)** A CNTSS/CUT deve defender o Piso Nacional da Enfermagem;
- 291)** A CNTSS/CUT deve criar um site com ampla divulgação, onde pudessem ser lançados todas essas informações e no qual, a cada período, pudessem ser feitas divulgações comparativas.

### **Assédio moral**

- 292)** A CNTSS/CUT deve propor que os Sindicatos realizem seminários sobre o tema para diminuição do assédio físico e mental, para que eles consigam negociar esse debate sobre assédio moral. Devemos continuar o debate com a sociedade sobre a desigualdade salarial;
- 293)** A CNTSS/CUT deve investir em propagandas de forma contínua, abrindo um canal nas mídias sociais com apoio de pessoas influentes e conhecidas que também tenham sido vítimas de assédio moral, explicando o que é caracterizado como assédio ou dano moral em uma linguagem mais popular, bem como onde procurar ajuda;
- 294)** A CNTSS/CUT deve propor em lei a obrigatoriedade de as empresas constituírem um serviço de psicologia para suas(seus) trabalhadoras(es) adoecidas(os) pelo assédio e pelo estresse.

### **Adoecimento físico e mental**

- 295)** A CNTSS/CUT deve distribuir os resultados da Campanha “Trabalhadoras e Trabalhadores Protegidos Salvam Vidas” entre os seus Sindicatos filiados, para que estes possam utilizar os dados nos processos negociais e na busca por mudanças na fragilidade atual, levando em consideração que são inúmeras as evidências de que as condições de trabalho na Seguridade Social – especialmente no enfrentamento da pandemia de Covid-19 –, geram

adoecimento mental das(os) trabalhadoras(es) e as políticas públicas que abordam essa temática ainda são frágeis no Brasil, como aponta a pesquisa da ISP;

- 296)** Lutar para que as empresas possam incluir em sua equipe de Medicina do Trabalho uma(um) profissional de Psicologia, para que se tenha avanços nos resultados referentes ao adoecimento físico e mental por excesso de trabalho e assédio moral;
- 297)** Lutar para que, no caso do adoecimento por acidente de trabalho, possa ser modificado o conceito e a forma de acolhimento pelo médico do Trabalho. Isso demanda uma articulação junto aos Conselhos de Medicina e Enfermagem para que as empresas encaminhem corretamente o tratamento médico indicado à(ao) trabalhadora(or) sem alterações pelos médicos do Trabalho;
- 298)** A CNTSS/CUT deve propor aos Sindicatos que disponibilizem aos seus filiados as orientações e abertura das CATs;
- 299)** A CNTSS/CUT deve defender a proposta de 4x4 nas emergências, como forma de diminuir os riscos do ambiente insalubre e o estresse no trabalho para a equipe de profissionais de saúde;
- 300)** A CNTSS/CUT deve defender os parâmetros de dimensionamento como instrumento de minimizar o estresse no trabalho da Enfermagem.

### **Assédio sexual**

- 301)** CNTSS/CUT deve realizar campanhas que fortaleçam e encorajem as mulheres a realizar a denúncia de assédio sexual.

## **Reformas Administrativas dos governos federal e estaduais**

- 302)** A CNTSS/CUT deve enfrentar, com campanhas como NA PRESSÃO/CUT, os efeitos nefastos previstos nas Reformas Administrativas, com enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidoras(es), com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; na redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo; na redução de jornada com redução de salário; na instituição de um carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena das(os) servidoras(es); na adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho e na ampliação da contratação temporária;
- 303)** A CNTSS/CUT deve construir eventos temáticos formativos e campanhas públicas de divulgação que denunciem as propostas de reforma apresentadas, pois estas trarão uma série de prejuízos à população, com a interferência política no serviço público, a precarização do trabalho das servidoras e dos servidores e a consequente piora dos serviços prestados à população. Vale lembrar que as propostas atingem de maneira ainda mais cruel as servidoras e as mulheres que fazem uso do serviço público. E as servidoras são maioria nas políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social;
- 304)** A CNTSS/CUT deve estabelecer a luta para derrotar a Reforma Administrativa proposta pelo governo Bolsonaro como prioridade das lutas das(os) servidoras(es) públicas(os) para este e o próximo mandato;

- 305)** A CNTSS/CUT deve propor a criação de comissões com representantes de vários segmentos para fazer parte do debate da Reforma Administrativa e socializar as discussões com seus Sindicatos filiados e com a base;
- 306)** A CNTSS/CUT deve articular redes sociais, elaborar faixas e panfletos informativos para realizar protestos contra a Reforma Administrativa, como também articular movimentos junto a partidos e parlamentares de esquerda. Realizar mobilização virtual e presencial, expondo ao conjunto da categoria os impactos, retrocessos e prejuízos que essa “deforma” causa ao conjunto do funcionalismo.

## **SUS - Sistema Único de Saúde**

- 307)** A CNTSS/CUT deve dar prosseguimento e visibilidade à campanha “SUS Forte: eu defendo!”;
- 308)** A CNTSS/CUT deve dar prosseguimento e visibilidade à campanha “Eu sou o SUS”, com foco na valorização e no respeito aos(as) trabalhadores(as) da Saúde da sua base;
- 309)** A CNTSS/CUT deve continuar as ações pela revogação do teto de gastos, pois, se mantida, a EC nº 95 causará, somente ao SUS, um prejuízo estimado em R\$ 400 bilhões em 20 anos. Devemos seguir “Na Luta em Defesa da Vida!”;
- 310)** Que a CNTSS/CUT realize ações para que suas afiliadas que ainda não o fizeram incorporem-se à Frente pela Vida e seu plano nacional de enfrentamento à pandemia do Covid-19;
- 311)** A CNTSS/CUT deve dar visibilidade e colher assinaturas para a petição pública “O SUS merece mais em 2021!”, na qual CNS – Conselho Nacional de Saúde reivindica manutenção do piso emergencial;
- 312)** A CNTSS/CUT deve aprofundar os estudos e propostas referentes ao atendimento per capita no atendimento básico e intermediário;
- 313)** A CNTSS/CUT deve orientar a população sobre a importância do SUS para a sociedade e sua real função, mostrando o que pode acontecer se ele for perdido;
- 314)** Lutar pela manutenção do SUS como sistema público e universal de saúde, contra as terceirizações e as privatizações;
- 315)** A CNTSS/CUT deve solicitar dos deputados, através de Emenda Constitucional, mais recursos financeiros para serem aplicados na Saúde Pública.

## **SUAS - Sistema Único da Assistência Social**

- 316)** Lutar pela realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, convocada para dezembro de 2021. O Conselho Nacional de Assistência Social aprovou Resolução de convocação da Conferência Nacional para os dias 7 a 10 de dezembro, com o tema “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”;
- 317)** A CNTSS/CUT deve ampliar suas ações e dar visibilidade ao SUAS, o sistema específico de assistência social criado na última década, presente nos 5.565 municípios, que vem



garantindo que mais de 120 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em situação de abandono (idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, mulheres, crianças, comunidades tradicionais, dentre tantos outros segmentos) em territórios urbanos e rurais, excluídas de outros sistemas protetivos, tenham acesso aos cuidados públicos do Estado, principalmente em situações de desamparo, assegurando-lhes acolhida, convívio e acesso à renda;

- 318)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha que demonstre que o SUAS acaba cumprindo o papel de porta de entrada para outras políticas públicas e a sua importância no tripé da Seguridade Social;
- 319)** A CNTSS/CUT deve lutar, em conjunto a CUT, contra a centralização da área assistencial pela União, “como um projeto claramente populista”, e denunciar a forma como se deu o Auxílio Emergencial, trazendo-o diretamente para o nível central, visando votos e concretizando projeto de destruição federativa;
- 320)** A CNTSS/CUT deve lutar, em conjunto a CUT e os movimentos sociais, pelo Auxílio Emergencial com valor digno, posto que faz diferença na vida das mulheres e foi um poderoso mecanismo de alívio da fome em meio às crises econômica e sanitária. A interrupção do benefício penalizou mais as mulheres, em especial as negras;
- 321)** A CNTSS/CUT deve realizar ações (inclusive jurídicas), em conjunto a CUT e os movimentos sociais, contra o esvaziamento do papel dos municípios no cadastramento de novos beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, para centralizar esse processo na instância federal; e na busca por se substituir o CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais – porta de entrada humanizada na Assistência – pelo autocadastramento dos beneficiários via aplicativo para celular (hoje, as famílias são incluídas nos programas a partir dos CRAS e unidades de saúde, entre outros equipamentos públicos);
- 322)** A CNTSS/CUT deve informar, por seus meios de Comunicação, que o CadÚnico está sob ataque. Não podemos perder uma ferramenta importante para visualizar a população em situação de vulnerabilidade social, que garante a lógica “conhecer para incluir” e aponta para um conjunto amplo de serviços, benefícios, programas, com reconhecimento de seus direitos sociais. Esse ataque visa obnubilar consciências e invisibilizar a miséria e a vulnerabilidade social. E atinge fortemente a classe trabalhadora;
- 323)** A CNTSS/CUT deve denunciar esta destruição da inteligência do Estado, mirando nos sistemas de informação das áreas de Saúde e Assistência. E ainda existe a possibilidade criminosa de comercialização dos dados que estão nesses sistemas de informação;
- 324)** A CNTSS/CUT deve denunciar e fazer ações junto com a CUT para mostrar que o SUAS passa por um processo de desmonte dramático e violento, deixando sob ameaça anos de trabalho baseado na noção de direitos na atenção, como política pública às populações vulneráveis, conforme estabelece a Constituição de 1988. Os ataques configuram-se, por exemplo, pelo fechamento dos CRAS - Centros de Referência em Assistência Social por todo o país;
- 325)** A CNTSS/CUT deve construir campanha midiática para reafirmar a importância dos CRAS, unidades públicas estatais, situados em locais de maior vulnerabilidade urbana ou rural que oferece, por meio de assistentes sociais, psicólogos, educadores, dentre outros, apoio

e suporte às famílias, principalmente mulheres, na sua função de prover e cuidar dos membros da família;

**326)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha midiática para reafirmar a importância dos CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que são unidades públicas estatais destinadas a proteger em situações de violência doméstica e outras violações de direitos, bem como garantir às crianças e adolescentes em conflito com a lei a cumprirem com dignidade e o devido acompanhamento as medidas socioeducativas em meio aberto.

## **Direção da CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social 2016/2021**

### **Executiva da Direção Nacional**

#### **Presidente**

Sandro Alex de Oliveira Cezar – Sintaúde RJ

#### **Vice-Presidenta**

Isabel Cristina Gonçalves – Saúde Privada de Curitiba

#### **Secretária-Geral**

Sandra de Oliveira da Silva – Sindsaúde MG

#### **Tesoureira**

Célia Regina Costa – Sindsaúde SP

#### **1º Tesoureiro**

Cícero Lourenço da Silva – Sindprev AL (*in memoriam*)

#### **Secretário de Organização**

Raimundo Rodrigues Cintra – Sindsprev BA

#### **Secretária de Mulheres**

Maria de Fátima Veloso Cunha – Sindsaúde GO

#### **Secretária de Comunicação**

Terezinha de Jesus Aguiar – Sintfesp GO

#### **Secretário de Relações do Trabalho**

Ademir Portilho – Saúde Privada Guarulhos

#### **Secretário de Relações Internacionais**

José Bonifácio do Monte – Sindsprev PE

#### **Secretária de Formação**

Miriam Oliveira de Andrade – Sindsaúde PA

#### **Secretária de Políticas Sociais**

Cláudia Ribeiro da Cunha Franco – SERGS RS

#### **Secretário de Combate ao Racismo**

Robson Teixeira Góes – Sindacs BA

#### **Secretária de Saúde do Trabalhador**

Maria Ap. Amaral Godoi de Faria – Sindsaúde SP

## **Direção Nacional**

Luiz Carlos Vilar – Sindprev SE  
Cleidinir Francisca do Socorro – Sindsaúde AM  
Lúcia Maria dos Santos – Sindprev AL  
Luciene Bonfim Nascimento da Silva – Saúde Privada BA  
Antônio Raimundo Teixeira Carvalho – Saúde Privada BA  
Benedito Augusto de Oliveira – Sindsaúde SP  
Renato Almeida de Barros – Sindsaúde MG  
Leonildo Ferreira Lopes – Sindsaúde MG  
Maria Julia Reis Nogueira – Sintsprev MA  
Francisca Alves de Souza – Sindisprev PE  
Elio Araújo de Oliveira – Sintsprev MS  
Adão Pereira Alvez – Sindprev DF (*in memoriam*)  
Margareth Alves Dallaruvera – FENAS  
Maria de Fátima Frazão dos Santos – Sindacs PE  
Milton Francisco Kempfer – FEESERS (Federação Saúde Privada RS)  
Maria Anízia Gonçalves Marçal – SINTSS MS  
Raquel Prestes Mello – Federação da Saúde Privada PR  
Leide Cássia Fernandes Medeiros – Sindsaúde MG  
Waldir Tadeu David – SindSaúde ABC  
Leocides José de Souza – Sindsaúde GO  
Maria Luiza de Medeiros Nasiasene Pombo – Sindsprev PB  
José de Ribamar Santos de Assis – Sindsaúde PA  
Luiz Cláudio Celestino de Souza – Sindicato dos Agentes Comunitários do Ceará  
Roges Carvalho dos Santos – Psicólogos de MG

## **Conselho Fiscal**

### **Titulares**

Luzia Japira Alves Pereira – Sintsprev MS  
Rodrigo Rodrigues Costa – Agentes Comunitários do ABC  
Lúcia Esther Duque Moliterno – Enfermeiros BA

### **Suplentes:**

Maria Lucia Elói – Sindprev BA  
Joanilde Pires Ferreira – Sintsprev/MA  
Juliana Salles de Carvalho – Médicos SP

O “Caderno de Textos e de Balanço 2016/2021”  
é uma publicação direcionada para o 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT -  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social –  
situada à Rua Caetano Pinto, 575 – Brás – São Paulo – SP – CEP: 03041-000  
Telefone: (11) 2108-9156  
Web site: [www.cntsscut.org.br](http://www.cntsscut.org.br)  
Twitter: @cntsscut  
Facebook: @cntsscut

Presidente: Sandro Alex de Oliveira Cezar  
Secretária de Comunicação: Terezinha de Jesus Aguiar  
Secretária Geral: Sandra de Oliveira da Silva  
Jornalista: José Carlos Araújo  
Revisão de Textos: Maria Helena Domingues e Solange do Espírito Santo  
Projeto Gráfico e Diagramação: Baracase Design Gráfico – telefone: (11) 4427-3939

Formato: e-book  
Agosto de 2021



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES EM  
SEGURIDADE SOCIAL**  
**CUT**